

NÃO! às armas nucleares em Portugal

Comício amanhã
no Pavilhão
dos Desportos

Pág. 3



Joaquim Chissano
visita Portugal

Pág. 3



Plenário no Algarve

Preparar
a Conferência
sobre
Poder Local!

Pág. 10



Pág. 6

O Palácio de Cristal cheio — o que, em iniciativas do PCP, já não é novidade

O Palácio de Cristal encheu-se duas vezes no mesmo dia para comemorar os 60 anos do PCP

● Em Suplemento, a transcrição integral do discurso do camarada Álvaro Cunhal



A foto documenta a manifestação dos trabalhadores da Função Pública. No dia seguinte, caberia a vez aos trabalhadores do sector nacionalizado de saírem à rua

Actividades e massas organizadas em luta por objectivos vitais para a defesa da democracia

Pág. 5

conferência nacional do ensino superior

28 e 29
março 1981
fac. letras
lisboa

SEMANA Nacional

18 Quarta-feira



Ataque do governo à RN

O Governo concretiza o ataque à Rodoviária Nacional (RN), obrigando-a a aliar os sectores mais lucrativos; segundo uma resolução do Conselho de Ministros publicada no «Diário da República», a RN deverá abandonar todos os sectores que não concorram para o «objecto estatutário» - o transporte rodoviário - parecendo confirmar-se a denúncia já feita pelos trabalhadores de que o Governo quer oferecer à iniciativa privada unidades como o Hotel Eva, de Faro, representações comerciais, agências de viagens e outras unidades nacionalizadas...

19 Quinta-feira

Os delegados sindicais dos cantoneiros de limpeza de Lisboa decidem suspender a greve convocada para a próxima semana, em virtude do compromisso assumido pelo presidente da Câmara de «assegurar que ficou afastada a ideia da criação de uma empresa nacionalizada». O dirigente trabalhista britânico Tony Benn, que se encontra no nosso país a convite dos serviços da BBC para a Europa, afirma no auditório da Fundação Gulbenkian (que colaborou financeiramente na visita de Benn a Portugal) ser favorável à cooperação entre todos os países da Europa, quaisquer que sejam os seus sistemas económicos, e manifesta-se contra a corrida aos armamentos, sobretudo os nucleares...

20 Sexta-feira

A CGTP-IN anuncia que suspende imediatamente as reuniões com o Governo, até que os seus dirigentes sejam recebidos pelo Primeiro-Ministro e o Executivo clarifique a respectiva posição relativamente ao «caderno reivindicativo» do movimento sindical unitário. Não se realiza uma prevista reunião da Coordenadora da «AD», tendo um porta-voz do CDS afirmado à ANOP que ela foi adiada porque o PPD/PSD «se furtou ao encontro». A CGTP-IN solicita uma reunião da Comissão Organizadora do Congresso das Comunidades, com a máxima urgência, a fim de debater o seu funcionamento anómalo e antidemocrático.

21 Sábado

Num Comício realizado no Palácio de Cristal, no Porto, para comemorar o 60.º aniversário do PCP, Álvaro Cunhal afirma, nomeadamente, que o Governo AD/Balsemão não serve o povo e por isso deve ser demitido o mais rápido possível. Em conferência de imprensa o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) considera que o sistema de avaliação dos alunos do 12.º ano conduzirá a que a esmagadora maioria não entre no ensino superior. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços acusa o Governo de preparar a destruição da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) ao decidir liberalizar o comércio e importação de cereais. Dirigentes da Federação do Mar de Comissões Obreras, de Espanha, e da Comissão Pró-Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, de Portugal, decidem exigir aos respectivos governos informações completas sobre os termos do acordo de pesca luso-espanhol assinado no passado dia 2 de Fevereiro, em Lisboa, por suspeitarem que o mesmo contém cláusulas lesivas dos interesses dos trabalhadores de ambos os países.

22 Domingo

A APU vence as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Santa Marinha do Zêzere, concelho do Baitão, sendo reforçada a sua representação naquele organismo autárquico em um elemento (passou de cinco para seis), enquanto o PS teve uma quebra de 50%, descendo de quatro para dois eleitos; a «AD», embora obtendo apenas mais cinco votos em relação às anteriores eleições, elevou de quatro para cinco o número dos seus representantes. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desloca-se à região do Baixo Alentejo para um visita oficial ao concelho de Barrancos.

23 Segunda-feira

Muitos milhares de trabalhadores da Função Pública manifestaram-se frente ao Palácio de S. Bento, demonstrando a sua disposição de prosseguir a luta por uma revisão salarial justa e propondo aos sindicatos agrupados na Frente Comum a realização de uma semana de luta a partir de domingo; a semana de luta abrangera todos os sectores da administração pública. Chega a Lisboa para uma visita oficial de três dias ao nosso país o ministro dos NE da RP de Moçambique, Joaquim Chissano. Prossegue na Assembleia da República o debate, iniciado na passada sexta-feira, sobre a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano do segundo governo da «AD». Fernando Soares, vereador eleito pela Aliança Povo Unido, renuncia ao seu mandato na Câmara Municipal da Nazaré, o mesmo tendo feito todos os seus suplentes da lista APU; estas renúncias, que foram apresentadas na sequência de um acordo entre a APU e o PS locais, deixaram a Câmara sem «quorum», impondo a necessidade de novas eleições.

24 Terça-feira

Milhares de trabalhadores do sector público e nacionalizado manifestaram frente ao Palácio de S. Bento a sua rejeição à proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGÉ) do Governo «AD» para 1981, realçando a disposição de lutar pela defesa do sector e reclamando a reposição da legalidade democrática; entretanto a «AD» fez valer a sua maioria na Assembleia da República, aprovando na generalidade as propostas governamentais de OGÉ e Planos, embora não conseguisse responder às acusações e argumentos da oposição. O Secretariado Nacional da CGTP-IN acusa o Governo como único responsável pela deterioração da situação social. As zero horas de hoje os trabalhadores da Petroquímica entram em greve de três dias após se gorar a reunião de negociações que decorreu no Ministério do Trabalho; a greve acorrela o corte do «gás da companhia» aos consumidores da zona de Lisboa.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 19 de Março de 1933 é promulgada a Constituição fascista, que foi imposta ditatorialmente ao País por Salazar e que instituiu o regime fascista em Portugal; era o início do «Estado Novo» e da ditadura sanguinária que esmagaria o País durante quase meio século.

Editorial

UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA AO ALCANCE DO POVO PORTUGUÊS

O sensível agravamento da situação social nos dias difíceis que estamos vivendo e nos que vamos viver de imediato é um barómetro verídico da crise profunda que sacode o País sob o domínio da «AD» e do seu Governo.

Muitos milhares de operários, empregados, pescadores e camponeses, de trabalhadores da cidade e do campo das mais variadas profissões, unem-se, movimentam-se e lutam em formas diversas por reivindicações sentidas, por soluções inadiáveis de problemas que pesam duramente na existência diária da população trabalhadora, pela melhoria das suas condições de vida e de emprego.

O Governo Balsemão permanece surdo às justas aspirações populares, põe em prática táticas dilatórias e mistificadoras nas negociações com os representantes legítimos dos trabalhadores, ilude a verdadeira gravidade do contencioso social.

Na Assembleia da República, onde se discute o Orçamento Geral do Estado e as grandes Opções do Plano, os ministros e deputados da «AD» encham a boca de sonantes palavrões, fazem humor, comportam-se como se a crítica situação do País fosse matéria alheia à sua própria responsabilidade.

A oratória, a demagogia da habitação para «quase todos os portugueses», o humor dos fariseus da «AD», não os branqueia das responsabilidades, não anulam nem resolvem a situação objectiva criada pela política antipovo e antipátria dos sucessivos governos reaccionários, não calam nem podem calar o profundo descontentamento de vastas camadas do Povo português.

Na realidade é a «AD», o Governo Balsemão e toda a sua política que estão em causa.

Como justamente afirmou no Porto o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, as lutas da classe operária que se desenvolvem por todo o País não têm um carácter político aberto mas constituem uma decisiva vaga de resistência à política de exploração, de restauração capitalista, de entrega ao imperialismo do Governo «AD»/Balsemão.

A questão flagrante da falta de legitimidade do Governo «AD»/Balsemão e da necessidade da sua demissão no prazo mais curto possível assim como a de uma alternativa viável a este Governo e a esta política antidemocrática, assumem importância crescente, exigem aprofundada clarificação jurídica e política e adequada concretização prática.

É evidente que no momento actual conceitos diferentes e mesmo interesses discordantes impedem uma unanimidade de vistas e de posição entre as forças democráticas relativamente a tais questões.

Mas reduzir as divergências, aproximar pontos de vista, criar uma base mínima de entendimento e de diálogo entre todas as forças e correntes de opinião que se opõem à «AD» e ao seu Governo é não apenas um dever de todos os democratas e patriotas mas também uma questão urgente e vital para a nossa jovem democracia, uma condição essencial para a defesa e consolidação do 25 de Abril.

Certas concepções que se radicam numa linha oportunista de alianças e de conciliação com a direita, profundamente lesivas dos interesses primordiais do Povo português e do regime democrático, exigem um combate intransigente e enérgico, uma acção esclarecedora e pertinaz.

Democratas tão responsáveis como Mário Soares, que nas eleições presidenciais tomou pública posição contra a candidatura do general Eanes e alguns outros destacados dirigentes do PS, prestaram depois um inestimável serviço à reacção com a sua estranha tese da legitimidade do Governo «AD»/Balsemão para quatro anos.

Alguns defendem mesmo que se deve «deixar apodrecer a «AD» no Governo» e Mário Soares disse até, como estamos lembrados, que «a circunstância de ficarmos agora (o PS) na oposição abre-nos grandes perspectivas».

O tempo corre agora - disse ele - a favor do PS». A PODRECER a «AD» no Governo à custa de quê e de quem? Correr o tempo a favor do PS contra que forças políticas?

De facto, não interessa muito aos que estão virados para novas alianças contranatura com a direita e contra as conquistas democráticas fundamentais do Povo português, que o hipotético «apodrecimento» da «AD» em quatro anos de Governo, redunde afinal num processo de consolidação do poder reaccionário e de superação da crise interna e de domínio político decorrentes da retumbante derrota da «AD» em 7 de Dezembro.

Não parece também importante para os incorrigíveis oportunistas que pescam nas águas turvas das ambições pessoais de chefia que nos hipotéticos quatro anos de Governo «AD» apodrecam de facto a situação do Povo português e do País e as condições de vida dos trabalhadores.

Não conta muito para tal gente que ao fim de quatro anos Portugal possa ser uma colónia dos Estados Unidos, um peão servil dos objectivos belicistas do imperialismo, um campo de manobras dos novos senhores da guerra que se perfilam por detrás da administração Reagan.

POR outro lado, no terreno resvalado das alianças e da conciliação com a direita e da implícita aceitação das propostas de Capucho por Mário Soares, que denotam o desespero da «AD» na busca dos dois terços da Assembleia da República para a sua revisão constitucional à custa da submissão dos socialistas, neste terreno, dizíamos, o tempo corre a favor ou contra o PS?

Mário Soares que mais uma vez antontem, na escandalosa abertura da RTP à informação privada e reaccionária do jornal da direita «Tempo» dá largas aos seus preconceitos anti-PCP nada compreendeu ainda do longo processo de debilitamento do PS que assenta precisamente nas suas concessões à direita, na sua incorrigível prática anticomunista que interessa essencialmente ao domínio capital português e estrangeiro e ao imperialismo.

Nun tal terreno o tempo não correria necessariamente a favor do PS mas contra ele, não correria a favor da democracia e do 25 de Abril, mas sim a favor da reacção e do plano subversivo da «AD».

Mário Soares e alguns outros destacados socialistas nada compreenderam da rearmadura de forças posterior à derrota da «AD» em 7 de Dezembro, que é uma das características principais da situação actual.

A ilegitimidade do Governo «AD»/Balsemão e a falsidade da tese do «Governo «AD» para quatro anos» assentam não só no verdadeiro carácter da derrota da «AD» em 7 de Dezembro como na continuação da política reaccionária e golpista de Sá Carneiro e Freitas do Amaral a partir do Governo Balsemão e da sua maioria parlamentar.

Assenta, por outro lado, na clara preparação de uma nova ofensiva global e de um novo plano subversivo contra a democracia portuguesa que se esboçam já de maneira indistigável nos actos e nas palavras dos governantes e outros «barões» da «AD».

Esta é, de resto, a principal característica da situação política actual.

No centro da acção do Governo «AD»/Balsemão, como antes do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e da sua maioria parlamentar está a rápida restauração dos monopólios e dos latifúndios, o restabelecimento do domínio absoluto do capital estrangeiro e do imperialismo.

A derrota de Dezembro desorientou as forças reaccionárias, esfumou-lhes os sonhos de hegemonia absoluta dos órgãos de soberania, impôs-lhes mudanças e reformulações táticas, pulverizou-lhes os prazos.

O recurso ao referendo anticonstitucional para rasgar a Constituição foi-lhes recusado pela derrota de Soares Carneiro; a revisão constitucional, indispensável aos objectivos restauracionistas do poder económico e político dos monopólios, tem de passar pela exigência formal da maioria de dois terços na Assembleia da República, é um obstáculo até agora intransponível para os intentos revisionistas inconstitucionais da nossa Lei Fundamental.

Em Maio, no Pavilhão dos Desportos

60 anos de vida e de luta recriados numa Exposição

Ali, num segundo andar da Rua António Serpa que foi a primeira «casa do Partido» na legalidade, continuou instalado o quartel-general da Exposição - dezenas de camaradas que trabalham dotadamente para que no dia 3 de Maio, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, a todos nos possa ser desvendado muito do que foi a história dos últimos 60 anos. A todos, comunistas e não comunistas - porque a História do PCP é inseparável da História do Portugal moderno e porque a História e a luta dos comunistas se entrecruzará ali, como na própria vida sempre se entrecruza, com a História e as lutas do Povo português e as dos povos de todo o mundo.

A pouco mais de um mês, a Exposição começa a estar de pé. Passada a fase de concepção e planificação geral, numerosas áreas já maquetadas em pormenor, «armadas» muito do material recolhido, trata-se agora de executar: as fotos, os gráficos, os desenhos, os painéis, os objectos e as esculturas, a reacção concreta de ambientes e situações.

A primeira surpresa, como já se adivinhava na maquete inacabada que há semanas o «Avante!» revelou, será o Pavilhão dos Desportos. Um Pavilhão dos Desportos

com outra construção que não seja aquela que tantas vezes nos foi visto - e tantas vezes reconstruído pela presença dos milhares de pessoas que o Partido ali tem levado? É claro

que não se deitam paredes abaixo nem se reconstrói a fachada... Mas trata-se, sem dúvida, de revelar possibilidades insuspeitadas daquela área coberta.

A primeira novidade desta Exposição será pois o próprio Pavilhão dos Desportos. Mas que dizer do que se conterá nesse espaço novo? O último momento de criatividade passará porventura além do momento de colocar o último objecto - será talvez aquele em que o último visitante abandonar a Exposição no dia do encerramento... Desde já, porém, é possível afirmar que a Exposição sobre o 60.º aniversário do Partido será o repositório organizado de materiais de incalculável valor histórico. Documentos, materiais da clandestinidade salvos da repressão policial, testemunhos vivos da nossa vida e da nossa luta, da vida e da luta do Povo português, preservados pelos cuidados de inúmeros camaradas e amigos do Partido que em todo o país têm concorrido para a recolha - sendo neste caso de destacar a valiosa contribuição dada pela Organização Regional do Porto, que canalizou para a Comissão Organizadora da Exposição, devidamente sistematizados, materiais de inestimável valor do tempo da luta clandestina.

Neste momento está já a iniciar-se a montagem de painéis expositivos, entre os quais se destacam, em fase adiantada de utilização, os que referem ao período de 42-49 - o período em que o nosso Partido se afirmaria como um grande Partido nacional. Iguamente o período marcante da luta antifascista que foram os anos de 1958-1962 se encontra desde já muito adiantado pela grande quantidade de materiais já organizados, assim como a área que se refere à contribuição do PCP para as grandes acções e movimentos unitários que marcaram a luta antifascista ao longo de décadas - nomeadamente o MUNAF, o MUD, a FPLN, a CDE.

A organização da actividade clandestina do Partido é outro dos temas largamente tratados e sobre os quais se encontra já avançado o trabalho.

Mas não só da clandestinidade se irá falar. Ali estará também o Partido Comunista Português no seu papel determinante na construção e defesa da democracia em Portugal.

Será talvez tão surpreendente como a revelação do PCP na clandestinidade o desdobrar do que foi, no fogo da luta de

massas pela consolidação do Portugal de Abril, a actividade dos comunistas.

E que é por vezes mais difícil fazer a História mais próxima. Trata-se aqui de sistematizar, de recolher elementos que por próximos parecem não ter relevância. Dir-se-á que ninguém ignora o papel de vanguarda do PCP desde o 25 de Abril, nas nacionalizações, no controlo operário, na Reforma Agrária, na defesa activa, quotidiana, das liberdades. E, no entanto, ocupados que andamos a «fazer a História», é difícil pô-la num painel, arrumá-la num texto, documentá-la na dimensão que já hoje tem.

É aliás para a organização e documentação desta fase da nossa vida e da nossa luta, da vida e da luta do Povo português, que os camaradas da Comissão Organizadora fazem os mais veementemente apelos. Não se trata apenas de enviar os documentos, com vinte, trinta ou cinquenta anos: trata-se de recolher, de enviar aqueles que têm um, ou três, ou cinco anos - os que têm às vezes semanas ou meses, e pequeno elo que dá unidade e faz viva a memória do salto firme e decisivo de um partido com 15 000 militantes em 1974 para os mais de 180 000 que hoje somos, profundamente enraizado no povo trabalhador da nossa Pátria.

Cartazes, documentos, fotos - e muito especialmente fotos a cores - depoimentos dos dias da nossa liberdade: que tens tu, Amigo, Camarada, que possas enriquecer a Exposição?

Armazéns - Precisam-se

O período de trabalho para montagem e desmontagem da Exposição vai ser, naturalmente, limitado.

O que coloca um problema de grande importância: onde pôr, com cuidado e preocupação de defesa e conservação, os materiais, os objectos que terão que ser armazenados até à montagem?

São precisos locais amplos (garagens, armazéns, caves) para onde possam ser deslocados esses materiais.

Alugar é difícil e custa dinheiro. A solução está na contribuição de todos. Camarada: como podes tu ajudar?

Trabalhadores - Precisam-se

Nada que surpreenda! O trabalho do nosso Partido é sempre obra nossa - dos comunistas, dos trabalhadores que lutam conosco.

Para a Exposição, para já, são precisos gráficos, desenhos, maquetados, fotografias.

A partir do princípio de Abril, porém, a lista alargava-se: carpinteiros, pintores, electricistas, montadores de andaimos.

Não é necessário que seja a tempo inteiro. As horas que possam ser dadas, os dias que possam ser dados!

Inscribe-te desde já, comunica as tuas disponibilidades para o Centro de Trabalho de António Serpa ou para o Centro de Trabalho Vitorial

Canção Juvenil em movimento!

Avança em vários pontos do País, numa atmosfera de convívio e amizade, o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ), iniciativa do jornal «Juventude», órgão da JCP.

Na última edição do «Avante!» tínhamos anunciado, em forma de breve balanço, a realização de quatro festivais, com 119 artistas e mais de dois mil assistentes. No entanto, estes números já estão ultrapassados, uma vez que no último fim-de-semana decorreram festivais em Aveiro e na Guarda.

O de Aveiro realizou-se na Casa do Povo de Esqueira, com uma centena de espectadores. No palco foram interpretadas sete canções. O festival da Guarda decorreu na Escola do Magistério, com 11

concorrentes e 120 espectadores.

No próximo fim-de-semana a JCP promove mais festivais, nomeadamente em Coimbra, Espinho, Braga, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Gouveia e Brandoa (Lisboa).

Entretanto, termina no próximo sábado o prazo para envio dos trabalhos concorrentes à fase concelhia do Festival a realizar no Porto.

Para o mês de Abril está já marcada uma longa lista de festivais. Oportunamente daremos notícia dessas realizações.

O Movimento é já um grande êxito! E anuncia, sem dúvida, uma entusiástica finalíssima, a 30 de Maio, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa!



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Servicos Central: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal). Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 - 4000 Porto. Tel. 29538. Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 185, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarçova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 28361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 361067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média no mês de Fevereiro: 66 800

Actualidade política

A expulsão do embaixador cubano e a política externa do Governo

Na passada terça-feira o ministro português dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, iniciou uma viagem de dez dias com uma primeira paragem em Washington, seguindo-se o Cairo, para um encontro com o presidente egípcio...

nas costas do Povo português, de novos acordos e cedências no plano militar, que põem muito claramente em causa a segurança nacional.

tugal-Cuba e numerosos amigos portugueses.

Na Assembleia da República os deputados do PCP requereram ao governo "informação urgente sobre se tencionava promover (ou se já tem em curso) as averiguações necessárias às investigações e esclarecimentos das gravíssimas acusações formuladas ao Encarregado de Negócios de Portugal em Cuba".

que lhe foram feitas, abrindo-lhe em tal caso o acesso a todos os meios de comunicação de massas, com a possibilidade de desmentir publicamente os elementos anti-socials implicados no assalto à embaixada equatoriana, que muito concreta e minuciosamente o incriminam.

Salas Mascarenhas não aceitou a proposta cubana. A pretensão de considerar em perigo a segurança do seu representante em Cuba, o governo português chama-o a Lisboa. Nenhuma justificação ou esclarecimento são dados ao Povo português.

De acordo com as revelações feitas pelos autores do assalto à embaixada do Equador, Salas Mascarenhas tomou conhecimento, com antecedência, dos pormenores do plano específico para o assalto à embaixada do Equador, orientou a escolha da embaixada do Equador como objectivo da acção, a fim de facilitar os preparativos e execução do assalto, forneceu informações sobre o interior da embaixada e tipo de matrículas dos automóveis utilizados pelos diplomatas equatorianos, sugeriu o contacto de várias embaixadas, nomeadamente a portuguesa, para fornecimento de apoio, uma vez consumada a acção, combinou a presença, perto do local, de um jornalista estrangeiro, para difusão imediata da notícia da tomada da embaixada, forneceu instruções sobre o comportamento a seguir, após a tomada da embaixada, para evitar confrontações com as autoridades cubanas, manteve

escondida na sua residência, uma pistola utilizada no assalto, manteve contactos com um agente da CIA.

Os termos da acusação são demasiado graves para serem pura e simplesmente ignorados. E o fundo do problema é este, por muito que o Governo faça para desviar as atenções para outras questões.

Pela sua actuação o governo português falta aos seus mais elementares deveres para com o Povo português, que tem pleno direito de saber o que se passa. Ao recusar na prática considerar os factos assume uma atitude cúmplice. Ao utilizá-los para proferir sérias dificuldades nas relações entre os dois países, confirma simplesmente, uma vez mais, que promove uma política externa de confronto, bem de acordo com os ditames dos novos inquilinos da Casa Branca, mas completamente alheia aos interesses do nosso povo.



Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique

Joaquim Chissano visita Portugal

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, termina hoje a visita oficial de quatro dias ao nosso país, cuja importância e significado não será demais enaltecer.

Durante a sua estada em Portugal, o ministro moçambicano avistou-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, membros do Conselho da Revolução, o primeiro-ministro Balsemão, e ainda com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, e dirigentes do PS, do MDP/CDE e do CDS, além dos contactos previstos com diversas entidades governamentais.

Esta visita, que representa um passo "de muito boa vontade" em relação a Portugal por parte do Governo moçambicano e da Freilimo, como salientou o ministro Joaquim Chissano, insere-se na normalização das relações entre os dois países.

Aliás, esta normalidade de relações e o respeito pelas posições soberanas do Estado moçambicano desde sempre foram advogadas pelo PCP. Mas nem todas as forças políticas portuguesas têm conungado deste objectivo e várias foram as tentativas, por vezes com êxito, para deteriorar as relações entre os dois países, tentativas que ainda agora, durante a visita, se voltaram a manifestar nas páginas de uma certa imprensa, cujas "conotações" bem se conhecem.

Recebido no aeroporto de Lisboa pelo seu homólogo Gonçalves Pereira, Joaquim Chissano referiu, à chegada, que a sua visita se destinava a abordar assuntos relacionados com a cooperação bilateral e ainda problemas internacionais.

Ainda no aeroporto, o ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano responderia aos jornalistas que a sua visita resultava de só neste momento se terem reunido as condições para isso.

Posteriormente, o ministro viria a insistir no desejo sincero da parte moçambicana de ver reforçadas as relações entre os dois países.

No jantar oficial oferecido pelo seu homólogo português, Joaquim Chissano teria oportunidade de frisar, no discurso que na altura pronunciou, o facto de que "os povos nunca são inimigos".

Os povos e as nações - acrescentou - cooperam entre si. Os povos e as nações auxiliam-se mutuamente, mas os povos e as nações não penhoram a sua dignidade.

Espera-se que com a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique uma nova etapa se iniciará nas relações entre os dois países. Isso mesmo referiu Joaquim Chissano no seu discurso.

Durante os dias que juntos vamos trabalhar aprenderemos a conhecemo-nos melhor e, em conjunto, vamos virar uma página na história das relações entre os nossos dois povos.

E mais adiante:

Abrem-se novos horizontes para um maior entendimento mútuo, compreensão profunda e relações baseadas numa cooperação e mutuamente benéficas, baseadas nos princípios da igualdade de direitos, respeito mútuo pela soberania e integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos.

Façamos votos para que assim seja, no interesse do Povo português e do Povo moçambicano. A este respeito, desde há muito que a posição do PCP é bem clara.

Em defesa da paz Comício amanhã no Pavilhão dos Desportos

Realiza-se amanhã, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, a primeira grande iniciativa pública do recém-criado movimento "Não às armas nucleares em Portugal".

O movimento, estreitamente ligado a toda a actividade orientada para a luta pela paz que se desenvolve no nosso país, abarca os mais amplos sectores da opinião pública, dirigindo-se a todos os que querem evitar a corrida aos armamentos, particularmente no seu domínio mais perigoso - o nuclear. Assim, por exemplo, o abaixo-assinado que actualmente circula pelo País recolheu já assinaturas de mais diversos sectores e camadas sociais, englobando vários ex-presidentes da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República, escritores, professores universitários, juristas, jornalistas, deputados, sindicalistas, artistas. Entre as numerosas associações cívicas e religiosas que aderiram ao movimento contam-se sindicatos, colectividades populares, comissões de moradores, associações de

estudantes, diversas organizações religiosas, nomeadamente da Juventude.

Não é por acaso que o movimento assume esta amplitude e esta envergadura. O problema da luta pela paz é hoje, a nível mundial, o problema central, que diz respeito a todos os povos, que diz respeito à própria sobrevivência da Humanidade. No que se refere ao nosso país, a não aceitação de armas nucleares no nosso território - que entretanto se mantém como uma ameaça - é questão particularmente candente. Não esqueçamos nunca que um único míssil varreria o nosso país da face da Terra!

O Comício de amanhã é presidido pelo professor Rui Ração, conteúdo como oradores: Vasco da Gama Fernandes, ex-presidente da Assembleia da República, Dieter Dellinger, jornalista, Kalidás Barreto, sindicalista, Abel Guinás, da Juventude Operária Católica e Silas Corqueira, do Conselho Português para a Paz e Cooperação. A sessão incluirá ainda uma parte artística.

Freitas do Amaral com os fascistas e contra a igreja

El Salvador: um teste significativo para o novo presidente da UEDC

Em entrevista transmitida a semana passada na RTP, Freitas do Amaral, muito empergado na suaável condição de presidente da União Europeia das Democracias Cristãs, para além de várias apreciações sobre a actualidade internacional que mais não vieram senão confirmar a sua constante subordinação aos círculos mais reaccionários do imperialismo, referiu-se à situação em El Salvador em termos que não podemos deixar de registar. E, ao fazê-lo, temos em vista essencialmente dois objectivos: por um lado, verificar quem é o «democrata-cristão» que os «democratas-cristãos» europeus elegeram para seu leader; por outro lado, lembrar qual a «democracia» e qual o «cristianismo» dos dirigentes do partido que, em Portugal, se arvoraram máximos defensores desses valores.

Segundo Freitas do Amaral, El Salvador vive uma importante experiência democrática protagonizada pela Junta Militar no poder, a qual deveria merecer o apoio dos democratas de todo o mundo. Napoleão Duarte, presidente da Junta, a quem Freitas do Amaral chamou «colega» e «amigo», expressando-lhe toda a sua admiração e solidariedade, seria um grande «democrata» e um grande «cristão». Finalmente - e estamos a resumir - tudo aquilo que se diz que se está a passar em El Salvador não seria mais do que uma monstruosa operação de propagação dos comunistas em geral e de Cuba e da União

Soviética em particular, e que de modo nenhum corresponde à realidade. Os «bons» da fila, segundo Freitas, seriam, claro, os Estados Unidos. Isto diz Freitas. Confrontemos, entretanto, tais afirmações com as contidas numa recente «Carta Aberta» de um organismo - o «Socorro Jurídico» - dependente do Arcebispo salvadorenho a que, precisamente na semana passada, o «Expresso» fazia referência, e que constitui uma bem documentada e implacável denúncia do «genocídio» perpetrado em El Salvador pelos amigos de Freitas do Amaral. E de que a própria Igreja é uma das principais vítimas...

Diga-se desde já que, relativamente aos Estados Unidos, os bispos salvadorenhos são bem claros: «ao renovar a ajuda militar (em dinheiro, material bélico e assessores militares) à Junta, os EUA «têm violado o acordo jurídico internacional» estabelecido pela ONU em Dezembro de 1980 que exigia o termo de qualquer espécie de ajuda militar à Junta. E quanto aos «democratas-cristãos» no poder em El Salvador, especialmente o seu chefe e «colega» de Freitas, Napoleão Duarte, os bispos não têm dúvidas. Após uma vasta cópia de exemplos da repressão exercida contra o povo e contra membros e instituições ligadas à Igreja, afirmam os bispos: «Mas o que é totalmente inacreditável é que a actual perseguição ocorre sob um regime cuja liderança política está nas mãos de um pequeno grupo que se autodenomina «democrata cristão» (...). A responsabilidade última recai na Junta Militar, actualmente comandada por Napoleão Duarte e Jaime Gutierrez.»

Por aqui se vê quem são «os amigos» de Freitas. Por aqui se vê qual o «cristianismo» de Freitas. Em El Salvador existem muitos democratas-cristãos que claramente afirmam nada ter que ver com o partido que os diz representar e se opõem sem reservas à Junta, ao mesmo tempo que, como é óbvio, estão contra a repressão à Igreja e à hierarquia, assinada por factos como, recorde-se, o assassinato, faz agora um ano, do arcebispo Romero e a violação e assassinato de quatro religiosos norte-americanos.

A solidariedade do presidente do CDS e dirigente da «AD» não vai, porém, para os que denunciam tais actos, nem para as suas vítimas - mas sim para os seus responsáveis. Que pensarão disto os católicos portugueses aderentes do CDS e votantes da «AD»?

Juventude

Conferência nacional do ensino superior «Avançaremos com ideias inovadoras!» Universitários comunistas em mesa-redonda com o «Avante!»

A propósito da Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), o «Avante!» promoveu uma breve mesa-redonda com três camaradas da JCP que acompanharam desde o início o trabalho de preparação e dinamização da importante iniciativa: Miguel Portas, do Secretariado da RIA (Reunião Inter-Associações), Madalena Santos e Luís Guerreiro, os três membros da Comissão Central da JCP e do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior.

A nossa conversa teve principalmente em conta as seguintes questões: a preparação da Conferência, a posição dos universitários comunistas face ao problema da autonomia e, por último, as iniciativas apontadas ao reforço da JCP no âmbito da Universidade.

Madalena Santos - Embora se tenha registado nas escolas um período de eleições para a gestão e também de avaliações de aproveitamento, a verdade é que foi bastante significativo o trabalho preparatório da Conferência, particularmente nas últimas semanas. Tivemos alguns aspectos inovadores nesta actividade preparatória, como por exemplo a publicação de um jornal com dois números ("em debate"), que dinamizou a discussão da Universidade e também de outros que entre os estudantes universitários têm largo espaço de diálogo. Outra direcção fundamental do trabalho preparatório foi a publicação de quatro documentos: "Viver e lutar em Portugal no início da década de 80", "A crise da Universidade e a Universidade para a democracia", "Mocidade Estudantil" e "JCP, organização revolucionária para transformar a Universidade e a vida". Nos diversos estabelecimentos de ensino procedeu-se à eleição dos delegados e nas reuniões efectuadas registou-se a participação de estudantes não comunistas que, com as suas opiniões, as suas ideias, deram um bom contributo para o pleno êxito da iniciativa, que, aliás,

interessa a toda a Universidade. Luís Guerreiro - Convém, entretanto, sublinhar que os documentos preparatórios apontam no sentido da Conferência poder vir a aprovar uma proposta de unidade no caminho para a luta dos estudantes, com o objectivo de avançar decididamente para a construção de uma Universidade ligada aos problemas da realidade social e económica, uma Universidade para a democracia. No final dos trabalhos será submetida à aprovação da Conferência uma resolução política em que se salientam as grandes direcções e orientações de trabalho da JCP para a Universidade. «Avante!» - A questão da autonomia universitária continua na ordem do dia. Como já tivemos oportunidade de referir aos nossos leitores, será um dos "pontos quentes" em debate na vossa Conferência. Que pensam os universitários comunistas sobre o problema da gestão? Miguel Portas - De facto, a Conferência abordará com profundidade os aspectos mais importantes da gestão e da autonomia universitárias, funcionando mesmo uma secção de trabalho apenas com esse fim. Al ser discutido e apresentado um documento que servirá como

peça fundamental para um futuro projecto a apresentar pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República. Contendo vários aspectos inovadores, interpretando a instituição universitária como um todo globalizante mas reconhecendo duas áreas distintas - os órgãos centrais da Universidade e os órgãos centrais das escolas - afastando-se, assim, das deficiências cometidas pelos Governos PS (Cardia) e Mota Pinto, este nosso projecto integra, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

- 1. Consagração da participação estudantil a todos os níveis na gestão das faculdades e das universidades. Criação de órgãos de gestão democráticos, participados, eficazes e descentralizados; 2. Consagração do princípio da eleição do reitor de cada universidade pela própria universidade, institucionalizando o seu papel de representante da universidade junto do Governo. Criação de um conjunto de órgãos universitários que assessorassem o reitor no desempenho das competências que lhe estejam atribuídas; 3. Definição de competências das universidades, que consigam efectivamente áreas próprias de autonomia administrativa e financeira, combatendo os esquemas centralizadores e asfixiantes actualmente em vigor. Qualquer das múltiplas soluções concretas para a consagração destes três princípios básicos devem, por um lado, salvaguardar sempre o facto - incontestável para a JCP - de a universidade ser uma instituição do Estado democrático e constitucional; por outro lado devem traduzir um amplo consenso entre todos os sectores participantes nas actividades universitárias, designadamente professores e estudantes.

A JCP defende, pois, a eleição democrática de todos os órgãos e não a nomeação governamental. Da mesma maneira, defende uma direcção colegial do trabalho de gestão e não uma direcção pessoalizada. A limitação de poderes em relação aos Conselhos Científicos e a orientação destes para as questões da investigação; o alargamento das competências da Universidade face ao Ministério; e uma objectiva definição financeira, dando à Universidade a completa gestão dos seus assuntos e inclusão no Orçamento Geral do Estado (OGE) numa rubrica

não têm poderes, não podem trabalhar e orientar as escolas, não têm campo de acção. Por sua vez, são eleitos por Assembleias de Representantes, neste momento órgãos mortos. Correspondendo a toda uma política de direita e de boicote ao funcionamento normal e democrático das escolas, são os Conselhos Científicos, órgãos não eleitos, onde apenas têm lugar os catedráticos, que possuem os maiores poderes. Esta situação tem que mudar. E para isso são necessárias propostas concretas, fruto de uma análise séria dos problemas e dificuldades actuais.

Os objectivos

A aprofundar e desenvolver nas novas condições a linha política da JCP para a Universidade e eleger a Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da JCP são os objectivos fundamentais da Conferência, tal como reafirma o documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social pelo Secretariado da ODES da JCP.

Com a concretização destes objectivos, os universitários comunistas darão um passo em frente no melhoramento do seu trabalho e consequentemente no reforço da luta em defesa dos interesses estudantis.

exclusivamente destinada à instituição universitária, podendo esta contar ainda com outras receitas, por exemplo matrículas e prestação de serviços de carácter técnico-científico à sociedade - são também pontos que nos parecem fundamentais.

Miguel Portas - A Conferência revelará, como já dissemos, um diversificado conjunto de propostas inovadoras. E uma delas, possivelmente, atará o desaparecimento das Assembleias de Representantes e a formação de outro ou outros órgãos com objectivos bem definidos e com possibilidades de maior dinamismo. Madalena Santos - Talvez ainda neste ano lectivo o Grupo Parlamentar do PCP apresente o projecto de autonomia universitária, baseado no fundamental no debate e nas conclusões da nossa Conferência. Será, sem dúvida, um importante instrumento de acção e luta dos estudantes comunistas que,

juventemente com todos os estudantes e organizações da Universidade, procuraremos defender e divulgar. Será um documento dinamizador de uma grande acção unitária, pois a autonomia é um problema que diz respeito a toda a Universidade. Luís Guerreiro - A Conferência Nacional vai igualmente debater em profundidade as questões relacionadas com o melhoramento do trabalho da JCP em termos de acção política e de organização. Miguel Portas - A JCP é, sem dúvida, uma organização que merece o respeito e a admiração dos estudantes universitários, é uma organização que revela capacidade de trabalho em defesa da massa estudantil. Mas a JCP tem também de ser uma organização atractiva. Temos que avançar neste sentido. Estão em questão problemas vastos, assim como o próprio estilo e métodos de trabalho. «Avante!» - A «abertura» da JCP começa, no entanto, a ser um facto destacado... Luís Guerreiro - Sem dúvida! Aliás, a forma como irá decorrer a nossa Conferência é um exemplo disso: como já referimos, participando na nossa iniciativa algumas centenas de

28 e 29, março, 1981 fac. letras Lisboa



Três secções

No decorrer da Conferência funcionarão as seguintes secções de trabalho: sobre os problemas da autonomia universitária; sobre a situação e as tarefas do Movimento Estudantil; sobre a organização e a actividade da JCP no Ensino Superior. Em qualquer daquelas secções todos os participantes poderão intervir. A organização da Conferência preparou vários serviços de apoio, nomeadamente aos delegados, aos participantes e aos órgãos de Comunicação Social.

juvens não comunistas que poderão intervir nos debates, apresentando as suas ideias e propostas. Madalena Santos - O melhoramento do trabalho da JCP na Universidade prende-se entretanto com um conjunto de iniciativas que estamos a preparar e nas quais empenhamos grande entusiasmo. Falamos, por exemplo, das Conferências de Maio (iniciativas culturais e científicas enquadradas nas comemorações do 60.º aniversário do PCP), campanha nacional contra as armas nucleares (iniciativa a lançar pela Conferência), jornadas de carácter ideológico, cultural e científico com o objectivo de analisar o país que somos e a sua ligação com a Universidade, que não pode continuar fechada sobre si própria (iniciativa a realizar no início do próximo ano lectivo) e ainda, oportunamente, um encontro sobre reestruturação do Ensino Superior (acção a realizar em colaboração com os professores comunistas).

Luís Guerreiro - No próximo ano lectivo pensamos promover também uma realização nacional especificamente para análise das questões ligadas à actividade e à organização da JCP.

Assembleia da República

OGE e Plano: comunistas votam contra e fazem propostas de alteração

Debate do OGE e do Plano? Para debater são necessárias duas partes. Apenas uma, a oposição, apareceu combativamente no terreno do hemiciclo. O Governo, secundado pela sua maioria, não veio para responder a perguntas ou para refutar críticas. Não somente apareceu para se auto-elogiar, a maior parte das vezes desastrosamente. Em três dias ficámos a saber que as opções do Plano não são as que o Povo português precisa, e que o Orçamento Geral do Estado não está virado para a satisfação das necessidades dos portugueses, embora no seu estilo grandiloquente a maioria e o Governo afirmem o contrário.

A "AD" pareceu fazer o favor de trazer o OGE e o Plano à Assembleia. Dava a entender que já vinha aprovado e que a discussão era inútil e a crítica mal intencionada. Azevedo Soares chegou mesmo a admoestar Magalhães Mota, a horas tantas, porque o deputado ASDI lamentava o tempo escasso que lhe davam para a apreciação de um plano para quatro anos. O porta-voz do CDS afirmou serem demais os quinze minutos que couberam ao seu opositor.

O quadrado mágico

Instituiu uma nova figura política — ou económica? — o ministro CDS Morais Leitão falou de um tal "quadrado mágico", um conjunto de pressupostos dos quais dependerá

a evolução económica para este ano e a médio prazo. Que pressupostos? Nada mais nada menos que a evolução controlada do défice com o exterior, a redução da taxa de inflação, a redução do desemprego e a expansão da economia!

Definiu também o ministro CDS as condicionantes futuras em que baseou, as suas opções e propostas: a revisão constitucional e a adesão à CEE. Como se vê daqui, quadrado mágico e condicionantes fundamentais constituem algo que ainda se não deu nem se prevê que aconteça. Por isso, provavelmente, ninguém a não ser alguns dos mais ingéniosos ajudantes do Governo acreditaram nalgumas das promessas que o OGE e o Plano continham.

Mas tudo foi aparecendo contraditório: Vaz Pinto, ministro

do Comércio e Turismo, falou de situação pouco prometedora, mas foi dizendo que dentro de um ano estaríamos em condições de concorrência; Carlos Macedo, dos Assuntos Sociais, advogando à actualização das principais prestações sociais, daria a entender que o seu valor real não poderia ser mantido, sendo apenas "um alvo" a atingir.

Cardoso e Cunha, do MAP, falaria na segunda-feira. O responsável pelos ataques à Reforma Agrária pronunciou-se contra os investimentos: "há muitas coisas que se podem fazer sem dinheiro"...

Luis Barbosa ia ser a vedeta: anunciou que o Governo ia anunciar... um novo sistema de crédito que facilitaria às famílias de mais baixos rendimentos adquirir habitação própria! Atentos, os jornais de direita, não deixariam escapar a afirmação e, logo no dia seguinte, pode ler-se que toda a gente ia ter habitação própria!

Bem, e por aí fora. Do lado da oposição onde, para além do PCP, se notou a combatividade de dois deputados do PS — Cravinho

e Constâncio —, que no entanto não deixaram de apontar algumas convergências pontuais com as propostas governamentais, a UEDS receberia os elogios cínicos de Ângelo Corrala por haver criticado o modelo avançado pela "AD" e não os seus aspectos técnicos. O MDP não deixou, no curto tempo que lhe coube, de denunciar as intenções visíveis e subjacentes do Plano e do OGE, gravosas para a vida do Povo português. A ASDI produziu discursos que a "AD" abominou. E Mário Travé, da UDP, deu uma no tom e outra na ferradura, criticando o Governo e... a CGTP!

Intensificar a exploração

Desde logo ao ataque, os comunistas foram quem mais verberaram não apenas as generalidades do Plano e do OGE como, indo ao fundo das questões, abordaram os aspectos sectoriais dos dois documentos. Ilda Figueiredo começaria logo no primeiro dia a classificar as duas propostas: "Os instrumentos que o Governo aqui apresenta — disse —, visam a intensificação da

exploração dos trabalhadores e o agravamento das suas condições de vida, a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, o agravamento da dependência externa do País. Deixam por resolver os problemas do desemprego e do crescimento económico, vibram mais um golpe no nível de vida do Povo português, cortando radicalmente e sem contrapartida os subsídios existentes para os produtos de primeira necessidade, dão uma machadada nos direitos e interesses dos trabalhadores da Função Pública e conseguem mesmo apontar a perspectiva de uma degradação da participação dos salários no rendimento nacional.

Vários deputados do PCP intervieram no debate e dessas intervenções damos alguns excertos nesta página. No final, o camarada Carlos Brito, encerrando o debate por parte dos comunistas, adiantaria que o PCP apresentava propostas de alteração às grandes opções e ao OGE.

Do conjunto destas propostas salientamos, pela sua

incontestável urgência e premente justiça, as que dizem respeito à eliminação do regabofe de isenções e reduções aos grandes grupos económicos, à criação de normas de protecção fiscal das pequenas e médias empresas, à actualização das prestações a que têm direito os reformados, pensionistas e idosos, e as propostas que no Ano Internacional do Deficiente visam dar relevo à protecção fiscal dos cidadãos portadores de deficiência. Não podíamos igualmente deixar de colocar esta Câmara perante o Imperativo de dar Integral cumprimento à Lei de Finanças Locais e de corresponder às justas reivindicações dos trabalhadores da Função Pública.

Os comunistas, como toda a oposição, votaram contra. A maioria a favor. E, no discurso do 1.º Ministro, toda a direita se levantou em palmos. Menos o deputado Freitas do Amaral. Pesado demais para prestar homenagem a um "segundo" tomado primeiro? Ou modesto demais para aplaudir o seu próprio projecto?

A obra e o artista

(...) Todos sabemos qual o valor ímpar da descentralização e das autonomias locais para a construção, aprofundamento e defesa da democracia. Todos sabemos que os atrasos e carências — saneamento básico, habitação, saúde, instrução, transportes, etc. que afectam grande parte das populações portuguesas só poderão ser economicamente e atempadamente resolvidos se o foram a nível local e regional e com a participação das próprias populações. Todos sabemos que a Lei de Finanças Locais, Lei 1/79, foi um primeiro titubeante mas decisivo passo que ir aporta acarinhar e desenvolver.

Mas este Governo da "AD" Balsemado que tem um projecto coerente como muito bem lembrou o sr. ministro das Finanças, tem a marca antidemocrática e logo centralista que lhe é imprimeida pelos dois partidos da direita, PPD e CDS e pelas forças abertamente reaccionárias que dentro deles e ao seu lado tentam o regresso rápido ao passado de opressão e exploração que se não compadece com a autonomia das autarquias locais e com a participação activa das populações na resolução dos seus problemas.

Não cumpre a Lei das Finanças Locais. Retira aos municípios uma verba próxima dos 36 milhões de contos e proclama forem que "o Estado — leia-se — o Governo —, não tem a mínima vontade real de descentralização de funções". Já o sabíamos, mas vale a pena ouvi-lo da voz autorizada do ministro das Finanças e do Plano.

Se por sobre ser de direita e antidemocrático, este Governo da "AD", não fosse também demagógico e falso o que faria era uma proposta devidamente justificada diminuindo este ano a percentagem prevista no 2.º do artigo 8.º da Lei 1/79.

Se o Governo da "AD" Balsemado escolheu a via da interpretação falsa da lei para sonegar cerca de 36 milhões de contos aos municípios isso demonstra que ele sabe que nunca lograria convencer muitos dos seus próprios deputados, e perderia, se tentasse a única via formalmente correcta para uma tão grande diminuição da verba devida por lei aos municípios.

Enfim, pela obra se conhece o artista (...)

Volga de Oliveira

150 mil contos para a CAP

(...) No campo da comercialização dos produtos agrícolas avulta o anúncio desmantelamento da EPAC e a entrega da importação de cereais a empresas ligadas ao capital estrangeiro. A pretensa necessidade de liquidação do monopólio do Estado face à adesão à CEE não passa de uma desculpa grosseira para colocar nas mãos de duas ou três multinacionais, sem possibilidade de um apertado controlo e desligados dos interesses dos agricultores, a importação de cereais.

Isto é: o Governo afirma, por um lado, ser necessário reduzir o grau de dependência externa e aumentar os níveis de auto-abastecimento de cereais e, por outro lado, franqueia as portas da importação, não sendo mesmo de estranhar que, face ao mais baixo preço e à melhor qualidade dos cereais importados, vemos substituída a produção nacional por aqueles. Em vez da necessária política de substituição de importações, corremos o risco, assim, de vermos seguida uma política de substituição sim, mas da produção nacional.

Mas o que se anuncia para a EPAC é apenas parte de uma ofensiva generalizada.

Com o pretendo argumento de não existirem projectos ou não poderem ser concretizados os existentes, o Governo cortou mais de 850 mil contos precisamente, e entre outros, à EPAC, à JNF e à JNPP. E para onde vai esse dinheiro? 150 mil contos dados de mão beijada a sucursais da CAP disfarçadas de "núcleo de lugares contínuos do distrito de Portalegre". (...)

Josquim Miranda

Plenário Nacional do MURPI

O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), vai realizar no próximo sábado, dia 28 de Março, na Voz do Operário, em Lisboa, o seu II Plenário Nacional.

Os trabalhos, que terão início às 9.30 horas, incidirão sobre os problemas que afectam mais de um milhão e meio de idosos, inválidos e viúvas.

Palestra com Vital Moreira

A Organização de Reformados da Freguesia de S. Jorge de Arroios e a Associação de Reformados de Lisboa promovem hoje uma palestra

com o camarada Vital Moreira, deputado do PCP na Assembleia da República.

A iniciativa, aberta a toda a população, realiza-se na sede da Associação, na Alameda D. Afonso Henriques, com início às 15 horas.

Entretanto, no próximo dia 2 de Abril, à Associação de Reformados assinala a passagem de mais um aniversário da Constituição da República com uma sessão, igualmente na sua sede, em que participarão o General Vasco Gonçalves, o Almirante Rosa Coutinho e representantes do PCP, PS, MDP/CDE, MDM e CGTP/Intersindical.

Concentração nos Olivais

Realiza-se hoje, pelas 18h e 30m, em frente ao Pão de Açúcar nos Olivais, uma concentração contra o aumento do custo de vida promovida pela Comissão Unitária de Mulheres dos Olivais, Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Olivais, Comissão de Trabalhadores de "Baptista Russo", Comissão sindical da ECA, comissões intersindical da CAEP e EPAL e Coop. de Habitação de S. Cornélio.

Iniciativas da «Portugal-URSS»

Amanhã, às 21 e 30, realiza-se na sede nacional da Associação Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano à Lapa, 30, em Lisboa, um colóquio sobre a Arménia orientado pelo dr. Eduardo Moradas Ferreira.

Entretanto, no próximo sábado, a partir das 15 horas, decorrerá nas mesmas instalações um encontro com pessoas que visitaram a URSS por ocasião da Olimpíada-80. Será exibido um filme sobre a abertura e o encerramento dos Jogos.

A entrada nas duas iniciativas é livre.

o regime fascista, e mostra, afinal, que o Governo duvida que a por si tão apregoadada capacidade, eficácia e eficiência da «iniciativa privada», possa existir sem uma bem recheada bolsa de dinheiros públicos.

O pretendo desagravamento fiscal global é mais uma declaração governamental desmentida pela realidade. Os números aí estão para o demonstrar. As receitas fiscais orçamentadas no OGE aumentam 30% e 23,5% em relação às orçamentadas e executadas em 1980. E, entretanto, a evolução nominal prevista para o Produto é de apenas 21,5% ou 20%, nas hipóteses apresentadas pelo Governo para o Plano de 1981.

- 1 - a que se refere ao sr. ministro das Finanças quando fala em agravamentos fiscais? O sr. ministro refere-se:
 - a todo o enorme estendal de isenções e reduções fiscais ao capital (só em sede de contabilidade industrial, que incide sobre os lucros, a redução real da carga fiscal pode ser computada em mais de 500 mil contos)
 - ao desagravamento efectivo no imposto complementar de todos os rendimentos superiores (a 600 contos anuais) 40 contos mensais que não são auferidos pela grande maioria dos trabalhadores. (esta redução de taxas para os rendimentos mais elevados significará um benefício real da ordem dos 800 mil contos)
 - a redução do imposto de transacções para os produtos mais fortemente tributados, isto é, na sua generalidade artigos de luxo e supérfluos, que só são consumidos pelas famílias de elevados rendimentos. (e tem o ministro das Finanças o descaramento de afirmar publicamente que se trata de uma medida socialmente justa! Haja pudor, sr. ministro!)

Octávio Teixeira

Vigiar

(...) As vigiarças das contas da Segurança Social têm que ser aqui claramente denunciadas para que os trabalhadores saibam como é gerido o seu dinheiro:

- 1.º Os Governos «AD» afastaram dos organismos executivos da Segurança Social os representantes dos trabalhadores como preceitua o Artigo 63.º da Constituição.
- 2.º O Governo esconde as contas da Segurança Social aos deputados da oposição. Basta por exemplo dizer que depois das numerosas diligências para conseguir obter as contas mensais da Segurança Social qual não foi o nosso espanto quando no mês de Setembro em vez da folha respeitante à evolução das dívidas encontramos um papel a dizer que a folha deixava de ser publicada.
- 3.º Elaborámos um requerimento nos termos regimentais para saber a evolução do montante em dívida e um chefe de Gabinete de algum do MAS responde-nos por carta de correio dirigida ao Grupo Parlamentar do PCP que a dívida é de 30 milhares de contos para 28 milhares, os mesmos números que o ministro dá em milhões.

Contra os Conselhos de Redacção contra o Conselho da Revolução

Que é afinal o jornalista? Que missão tem? — A estas perguntas e a outras, colocadas pelo deputado comunista Jorge Lemos, na passada quinta-feira, ao apresentar o projecto do PCP visando reforçar os direitos dos Conselhos de Redacção e dos seus membros, responderia implicitamente a "AD" que o jornalista teria a missão de "robot telecommandado", recusando votar o projecto comunista, inviabilizando-o desse modo.

Que direitos de organização e participação devem ser assegurados? — perguntaria ainda Jorge Lemos. — Qual a sua relação (do jornalista) com os proprietários e os directores dos órgãos de comunicação social? Como se concilia a sua liberdade de expressão com o direito de propriedade e com as responsabilidades dos directores? Como articular o seu estatuto com os direitos dos restantes trabalhadores dos órgãos de comunicação social? A estas interrogações, que o deputado do PCP sublinhou não serem académicas, mas essenciais para a própria definição do carácter democrático ou não de um regime, salientando entretanto que a Constituição portuguesa consagra respostas precisas para todas estas questões, retorquiu a "AD" com a recusa de um diploma que

visava consagrar um quadro legal justo, defendê-lo, aplicá-lo e aperfeiçoá-lo.

A direita respondeu portanto que os direitos de organização e participação não devem ser assegurados; respondeu que não devia haver liberdade de expressão para os jornalistas. Respondeu sempre pela negativa, como de resto vem sendo habitual quando se trata de iniciativas da oposição.

Esse mesmo dia seria também marcado pela quarta tentativa "AD" de uma proposta de alteração à lei dos sectores público e privado. A prioridade e urgência solicitada pelo Governo, apesar de impugnada, por

inconstitucionalidade, foi concedida pela direita. Cópia fiel do decreto-lei do Governo Sá Carneiro, ainda há poucos meses declarado inconstitucional pelo Conselho da Revolução, o diploma parece ter por único objectivo reabrir a "guerrilha institucional" contra o CR.

A Assembleia continua a mostrar a sua dupla face. De um lado o apoio cego das bancadas "AD" ao Governo e a ausência de iniciativas legislativas. Do outro acumulam-se os projectos que a direita recusa. E a oposição traz ao hemiciclo os problemas reais do país, não abdicando do seu direito à crítica. Como aconteceu na intervenção do deputado comunista Álvaro Brasileiro, que levantou o problema dos seareiros da campanha do melão, em número de milhares, vítimas das medidas repressivas do Governo:

Com efeito e pela primeira vez depois do 25 de Abril, através da Portaria 210/81, de 24 de Fevereiro que regulamenta o arrendamento de campanha, deixa de ser garantido aos seareiros a utilização da terra em partes equivalentes em área e aptidão cultural à utilizada em campanhas anteriores, abrindo-se assim as portas aos senhorios, que a pretexto de qualquer alegada

intenção de reconversão, se desvinculem dos compromissos assumidos em anos anteriores e entram na especulação das rendas, como já se está a fazer. Centenas de seareiros terão de procurar terra noutros locais certamente com rendas mais caras. A isto acresce-se a recusa da maior parte dos grandes senhorios da terra em arrendarem a terra aos seareiros da campanha e aqueles que arrendam é por preços que chegam a atingir mais de 20 contos/hectare, pagos adiantadamente e ainda com a lavoura suportada inteiramente pelos seareiros.

Esta política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Deputados do PCP no distrito de Castelo Branco

Os deputados comunistas Ilda Figueiredo e Jerónimo de Sousa realizam amanhã uma visita ao distrito de Castelo Branco, no decorrer da qual manterão contactos nas empresas têxteis de Belmonte e Tortosendo e ainda na «Portucele», em Vila Velha de Rodão.

Entretanto, no sábado, às 15 horas, na sala de convívio do «Unidos do Tortosendo», a deputada Ilda Figueiredo participa num colóquio sobre a indústria têxtil e a hipótese de entrada de Portugal na CEE.

Carlos Brito: Direcção da política do Governo é o 24 de Abril



(...) A «AD» teme sobretudo que chegue ao País a refutação cabal que os partidos da oposição fazem da sua desastrosa política. E por isso que limitou drasticamente a reportagem televisiva dos trabalhos parlamentares e impôs a eliminação dos tradicionais magazines da televisão comportando a antologia diária das posições de cada partido e seleccionadas sob a responsabilidade destes. E é assim que na sua ânsia de manipular vimos aparecer no telejornal de ontem à noite como a grande figura deste debate o deputado Adriano Moreira. Não sabemos de quem partiu a iniciativa, mas a verdade é que ela se reveste de um raro e espantoso simbolismo. Constitui seguramente uma homenagem ao papel singular do CDS e, quiza ao sr. deputado em questão, na génese, na filosofia, na elaboração, na apresentação e na defesa das propostas de lei em discussão. Mas representa, acima de tudo, a caracterização de uma forma inimaginavelmente sugestiva da essência da política económica, financeira e social que as propostas comportam e de modo muito especial a sua direcção — o 24 de Abril.

O discurso da «AD» sobre estas matérias mudou significativamente no lapso de um ano. Há um ano atrás era ainda a contestação amargurada daquilo a que chamava o Estado-patrão agora já se assume abertamente como patrão do Estado e como a voz do Estado dos patrões.

Não admira por isso que todos os senhores ministros ergam nas suas intervenções, o pendão da cruzada contra os aumentos de salários procurando estabelecer aqui a teoria do tecto salarial de 16% e das práticas de boicote e bloqueamento da contratação colectiva que querem impor aos trabalhadores da Função Pública, que ordenam nas empresas nacionalizadas, que apoiam e estimulam nas empresas privadas com a determinação indistigável de aumentar ainda mais a parcela dos lucros.

(...) Ao mesmo tempo que prepara os dispositivos legais para abertura ao grande capital das empresas e dos sectores mais apetecíveis pela sua rentabilidade ou posição estratégica. A «AD» e o seu Governo tardam e limitam o pagamento das indemnizações compensatórias das Empresas Públicas dificultam-lhe a obtenção de crédito, impõem-lhes uma política de preços ruinosos, bloqueiam-lhes os planos de desenvolvimento, recusam a posse aos gestores eleitos pelos trabalhadores.

(...) A política económica, financeira e social que o Governo anuncia nas Grandes Opções e os financiamentos constantes do OGE para 1981 não melhoram as condições de vida dos portugueses, não promovem a satisfação das necessidades sociais, não melhoram as condições de educação e do acesso dos jovens à vida activa, não atenuam as assimetrias regionais, não aproximam Portugal do nível de desenvolvimento económico e social dos países da Europa Ocidental, não reforçam nem modernizam a estrutura produtiva, não corrigem os efeitos sociais negativos do processo de desenvolvimento económico.

Muito ao contrário, a mostra de 15 meses de Governo da «AD» e as propostas de lei em discussão: — apontam para o agravamento dos défices ruinosos do OGE, das balanças comercial e de transacções correntes, da dívida externa e interna.

— degradam as prestações sociais, defraudando os direitos dos reformados, pensionistas e idosos, agravando as contribuições dos rurais e o seu afastamento do regime geral.

— propõem-se pagar 8 milhões de contos de juros de indemnizações a ex-agrícolas e ex-monopolistas, preparando-se para lhes servir ao mesmo tempo um escandaloso perdão de juros de mora e das próprias dívidas fiscais.

— reduzem a 4 produtos o cabaz de compras, cortando radicalmente e sem contrapartida os subsídios para os produtos de primeira necessidade, preparando o aumento generalizado dos preços a taxas largamente superiores às invocadas para a repressão salarial.

— entregam à gula privada a saúde dos portugueses degradando os serviços públicos e aumentando as taxas dos serviços médico-sociais.

— arruinam o Fundo de Fomento da Habitação, fazendo da política de habitação o festim dos promotores imobiliários dos grandes patões da construção civil.

— sonham cerca de 36 milhões de contos às autarquias locais anunciando uma próxima revisão da Lei das Finanças Locais que consagra o esbulho.

Esta política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Está política, os seus pressupostos, princípios abstractos, objectivos e metas só podem ter a nossa mais firme oposição.

Trabalhadores



«Teia de interesses» à volta da TAP

Num «breve balanço à situação na empresa», depois de assinado o acordo com os sindicatos representativos da maioria dos seus trabalhadores, a célula do PCP na TAP assinala «os resultados apreciáveis» conseguidos com esse acordo. O balanço, que pretende contribuir para «uma melhor compreensão da complexa teia de interesses» que se tecem à volta da TAP e daí extrair algumas conclusões, recorda a dada altura que os planos de desmembramento da TAP podem passar pela constituição de novas empresas privadas ou associadas ao capital privado e conhecendo-se declarações várias vezes proferidas no sentido de encorajar a constituição de uma nova empresa de manutenção de aeronaves, a partir da TAP, das OGMA e da ALAR, os trabalhadores comunistas da TAP não podem «deixar de se interrogar sobre o comportamento da direcção do Sistema (Sindicato paralelo da manutenção que decretou recentemente uma greve na empresa) e a sua relação com a indigitação como gestor de um indivíduo que foi fundador da ALAR-Empresa Ibérica de Material Aeronáutico, Sarg em Portugal e em Angola, que é um dos seus principais accionistas e encontra-se ao serviço de grandes empresas de construtores de material aeronáutico no Brasil desde 1975».

A célula afirma que o Governo AD, em vez de promover a entrada em funções do dr. Flávio Marques, gestor eleito pelos trabalhadores de acordo com a Lei 46/79 e de preencher o lugar deixado vago há meses pelo dr. Rodrigo Ferreira, se preocupa em substituir «rapidamente» um gestor que «afinal ainda se encontra em funções». A acção contra o desmembramento da TAP nacionalizada, o reforço da unidade dos trabalhadores e a o êxito da luta são preocupações manifestadas pelos trabalhadores em relação ao futuro das empresas públicas e nacionalizadas», vêm o futuro da empresa comprometido e em contradição flagrante com «as repetidas declarações do presidente do conselho de gerência sobre a possibilidade de a TAP dar lucros em 1981, na base da aceitação pelo Estado dos prejuízos sofridos pelas operações com as regiões autónomas da Madeira e dos Açores como contrapartida dos serviços sociais prestados».

Internacionalismo da CGTP-IN

José Rutilio Sanchez, dirigente da Frente Democrática de El Salvador, teve em 20 do corrente uma reunião de trabalho com o secretariado da CGTP-IN. Em comunicado do mesmo dia a Central unitária, depois de referir-se ao «papel desempenhado pelo imperialismo americano no apoio à Junta fascista que se mantém no poder naquele país», realinha à Frente (FDR) de El Salvador «a total solidariedade do Movimento Sindical Unitário português para com a luta do povo e dos trabalhadores de El Salvador». Manifestando «a sua preocupação pela crescente intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos daquele país, a CGTP-IN exige novamente do Governo português uma tomada de posição que condene «a actuação das autoridades de El Salvador e dos seus aliados», agindo assim o Governo de acordo com a Constituição do nosso País. Uma campanha de sensibilização e de solidariedade será entretanto iniciada pela Central portuguesa que convidou um delegado do Comité de Unidade Sindical de El Salvador para representar todas as organizações sindicais salvadorenhas no próximo Primeiro de Maio em Portugal.

Contra o racismo

Em 21 do corrente, Dia Mundial contra a Discriminação Racial, a CGTP-IN solidarizou-se por seu turno com «os patriotas sul-africanos e namibianos» e condenou «o governo racista da minoria branca» que oprime esses povos e é responsável, entre outros actos criminosos, pelo «hediondo massacre de Soweto» e pelos inúmeros ataques aos territórios soberanos dos países da linha da frente, nomeadamente a República Popular de Angola, a República Popular de Moçambique e a Zâmbia». A CGTP-IN que refere expressamente «o carácter colonialista das autoridades da República da África do Sul» é contrária a todos os apoios à política de Pretória, e entende que o Governo português deve tomar «uma posição de inequívoca condenação da prática política desenvolvida pelas autoridades racistas sul-africanas». A Central unitária reclama «a retirada imediata das tropas racistas do território namibiano e a cessação dos ataques aos territórios e às populações dos países limítrofes como condição essencial para o restabelecimento de um clima de paz e de justiça naquela região africana».

Desemprego recusado em Serpa

No conselho de Serpa há mais de dois mil trabalhadores desempregados. Em frente à Câmara Municipal, no último sábado, muitas centenas desses e de outros trabalhadores, no final de uma concentração convocada pelas suas organizações sindicais, entregaram ao presidente da Câmara um documento onde são indicadas várias herdades abandonadas pelos agrários brindados pelo MAP. Entre as terras incultas contam-se 134 hectares da agrária Elisa Assunção e toda a herdade do Crespo com 695 hectares cobertos de mato. Entre os exemplos citados no documento há vários onde a azeitona não foi apanhada. Foi mandada enterrar pelos agrários. No documento entregue ao presidente da Câmara de Serpa os trabalhadores exigem que essas herdades sejam devolvidas a quem as cultivou e tornou férteis.

TE's reivindicam

Trabalhadores-estudantes (TEs) em Reunião Nacional na Escola Veiga Beirão em Lisboa aprovaram recentemente através das suas Associações representativas (ATEs) de todo o País um caderno reivindicativo a apresentar ao Ministério (MEC) e a todos os órgãos de soberania. Na mesma Reunião que considerou «louvável», embora susceptível de ser melhorada, a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP e ao apresentar para discussão na Assembleia da República um projecto de lei sobre os trabalhadores-estudantes, foi eleita a «nível nacional» uma «Comissão Provisória de TEs» constituída por 5 Associações de Trabalhadores-Estudantes das regiões de Lisboa, Porto e Coimbra.

Escritórios do Porto reúnem-se hoje

• Convoca a CD

Convocados pela Comissão Directiva (CD) reúnem-se hoje pelas 18 e 30 os associados do Sindicato dos Escritórios do Porto. Esta reunião – a primeira convocada pelos elementos da lista eleita há dois anos – realiza-se na sede do Sindicato, na Rua de Alexandre Herculano daquela cidade. Depois de esses elementos terem sido «expulsos» por aqueles que a maioria dos trabalhadores considera um «bando de usurpadores», estes sentindo o isolamento a que estão votados, recusaram com as suas «decisões» ilegais e propuseram negociações a todos os elementos democraticamente eleitos no decorrer da semana passada sobre a anulação dessas «decisões» e a «cedência» da sede. Os elementos da lista eleita declararam entretanto que só aceitarão discutir com a ex-direcção a forma de transferir o controlo das instalações e dos serviços sindicais.

Práticas correntes de certo patronato exigem melhor coordenação das lutas

• É preciso fortalecer nas empresas a organização sindical

Grande parte das lutas que aqui foram referidas na semana passada passaram para esta e vão manter-se. Entretanto outras surgiram e estão anunciadas paralisações ou outras formas de luta em sectores como o calçado, os transportes (RN e colectivos do Porto), a electricidade (EDP), função pública, trabalhadores rurais (Leiria), professores.

Juntamente com as paralisações, onde naturalmente sobressai esta semana a greve da Petroquímica, aparecem outras formas de luta como manifestações, encontros e concentrações: contra o desemprego em Serpa (ver esta página), em defesa das nacionalizações (anteontem em São Bento), a manifestação da função pública, em Lisboa, o encontro de várias estruturas representativas dos trabalhadores promovida pelo Conselho de Trabalhadores da Amadora.

Entretanto, certo patronato, em regra o melhor instalado, abusa dos favores deste Governo, procurando colher rapidamente todos os dividendos possíveis do voto na «AD». O mesmo fazem alguns órgãos de gestão do sector empresarial do Estado que adoptaram como práticas correntes o tecto ilegal para aumentos de salários, a repressão, o contrato a prazo, a fuga à negociação e ao diálogo – fuga essa para a qual só podem invocar razões políticas – juntamente com o ataque diversificado às leis do trabalho em vigor com incidência especial na lei da greve.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas não se têm limitado a confirmar toda essa escalada e a denunciá-la publicamente. O desenvolvimento e o alcance das lutas aí estão para comprovar hora a hora dia a dia a força dos trabalhadores organizados, a sua capacidade de resposta, a sua representatividade, o seu poder de negociação.

Mas, perante a sistematização do assalto organizado a liberdades e direitos, é indispensável opor a essas e outras atitudes ilegais, e por vezes violentas, uma melhor coordenação das lutas e o fortalecimento da organização em empresas e sectores.

Nesse sentido vão os interesses mais imediatos das grandes massas abrangidas pela revisão dos contratos e acordos colectivos de trabalho para milhares de empresas de todos os ramos de actividade com incidência directa no nível de vida da maioria da população.

Nacionalização dos transportes sob a ameaça «AD»/Balsemão

• RN anuncia paralisação para 31
• No Porto adesão total nos STCP
• Manifestações em Lisboa

Reunidas ontem, 25, em Lisboa, as estruturas representativas dos trabalhadores da Rodoviária Nacional-EP aprovaram uma proposta de paralisação nacional por 24 horas, em 31 do corrente. A proposta aprovada terá aplicação efectiva, se entretanto o Governo «AD»/Balsemão nada fizer no sentido de anular a resolução 43-E/81, de inteira responsabilidade do Executivo, com a qual pretende iniciar o desmantelamento da Rodoviária Nacional, retirando-lhe todas as actividades complementares. A ideia, que não é nova, deixa apenas a cargo do Estado o que, pelo seu carácter social, não dá lucro e reprivatiza todo o resto. Tudo o que dá lucro deve ser entregue aos amigos «AD»/Balsemão. E no caso da Rodoviária são algumas dezenas de milhar de contos por ano.

Convém sublinhar desde já que, em 1979, as tais actividades complementares que este Governo não tem «ocazão» para gerir tiveram na RN um volume de vendas de 1 362 400 contos (23,9 por cento do total de vendas da empresa) com um lucro líquido de 38 900 contos. Até ao fecho do jornal já tinham tomado posição contra este primeiro passo para a reprivatização inconstitucional de bens do Estado a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) e a CIS (Comissão Intersindical) da RN-EP, a Federação dos Rodoviários, a Comissão Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector, o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP e o próprio Partido através de uma nota da SIP. A Comissão Coordenadora de todas as estruturas da RN marcava entretanto para 1 de Abril, em Lisboa, uma reunião destinada a analisar a situação e a tomar as medidas adequadas contra o desmantelamento da empresa e para a coordenação de acções ou formas de luta que porventura se tomem necessárias para negociar o novo ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) da Rodoviária Nacional.

Um acto de particular gravidade

Assume «particular gravidade e justifica vivo protesto a demolidora ofensiva que o Governo «AD»/Balsemão prepara contra as empresas públicas de transportes, designadamente contra a Rodoviária Nacional», afirma a nota da SIP do PCP, que ao referir-se ao saneamento económico-financeiro da empresa sublinha que o Governo se propõe rever o respectivo acordo recusando-se a pagar à Rodoviária a dívida de 1 400 000 contos de indemnizações compensatórias. A este respeito – frisa a dado

nacionalizadas como balão de ensaio para outros voos. Que estes não têm ido longe, nem poderão ir como quer

a irredutibilidade do Governo, é comprovado diariamente pelo número cada vez maior de empresas onde a lei se

desencadeia por aumentos salariais compatíveis com o aumento excessivo do custo de vida já verificado este ano e que se anuncia ainda pior para o resto do tempo em que os contratos efectivamente estão em vigor. Entretanto, na Assembleia da República, a greve dos 650 trabalhadores dos STCP era motivo de um requerimento apresentado anteontem ao Governo pelo deputado comunista António Mota.

O documento, numa introdução e em 5 perguntas responsabiliza o Governo pelo bloqueio do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) dos transportes colectivos do Porto, denuncia o recurso abusivo ao trabalho extraordinário por parte dos STCP e a correspondente falta de criação de postos de trabalho, sujeitando os trabalhadores a ritmos de trabalho inaceitáveis. As razões da luta são na verdade tão fortes e atingem de tal maneira todos os trabalhadores que o próprio PSD, que no Governo bloqueia as negociações, fez sair na empresa um comunicado de «apoio» à luta dos trabalhadores.

Manifestações em Lisboa

A par das lutas em número crescente de empresas e sectores por todo o País, são de assinalar a manifestação dos trabalhadores da Função Pública, na última segunda-feira que reuniu milhares de pessoas em Lisboa, com o apoio manifesto de todos os Sindicatos do sector, e a concentração de anteontem frente ao Palácio de São Bento, sede da Assembleia da República, durante a qual milhares de trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas manifestaram grande determinação e firmeza na rejeição dos planos do Governo, nomeadamente o Orçamento para 1981, através do qual se pretende impor o tecto salarial de 16 por cento. Os trabalhadores reclamaram a reposição da legalidade democrática. Na Função Pública a situação está a um passo da greve.

AS TRABALHADORAS DA LISTA DE DESPEDIMENTOS DA S.E./ITT PERGUNTAM:

1ª PARA QUANDO A REINTEGRAÇÃO?
2ª QUEM FAZ CUMPRIR OS DESPACHOS DO S.T.A.?
3ª PORQUÊ A CUMPLICIDADE DO GOVERNO COM A ITT CONTRA AS LEIS DO NOSSO PAÍS?
4ª QUANDO É QUE O GOVERNO RESPONDE AOS REQUERIMENTOS DE VÁRIOS GRUPOS PARLAMENTARES?

NÃO DESISTIMOS DA NOSSA LUTA, PELO DIREITO AO TRABALHO.

A luta pela reintegração dos 212 trabalhadores, mulheres na grande maioria, abusivamente despedidos pela Standard/ITT de Cascais, que prossegue há cerca de 9 meses, teve anteontem mais uma iniciativa junto da Assembleia da República onde os «trabalhadores legalmente afastados do trabalho» distribuíram um comunicado e a tarjeta de luta de que reproduzimos um exemplar

CGTP-IN reclama entrevista urgente com o 1º Ministro

Depois de uma reunião de várias horas do seu Conselho Geral, que incluí 17 Federações e 20 Uniãoes Distritais, a CGTP-IN convocou os jornalistas na última sexta-feira para anunciar várias decisões relacionadas com a maneira como o Governo tem encarado a discussão dos objectivos fundamentais do Caderno Reivindicativo que a Central lhe entregou há cerca de dois meses. Segundo documento distribuído pela comissão executiva do secretariado nacional da CGTP-IN naquela conferência de Imprensa, os dirigentes da Central, confrontados com a inexistência de resultados concretos nas conversações mantidas até agora com membros do Governo decidiram suspendê-las, não comparendo já às reuniões apressadas para o próximo dia 30 com o ministro do Trabalho e o ministro dos Assuntos Sociais. Acompanhada de uma outra respeitante ao Inatel, essa decisão de «suspender as reuniões com o Governo» não prejudica (antes nele se insustiu) o pedido de audiência ao Primeiro-Ministro feito pela CGTP-IN em 26 de Fevereiro findo.

A Central não aceita ser parte em conversas sem conclusões que criam falsas expectativas nos trabalhadores e só contribuiriam para criar a imagem de Governo «dialogante», quando o que se passa realmente, depois de 5 entrevistas com ministros, é que nenhuma resposta concreta se obteve da parte do Governo ao qual a CGTP-IN tem exposto aprofundadamente os seus pontos de vista sobre as matérias cuja discussão e resolução considera prioritárias».

Analisada esta situação, que se agrava ainda com atitudes como a de afastar «em conluio com os divisionistas da UGT», a CGTP-IN da gestão do Inatel, a Central unitária, embora não tome uma atitude de ruptura com o Governo, responsabiliza-o «pelo agravamento das tensões sociais no País» e «vai intensificar a mobilização dos trabalhadores e aprofundar as formas de luta enquanto não estiverem garantidos os objectivos fundamentais do seu Caderno Reivindicativo», cuja demora de apreciação por parte do Executivo não se deve fundamentalmente a questões técnicas, a dificuldades relacionadas com o número e a importância das reivindicações, mas sim a razões de carácter político, aos objectivos de classe de um Governo cuja política tem em vista «não apenas o ataque às conquistas e direitos dos trabalhadores e ao regime democrático constitucional», mas também o agravamento da situação económica e social do País.



A um passo da greve pela contratação, a Função Pública manifestou-se em Lisboa exigindo do Governo a satisfação das suas reivindicações



Reposição da legalidade democrática e defesa intransigente do sector público e nacionalizado foram em síntese as reclamações apresentadas anteontem em Lisboa por milhares de trabalhadores em frente à sede da Assembleia da República

PCP

Duas vezes no mesmo dia milhares de pessoas no Palácio de Cristal em iniciativas do PCP

Uma vez mais o Partido Comunista Português levou ao grandioso recinto do Palácio de Cristal, e por duas vezes no mesmo dia, muitos milhares de pessoas da cidade do Porto que, em ambiente de festa e de entusiasmo, saudaram, uma vez mais, no último sábado o 60.º aniversário do PCP. Muitos milhares de bandeiras vermelhas e dísticos de diversas organizações do Partido, deram a expressão de cor e de movimento à energia e à confiança que marcaram o comício que se realizou à tarde.

Entre as dezenas de democratas presentes como convidadas, viam-se figuras destacadas do distrito, como Ruy Luís Gomes, José Morgado, Álvaro Ferreira Alves, Armando Cotta, Raul Castro, Frankim Cardoso e Fernando Brochado, entre outros, bem como representações do MDP/CDE, do Partido Socialista e de outros sectores democráticos e independentes.

Além da presença dos camaradas Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central e Edgar Correia, membro do CC e responsável da DORP, a mesa foi constituída por representantes das comissões concelhias, de algumas comissões de freguesia, de grandes sectores de organização, de



Álvaro Cunhal falou pormenorizadamente sobre a actual situação política

velhos militantes do Partido, de dirigentes sindicais comunistas, membros destacados do Partido na luta antifascista e na vida democrática da cidade, como Virgínia Moura, Óscar Lopes e Armando Castro, resistentes do Campo de Concentração do Tarrafal como Joaquim Ribeiro e João Campelo, um membro da Comissão Central do JCP

e pelos membros do Executivo da DORP.

A presença e as canções de Manuel Freire constituíram a abertura do comício. De seguida, falou em nome da DORP, Manuel Sousa, que afirmou na sua intervenção que os comunistas comemoram o passado virados para o presente e para o futuro, determinados em continuar a luta revolucionária em defesa do povo e da Pátria.

Fernando Madruga, membro da Comissão Central da JCP e do Executivo da DORP da JCP, denunciou na sua intervenção a política do Governo AD/Balsemão de ataque frontal aos direitos e aspirações da juventude.

Rute Rodrigues, que tomara a palavra em nome das mulheres comunistas, acentuou a crescente participação das mulheres na vida política portuguesa. A intervenção de Armando de Castro, ao focar a condição do intelectual na sociedade portuguesa e no seio do Partido da classe operária, deu relevo às condições de liberdade intelectual e de diálogo aberto e criador que a integração no Partido Comunista toma possível aos intelectuais.

Particularmente saudada pela assistência, seria



a intervenção de Joaquim Ribeiro, operário da EFACEC, preso no Tarrafal durante dezasseis anos, e que lembraria a resistência heróica que os comunistas ergueram contra a ditadura fascista.

A encerrar o ciclo de intervenções que antecederam a comunicação de Álvaro Cunhal, que publicamos em suplemento, Martins Silva, do Secretariado da Célula da Soares da Costa, empresa de construção civil, denunciou as condições de exploração desenfreada e aberta da repressão patronal a que continuam submetidos os

trabalhadores, com a cumplicidade e o apoio indistigáveis do Governo AD/Balsemão.

Inúmeras saudações, algumas das quais lidas aos microfones no decorrer do comício, manifestaram a solidariedade, a unidade e a confiança das massas trabalhadoras e das forças democráticas ao PCP.

Igualmente significativas a este respeito foi a entrega de numerosas prendas de aniversário ao Partido, na pessoa de Álvaro Cunhal, nomeadamente: de trabalhadores têxteis de Matosinhos, da célula da

EFACEC, do Comité Local do Porto, dos Pioneiros de S. Mamede de Infesta, da Célula da EUROFER, da célula da EDP, da organização da Freguesia de Paranhos, da Comissão

Concelhia de Vila Nova de Gaia, da célula da C. Santos, do núcleo de pioneiros de Paranhos e de Edgar Carvalho, militante do MDP/CDE de Valbom-Gondomar.

Eia, Avante! êxito que se repete

À noite o Palácio de Cristal voltou a encher-se de vida com a apresentação, pela segunda vez, do espectáculo «Eia, Avante!», desta vez com a participação de Fernando Tordo e com algumas alterações ao guião original, que no entanto lhe

mantiveram o carácter de unidade complexa com articulação de diversas formas de intervenção artísticas projectadas no mesmo sentido: a vida e a luta do Povo português, o nascimento e a história do Partido Comunista Português.

AGENDA

• Avelo

Sábado, dia 28, às 21 e 30, exibição do filme "A Juventude de Máximo", no Centro de Trabalho de Santiago de Ribas U (concelho de Oliveira de Azeméis).

• Castelo Branco

Domingo, dia 29, almoço de confraternização, às 13 horas, em Idanha-a-Nova, com Carlos Pinheiro; às 18 horas, no Centro de Trabalho, exposição e filme ("O Couraçado Potemkine").

• Coimbra

Amanhã, sexta-feira, sessão em Casal da Areia (Tavarede / Figueira da Foz), às 21 e 30, na casa de Mário da Fonseca, com projecção de diaporama.

Sábado, dia 28, sessão-convívio em S. Martinho do Bispo, com Jaime Serra.

Domingo, dia 29, sessões-convívio no Centro de Trabalho e no clube de Coimbra, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Santa Cruz; sessão no Ateneu de Coimbra, iniciativa da organização da zona da Alta.

• Évora

Amanhã, sexta-feira, sessão na Vendinha, com César Rousado.

• Faro

Sábado, dia 28, sessão com passagem de diaporama em S. Brás de Alportel, na Sociedade 1.º de Janeiro, com José Vitoriano.

Domingo, dia 29, sessão com passagem de diaporama em Santa Bárbara de Nexe (Faro), às 17 horas, com José Vitoriano; almoço de confraternização em Faro.

• Lisboa

Hoje, quinta-feira, sessão de cinema em Tagarro (Azambuja).

Amanhã, sexta-feira, exibição do filme "Direcção do Ataque Principal", às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Campolide (Rua do Arco do Carvalhão, 53), iniciativa da 2.ª Zona de CLL; colóquio no CT de Cascais sobre Comunicação Social, com J. Alferes Gonçalves e António Borge; sessão de cinema em Quebradas (Azambuja).

Sábado, dia 28, encontro de militantes dos Comités Locais de Viadonga no CT daquela freguesia, a partir das 15 horas; sessão comemorativa na Sociedade Filarmónica da Amadora, às 21 e 30, com Octávio Pato; sessão de cinema em Vila Nova de S. Pedro (Azambuja).

Domingo, dia 29, festa promovida pela Comissão Concelhia de Cascais, a partir das 15 horas, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, com apresentação do filme "A Fuga", do realizador Luis Rocha, e intervenção de Dias Lourenço sobre a história e a luta do Partido.

Dia 30, segunda-feira, prossegue no campo Magalhães Lima o torneio de futebol de salão "60.º aniversário do PCP", com os seguintes encontros, a partir das 20 horas: Os Barões-Os Académicos; Os Marretas-STICF; Heska B-Citofone; Armazéns R. Irmão-CAL/AFA.

• Portalegre

Sábado, dia 28, sessão em Foros do Arrão.

• Porto

Amanhã, sexta-feira, sessão-festa, às 21 e 30, no cinema de Valbom (Gondomar), com a participação dos conjuntos "Canto de Abril" e "Canto e Flor". Inauguração, em Santo Tirso, nos antigos Paços do Concelho, de uma exposição da DORP sobre a vida e a luta do Partido (às 21 e 30, diaporama).

Sábado, dia 28, às 15 e 30, projecção de dois filmes no âmbito daquele certame: "Comunistas de Portugal" e "Festa do Avante!".

Domingo, dia 29, às 15 horas, diaporama, nos antigos Paços do Concelho de Santo Tirso.

• Setúbal

Amanhã, sexta-feira, no Centro de Trabalho do Barreiro, às 21 horas, reunião de camaradas da Quimigal responsáveis pela recolha da quitação; sessão na Cruz do Pau (Seixal), às 21 horas, com Vitor Neto.

Sábado, dia 28, sessão na Carrasqueira, às 20 e 30, com José Manuel Maia; plenário concelho de militantes do Barreiro, às 10 horas, no cinema dos Ferrovilanos; plenário concelho de quadros do Montijo às 10 horas, no Centro de Trabalho da Vila, com Carlos Ramalho; iniciativa de cabeleireiros e barbeiros, a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho de Almada ("estação à disposição de todos os homens, mulheres e crianças para lavar e pentear cabelos dos mais rebeldes aos mais macios") - iniciativa integrada na campanha "Almada, uma Casa do Partido".

Comunistas transmuntanos reforçam solidariedade

• Sérgio Vilarigues evocou Bento Gonçalves e Militão Ribeiro

Cerca de duas centenas de transmuntanos residentes na área da Grande Lisboa, acompanhados de familiares e amigos, estiveram presentes na jornada de convívio realizada no passado domingo, no Centro Social dos Trabalhadores do Comércio, no Rossio.

A iniciativa teve como principal objectivo estimular o apoio dos transmuntanos que vivem na capital ao Centro de Trabalho do PCP inaugurado na cidade de Bragança. Na ocasião, foi promovida uma acção de recolha de fundos.

O programa incluiu a participação artística de José Barata Moura, José Jorge Letria, Helena Isabel, Armando Galdas e do grupo "Povo Unido" e um serviço de "comer-e-beber" em que não faltou o apreciado presunto transmuntano.

Os camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do Comité

Central, Avelino Martins, Gracinda Pinheiro e Manso constituíram a mesa da sessão realizada no decorrer da iniciativa dos transmuntanos comunistas, que durou todo o dia.

Sérgio Vilarigues escolheu para tema da sua intervenção "dois transmuntanos modestos, mas de puro cristal revolucionário que honraram com o seu comportamento moral, profissional e politico-revolucionário não apenas a sua região, mas também o seu país": Bento Gonçalves e Militão Ribeiro, o primeiro natural de Montalegre, o segundo de Murça.

«Ainda crianças — lembrou Sérgio Vilarigues — Bento foi enviado para Lisboa e Militão para o Brasil, não em viagem de turismo, mas para o trabalho duro, para o ganha-pão diário... Ambos se fizeram operários qualificados, Bento em Portugal, Militão no Brasil.

«No trabalho duro das fábricas, sentindo e compreendendo a exploração de que a classe operária era vítima, nas lutas de classe contra o patronato pelo pão, por uma vida melhor, forjaram-se como revolucionários activos e dirigentes políticos. Bento, do PCP, Militão, primeiro do PC do Brasil e anos depois, em Portugal, do PCP.

«Ambos morreram nas prisões fascistas, assassinados é o termo mais justo: Bento no Tarrafal, em 11 de Setembro de 1942; Militão na Penitenciária de Lisboa, em 3 de Janeiro de 1950. Morreram num posto de combate bem difícil, mas combatendo até ao último sopro de vida. Creio não exagerar nada se disser que morreram como heróis do nosso Povo pensando na sua libertação do jugo fascista, primeiro, e na conquista do socialismo, depois.»

Após se referir pormenorizadamente ao itinerário militante

dos dois camaradas desaparecidos, ilustrando as suas palavras com a evocação de episódios em que ele próprio participara, Sérgio Vilarigues concluiu, sobre os aplausos dos presentes:

«No ano do 60.º aniversário da fundação do PCP a melhor homenagem que se lhes pode prestar é seguir o seu exemplo de revolucionários determinados a empunharem até ao fim a bandeira da luta pela defesa dos interesses das massas trabalhadoras e de todas as camadas antimonopolistas do nosso País, pela defesa das conquistas da revolução de Abril, pela defesa da paz, contra a instalação de bases militares estrangeiras em território português, por uma política de independência nacional, pelo Socialismo. Honremos com a nossa luta por um Partido mais forte e coeso a memória de Bento Gonçalves e Militão Ribeiro!».

Novo CT em Montelavar

Assinalando o 60.º aniversário do PCP, os comunistas da organização de Montelavar, freguesia do concelho de Sintra, inauguraram recentemente um novo Centro de Trabalho do Partido, no decorrer de uma animada iniciativa de confraternização em que também participou o camarada Albano Nunes, membro do CC. Antes da visita ao CT de Montelavar, aquele dirigente do Partido esteve no Centro de Trabalho de Fação. Em Montelavar o jantar-convívio reuniu mais de 150 camaradas e amigos



Camaradas falecidos

João Vedro

Faleceu recentemente o nosso camarada João do Nascimento Vedro, residente em Porto Salvo, membro da organização dos trabalhadores comunistas da Caris, activista sindical e colaborador assíduo do Boletim do Sindicato (TUL). No cortejo fúnebre incorporaram-se, além de familiares e amigos, muitos vizinhos e companheiros de trabalho.

Maria João Ventura

No passado dia 18, vítima de uma pneumonia que se agravou subitamente, faleceu a camarada Maria João Ventura da Cruz. Tinha 34 anos e era bem conhecida na sua classe profissional, a dos professores, tanto pelo dinamismo e empenho que dedicou à sua vida profissional como pela fraternidade que caracterizava o seu relacionamento com os outros. Desempenhou funções directivas nas

Escolas Secundárias de Oeiras e Seixal e pertenceu à comissão instaladora da Escola Secundária de Carcavelos. Foi igualmente delegada sindical e membro da direcção da Organização do CPES/ES da organização dos professores da DORL do PCP.

Constantino Gomes

Com 67 anos, faleceu o nosso camarada Constantino Gomes, trabalhador reformado, membro da organização de Algés, freguesia de Carnaxide. Antigo combatente antifascista, lutador incansável pela causa da democracia, o seu funeral realizou-se no passado dia 22, com a presença de familiares e amigos.

O colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências às famílias dos comunistas desaparecidos.

Parabéns camaradas de Belém!

De uma parte das ruínas do antigo cinema «Salão Portugal», à Trav. da Memória na Ajuda; de uma montureira feita ao longo de anos e anos de que agora a criança das redondezas já se afastava — aqui ergueram os comunistas de Belém, em pouco mais de dois meses em mais de 2 mil horas de trabalho voluntário contabilizadas, mais um Centro de Trabalho do Partido.

Da tenacidade de quem sabe o que faz e para que, passaram os comunistas de Belém, no passado sábado, à alegria da celebração. Da obra feita, sem dúvida — daquelas seis salas, para convívio e para trabalho, onde não falta o salão, equipado com um pequeno palco, onde desde amplas reuniões a espectáculos tudo se fará. Mas, sobretudo, da obra que começa: o trabalho do Partido que ali se

organizará em condições mais propícias, e que no próprio dia da inauguração começou.

De facto, na sessão inaugural a que esteve presente, em nome do CC e da DORL, o camarada José Casanova, seis novos militantes tiveram os seus cartões, e duas novas células de empresa — as da Luxex e da Sociedade Portuguesa de Construção Mecânica — nasceram. Durante o convívio em que participaram mais de 150 camaradas foi feito um leilão — e 7 mil esudos ficariam como a primeira tarefa de recolha de fundos cumprida no novo Centro de Trabalho.

Parabéns aos comunistas que ergueram, bom trabalho aos comunistas que daquele Centro levarão o Partido à freguesia de Belém!

Dirigente salvadoreno recebido no PCP

José Rutílio Sanchez, da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, foi recebido no Comité Central do PCP pelo camarada Albano Nunes, do Comité Central, e Domingos Lopes, da Secção Internacional.

No encontro foi reafirmada a firme solidariedade do PCP à Frente Democrática Revolucionária e à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional na sua luta contra a ditadura fascista no poder e o imperialismo.

Reunificação da Coreia

Partiu para Argel Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do PCP, para aí participar na Conferência Mundial para a Reunificação Independente e Pacífica da Coreia, a decorrer de 26 a 28 de Março.

Habitação social

Regressou a 21 de Março de Munique, na RFA, o engenheiro Rui Dantas Ferreira, que aí representou o PCP no Colóquio Internacional sobre «As carências no campo da habitação e a luta dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa por uma política de custos e habitação social», organizado pelo Partido Comunista Alemão.

60.º aniversário comemorado no Luxemburgo

Um almoço, seguido de uma tarde de convívio com danças e cantares, mobilizou mais de 200 pessoas em Bettembourg, no Luxemburgo, numa jornada de comemoração dos 60 anos de vida e luta do PCP. Na ocasião, o camarada

Veira, ex-candidato da APU, fez uma intervenção sobre o significado da efeméride.

Para participar na iniciativa foram convidados representantes dos Partidos Comunistas Italiano, Luxemburguês e Espanhol.

Sorteio na Covilhã

O sorteio realizado pelos camaradas da Covilhã no âmbito de uma iniciativa de confraternização que decorreu recentemente naquela cidade apuro a rifa com o número 215. Parabéns ao feliz contemplado, que vai receber um aquecedor eléctrico. Para tanto, deve contactar o CT do PCP na Covilhã, Rua Alexandre Herculano, 48.

A VENDA

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NO NÚMERO DE MARÇO DESTACAMOS

- Um longo artigo sobre "Alguns problemas actuais do Movimento Sindical"
- Vários artigos sobre o 60.º Aniversário do PCP

PCP

Em 3, 4 e 5 de Abril Vamos à Festa da Primavera na cidade de Santarém!

A Organização Regional de Santarém promove em 3, 4 e 5 de Abril a Festa da Primavera, grande iniciativa cultural, desportiva e recreativa cujo programa, nos seus principais aspectos, passamos a referir:

● **Sexta-feira, dia 3** 20.00 - abertura, 21.30 - grande baile; colóquio sobre a Constituição; 22.00 - espectáculo musical (palco 2); 23.30 - cinema (Salão do Campino).

● **Sábado, dia 4** 10.00 - torneio

de chinquinho, campeonato de damas, simultânea de xadrez e torneio-convívio de futebol de 7; 15.00 - espectáculo musical para crianças (palco 1); 16.00 - colóquio (Salão do Campino); desfile de ranchos pela cidade; 17.00 - espectáculo de folclore; 18.30 - colóquio «A vida e a luta do PCP»; 19.00 - Teatro (Salão do Campino); 20.30 - «Homem Ferroviário»; 21.30 - espectáculo musical (palco 1); 22.00 - espectáculo musical (palco 2); 24.00 - cinema (Salão do Campino); 01.00 - Noite do Fado (palco 1).

● Leilão de pombos

Como já anunciámos na passada semana, a Festa da Primavera inclui no seu programa, para dia 5, um grande leilão de pombos correios (adultos e botruchos). No CT de Santarém (telefones 23633 ou 23917) são prestados todos os esclarecimentos.

● **Domingo, dia 5** 10.00 - torneio de chinquinho, campeonato de damas, torneio-convívio de futebol de 7 e atletismo («Corrida da Primavera»); colóquio sobre a situação na agricultura (Salão do Campino); 11.00 - manhã infantil com actividades diversas; 14.00 - boxe (palco 1); cinema (Salão do Campino); 14.30 - espectáculo musical; 17.00 - comício; 19.00 - colóquio sobre a Comunicação Social (Salão do Campino); 21.30 - espectáculo (palco 2); 22.00 - espectáculo de encerramento.

«Só com o esforço dedicado dos comunistas e amigos do Partido», dizem-nos os camaradas da organização, «é possível pôr de pé a Festa da Primavera. Brigadas de camaradas têm-se deslocado ao recinto da Feira Nacional da Agricultura ajudando a preparar a Festa». No entanto, há ainda trabalho para fazer. Por isso, aqui fica o apelo aos camaradas e amigos da região de Santarém: a sua ajuda é fundamental.

Saliente ainda a organização que «a venda das FP's (bilhetes de ingresso), os pedtórios para



o restaurante, bar e quermesse, a participação e a presença dos concelhos através dos stands são tarefas a que as mais variadas organizações do distrito terão de dar uma particular atenção». A Festa aproxima-se e há sempre uns retoques para introduzir

Comissões Concelhias de Setúbal tomaram importantes decisões

● Plenário em Almada

Os Executivos das Comissões Concelhias e outros quadros da Organização Regional de Setúbal reuniram em plenário no último sábado, no novo CT de Almada.

A escolha deste local correspondeu ao desejo manifestado por muitos camaradas em conhecerem esta nova casa do Partido, para a compra da qual decorreu uma animada campanha de fundos cujo objectivo é 13 mil contos, em grande parte já cobertos.

A mesa era constituída pelos membros da Direcção Regional e pelo camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do C.C.

Dirigido de manhã pelo camarada José Neto e de tarde pela camarada Dália Ferreira,

o plenário registou as intervenções das organizações concelhias e de responsáveis de várias frentes de acção e, da Juventude e Pioneiros.

Tendo como base de trabalho os balanços de organização do final de 1980 e o acompanhamento dos objectivos políticos organizativos desde então delineados no âmbito do 60.º aniversário do Partido, ficaram bem patentes as dificuldades que se deparam pelo caminho, mas também a vontade e os meios de os ultrapassar.

Os exemplos concretos vindos de Almada até Sines permitiram assim assentar a discussão não no plano das intenções mas antes no plano da realidade.

Das medidas apontadas, talvez a sintetizasse todas as outras: o contacto com os militantes, sem excepção, com particular incidência nos «desligados», isto é, naqueles que por várias razões não têm qualquer tarefa na organização.

Por aqui passa todo o reforço do Partido através do regular funcionamento das células e organismos, da eleição ou alargamento de secretários de célula, de comissões de freguesia ou locais, de comissões concelhias e respectivos executivos, etc.

A campanha de recrutamento deverá permitir que nenhum concelho, no final do ano, tenha menos de 500 militantes inscritos no Partido (havendo neste momento apenas dois), ao



Reforçar a organização e melhorar a intervenção do Partido no distrito de Setúbal: uma tarefa em curso

mesmo tempo que se encara com entusiasmo uma campanha de contactos e de recolha de fundos.

Por parte de membros da DORS e das organizações, foram abordadas as questões do sindicalismo, do trabalho das mulheres e do trabalho

camponês, da informação e propaganda, dos deficientes, dos deputados, das autarquias e do ensino, dos fundos e do controlo financeiro, assim como da Juventude e Pioneiros.

Antes do camarada Joaquim Gomes se referir à actual situação política, foram

aprovadas saudações a propósito do 60.º aniversário do Partido e moções sobre o Ano Internacional do Deficiente e a luta do Povo de El Salvador. O almoço realizado na Romeira foi um valioso contributo para a campanha a favor do Centro de Trabalho.

Desporto

O desporto nas iniciativas do PCP

● O exemplo da Festa da Primavera

Já referimos algumas vezes a importância que as actividades desportivas têm desempenhado nas imensas realizações públicas organizadas pelo PCP em todo o país. Trata-se, sem dúvida, de um avanço qualitativo muito importante que registamos com entusiasmo.

De facto, as iniciativas de carácter desportivo marcam hoje uma presença destacada na vida das organizações do Partido. Não falando já das campanhas eleitorais ou das Festas do «Avante!», realizações como

a abertura de Centros de Trabalho, grandes comícios (como sucedeu recentemente em Lisboa), jornadas de confraternização e festas, por exemplo, integram hoje nos seus programas actividades desportivas bem diversas, desde o atletismo ao futebol, passando pelos jogos tradicionais, entre outras modalidades.

Uma leitura das agendas que anunciam as realizações comemorativas dos 60 anos de vida e luta do PCP indicam-nos

também o grande número de jornadas desportivas promovidas pelas organizações do Partido, de Norte a Sul do país, como aconteceu ainda há dias em cidades e vilas de Trás-os-Montes.

E se quisermos apontar um caso futuro temos, por exemplo, a Festa da Primavera, em Santarém, uma iniciativa de três dias em que os organizadores dão sem dúvida um papel destacado ao desporto em várias manifestações.

Haverá um torneio de chinquinho, um campeonato de damas, uma simultânea de xadrez e um torneio-convívio de futebol de 7, que decorrerão em duas manhãs, e ainda uma jornada de atletismo («Corrida da Primavera») e uma sessão de boxe no palco 1 da Festa. Enfim, um programa desportivo diversificado e atraente bem à altura da Festa da Primavera, que também não esqueceu, como complemento, um leilão de pombos-correios.

Atletismo nas ruas da Marinha Grande

As ruas da Marinha Grande vão conhecer na manhã do próximo domingo, dia 29, uma animação diferente, cheia de movimento e cor, num ambiente de convívio. Trata-se de uma iniciativa desportiva - atletismo - integrada nas comemorações dos 60 anos de vida e luta do PCP. A organização pertence às células do Partido da «J. Ruivo», «Bélichior» e metalúrgicas.

Foi estabelecido o seguinte conjunto de provas, todas destinadas aos dois sexos (excepto a de veteranos e pré-veteranos, estas só para veteranos): minis - 800 metros;

infantis - 1200; iniciados - 2200; juvenis masc. - 4000; juvenis fem. - 3200; juniores masc. 5000/8000; juniores fem. - 3200; seniores masc. - 5000/8000; seniores fem. - 3200; pré-veteranos - 5000; veteranos - 5000.

As provas decorrerão junto ao novo Centro de Trabalho do PCP e a organização aceita ainda inscrições durante o dia de amanhã (equipas). Os concorrentes individuais poderão inscrever-se até uma hora antes do começo das provas. Há taças e medalhas em disputa.

Terra

Ministro Cardoso e Cunha: à agricultura e pescas disse nada

● Face às generalidades do ministro os factos concretos do PCP

Uma semana depois de milhares de agricultores de todo o País se terem concentrado em Lisboa, frente ao edifício do Governo, exigindo soluções para a grave crise que atravessam, o ministro da Agricultura e Pescas foi falar no hemiciclo da Assembleia da República, aproveitando a discussão do Orçamento Geral do Estado. Do seu discurso de 215 linhas datilografadas nem uma única contém uma solução para a crise que a lavoura atravessa. O mesmo se passa em relação ao sector das pescas.

Mais uma vez se confirma que «o negócio deste ministro não é a agricultura, como não é, também, as pescas». Da sua intervenção - centenas de palavras alinhadas a preceito - estão ausentes as soluções que os agricultores exigiram.

Soluções bem definidas e que a serem tomadas poderiam alterar substancialmente o panorama agrícola português. Mas são soluções que não agradam aos intermediários, aos grandes agricultores, aos latifundiários, aos interesses dos que querem pendurar Portugal na CEE.

Sobre o Orçamento e a agricultura se pronunciou no mesmo dia, segunda-feira, 23 de Março, o deputado comunista Joaquim Miranda. Pôs o dedo na ferida. Focou a incapacidade do Governo e do ministro titular daquela pasta.

Nem uma palavra

«Os objectivos do Governo - acentuou - centram-se na

liquidação das pequenas explorações, na reconstrução dos latifúndios e na entrega dos circuitos de comercialização e dos mecanismos de formação dos preços dos produtos agrícolas nas mãos dos grandes armazéns.

Nem uma palavra quanto aos graves problemas que afectam os pequenos agricultores - proprietários, rendeiros ou seareiros.

O que o Governo anuncia é que nada fará para ser cumprida a lei que assegura a participação dos rendeiros nos julgamentos das questões de arrendamento.

Nem uma linha sobre o Crédito PAR com que bombardearam os rendeiros antes das eleições. Nem uma frase sobre créditos de campanha.

E para quem fala em reestruturar e dar sangue novo às empresas agrícolas, não deixa de ser significativa a verba irrisória de 8 mil contos para subsídios aos jovens agricultores.

Por outro lado fala-se de redimensionamento económico mas o que se visa é a aceleração brutal dos mecanismos de concentração da propriedade que cilindram os pequenos e médios agricultores.

De resto, tal é claro até pela verba ridícula de 30 mil contos que o MAP destina para 1981, a título de subsídios, para fazer face aos danos provocados por intempéries.

Para o Governo a ruína das pequenas explorações agrícolas é um imperativo da adesão à CEE, como de resto o reconheceu já o secretário de Estado para a Integração Europeia. Mas significativamente sobre as ruínas consequências dessa adesão não se encontra nas Grandes Opções do Plano uma única referência. E o senhor ministro da Agricultura sobre elas igualmente disse nada.

E dos escombros desta política de destruição retira o Governo a afirmação macabra de que vai seguir um programa regional de «fixação das populações do Alentejo, face ao fenómeno de despovoamento verificados nos últimos anos, que começa a tomar aspectos alarmantes».

Retirando aos trabalhadores as terras, os gados, as máquinas, a cortiça

Entre a CAP/PPD e a CAP/CDS o MAP balança

Prosseguindo a denúncia da actuação do Governo no sector agrícola, ou melhor a não actuação do Governo neste sector, o deputado comunista Joaquim Miranda abordaria depois a ofensiva contra a Reforma Agrária, cada vez mais escandalosa, cada vez mais ilegal, cada vez mais uma aposta nula no latifúndio.

Sobre este assunto disse o camarada Joaquim Miranda na Assembleia da República:

Hipocritamente, o Governo afirma que empreenderá acções com vista a levar a estabilidade económica e social à zona de intervenção da Reforma Agrária. É uma forma cínica de dizer que se propõe continuar

a política de ilegalidade, de repressão e de arbitrariedades, que no fundamental se tem traduzido na diminuição da produção e da produtividade, no abandono das terras, na quebra de investimentos e no brusco aumento do desemprego, que hoje atinge já cerca de 30 mil homens e mulheres.

E dos escombros desta política de destruição retira o Governo a afirmação macabra de que vai seguir um programa regional de «fixação das populações do Alentejo, face ao fenómeno de despovoamento verificados nos últimos anos, que começa a tomar aspectos alarmantes».

Retirando aos trabalhadores as terras, os gados, as máquinas, a cortiça

e prosseguindo uma política de asfixia financeira, o Governo vai hoje ao ponto de pretender que os trabalhadores paguem as verbas despendidas em investimentos que aos agrários já foram entregues e pretende até, como decorre das portarias n.ºs 235 e 236/81, que sejam os trabalhadores a pagar os meios de produção aos latifundiários, para cujas dívidas fiscais e juros de mora prepara, aliás, um escandaloso perdão.

Mas o que o Governo não diz é qual a velocidade com que vai engrenar a máquina de destruição da Reforma Agrária: se a que lhe é exigida pelos dirigentes da CAP/CDS, se a dos ofícios da CAP/PPD e alguns CDS.

À cautela, o Governo não se quer incompatibilizar com qualquer das facções. O que, de resto, ficou bem patente pelo discurso de generalidades do sr. ministro.

Generalidades que o País não come. O país come batatas, couves, fruta, peixe, carne, bebe leite, come manteiga (a propósito, o que sucedeu e este produto? Ou a manteiga mudou de nome e chama-se agora bacalhau?) come enfim uma quantidade enorme de coisas que a terra e mar, juntamente com o esforço de quem neles trabalha, dão.

O que se toma cada vez mais difícil com este Governo e com este ministro.

Baldios de Vila Real - as populações não desistem

Mais de uma centena de compartes representativos dos Conselhos Directivos de Baldios do Distrito de Vila Real reuniram-se no passado dia 9 nesta cidade.

Na reunião foi aprovada uma exposição a ser entregue na Administração Florestal de Vila Real, ao Governador Civil e ao Ministro da Agricultura.

Tanto na Administração Florestal como no Governo Civil se verificou a ausência dos responsáveis, isto apesar da entrevista com o governador civil estar marcada com cinco dias de antecedência.

É o que se pode chamar um governo-avestruz, onde os responsáveis abandonam os gabinetes para deste modo não enfrentarem os problemas que a população levanta. Convencidos, deste modo, que

os interessados desistem de lutar pelos seus interesses.

Mas não será por ausência dos responsáveis governamentais que os agricultores se mostrarão passivos e desinteressados. Pelo contrário, mais activos se mostrarão na defesa dos seus interesses já que ninguém a nível de Governo se preocupa com os seus problemas.

Na exposição entregue pelos agricultores de Vila Pouca de Aguiar, Boticas, Ribeira de Pena, e Adoufe exige-se, nomeadamente, das autoridades «que sejam no imediato descongeladas todas as receitas dos baldios e que essas verbas sejam colocadas à disposição dos Conselhos Directivos e por eles administradas de acordo com a Lei e os interesses dos povos».

E ainda:

- apoio técnico que a florestação e os cuidados com a floresta impõem;

- ajuda jurídica à recuperação pelas comunidades das parcelas de terras baldias que foram ilegítimamente apropriadas;

- fim imediato a todas as actuações dos Serviços Florestais que contrariam a letra e o espírito das leis existentes e os direitos dos povos, como seja o cortes de floresta sem autorização dos Conselhos Directivos.

As saudações de partidos-irmãos e o seu significado

A publicação, até este número, de cerca de cinquenta mensagens de partidos comunistas e operários e outras organizações revolucionárias ao PCP a propósito do 60º aniversário, é um testemunho vivo do internacionalismo proletário, da solidariedade entre as forças progressistas, e um reflexo do prestígio internacional do Partido Comunista Português, quer pela sua acção em prol da unidade do movimento comunista internacional e actuação solidária para com a luta dos outros povos, quer pelo papel que desempenha, desde a sua formação, e hoje mais do que nunca, na cena política portuguesa.

Daí o significado do balanço que a seguir fazemos, reproduzindo a lista das saudações já recebidas e respectivos subscritores:

- Partido Comunista da União Soviética - Comité Central
- Partido Socialista Unificado de Alemanha - E. Honecker, Secretário Geral
- Partido Comunista Búlgaro - Comité Central
- MPLA - Partido do Trabalho - José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA - Partido do Trabalho, Presidente da República Popular de Angola
- Partido Comunista de Cuba - Comité Central
- Partido Comunista do Vietnã - Comité Central
- Partido Comunista da Checoslováquia - Comité Central
- Partido Operário Unificado Polaco - Stanislaw Kania, Primeiro Secretário
- Partido Socialista Operário Húngaro - Comité Central
- Partido Comunista Romeno - Comité Central
- Partido Comunista Francês - Secretariado do Comité Central
- Partido Comunista Alemão - Herbert Mies, Presidente
- Partido Comunista do Chile - Luis Corvalan, Secretário Geral
- Partido Socialista do Chile - Clodomiro Almeida, Secretário Geral
- Partido Comunista da Grécia - Comité Central
- Partido Comunista de El Salvador - Jaime Barrios, da Comissão de Relações Exteriores do Comité Central
- Partido Comunista Italiano - Comité Central
- Partido Comunista da Turquia - I. Bilen, Secretário Geral
- Partido Comunista do Uruguai - Comité Central
- Partido Comunista da Índia - Rajeswara Rao, Secretário Geral
- Partido Comunista de Espanha - Comité Central
- Partido Comunista da África do Sul - Comité Central
- Partido Comunista da Síria - Comité Central
- Partido Baas Árabe Socialista da Síria - Mohamed Haydar, membro do Comando Nacional, chefe do Departamento de Relações Exteriores
- Partido Revolucionário Popular Mongol - Comité Central
- Partido Comunista Líbanês - Comité Central
- Partido Comunista Iraquiano - Comité Central
- Partido Comunista da Grã-Bretanha - Gordon McLennan, Secretário Geral
- Partido Comunista Jordano - Naim Ashhab, membro do Bureau Político, em nome do CC
- Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste - Horst Schmidt, Presidente
- Revista «Problemas da Paz e do Socialismo» - K. Zadorov, chefe de Redacção
- Partido Comunista do Bangladesh - Saif Uddin Ahmed Manik, Secretário Geral em funções
- Partido Comunista do Canadá - W. Kashtan, Secretário Geral, em nome do CC
- Partido de Esquerda-Comunistas da Suécia - Lars Wemar, Presidente
- Partido Progressista do Povo da Guiana - Janet Jagan, Secretária Internacional
- Partido Comunista da Bélgica - Louis Van Geyt, Presidente, pelo CC
- Partido Comunista da Dinamarca - Comité Central
- Partido Comunista da Bolívia - Jorge Kollé, Primeiro Secretário
- Partido Comunista da Áustria - Franz Muhr, Presidente, em nome do CC
- Partido Comunista Brasileiro - Giocondo Dias, Secretário Geral
- Partido Comunista da Finlândia - Secretário Geral em funções, em nome do CC
- Partido do Trabalho da Coreia - Comité Central
- Partido Comunista da Venezuela - Eduardo Gallegas Mancera, Secretário das Relações Internacionais, em nome do CC
- Partido Comunista Luxemburguês - F. Hoffman, membro do Comité Executivo, em nome do CC
- Partido Comunista Japonês - Comité Central
- Partido Comunista da Indonésia - Tomas Sinuraya, Secretário do Comité Exterior
- Partido Sulço do Trabalho - Armand Maginn, Secretário Geral

As saudações já divulgadas, há no entanto a acrescentar mais as seguintes, de que publicamos extratos:

● Partido Comunista da Grécia

Com a vitória da revolução democrática e nacional em Abril de 1974, o vosso partido, testado e provado pela luta, colocou-se na primeira linha da defesa das conquistas revolucionárias do povo português e da luta contra os assaltos desferidos pela reacção às liberdades e direitos do povo, cujo objectivo último é a destruição do regime democrático. O vosso partido desempenhou um papel de relevo na derrota da reacção, verificada nas recentes eleições presidenciais e que impediu a concretização imediata dos planos da reacção.

Exprimimos a nossa avaliação altamente positiva do contributo do PCP para a unidade dos partidos comunistas e operários, unidade que constitui a garantia da vitória das lutas populares contra o imperialismo e a reacção e pela sua libertação nacional, em defesa das suas conquistas revolucionárias, democráticas e socialistas. Esta unidade é ainda mais essencial hoje, numa altura em que a situação internacional se agudiza ameaçadoramente, como resultado da política aventureirista e de guerra fria levada a cabo pelo imperialismo norte-americano - de forma a fazer fracassar os esforços do imperialismo norte-americano para instalar novos mísseis nucleares na Europa, e para lutar contra a bomba de neutrões, em defesa do desarmamento, do desanuviamento e da paz.

Os nossos dois partidos estão ligados por fortes laços que constantemente se reforçam na nossa luta comum contra o imperialismo e a reacção, pela paz, a democracia, a independência nacional e o socialismo. Exprimimos o nosso inteiro apoio ao vosso partido, na sua luta pela unidade dos democratas e patriotas para fazer face às dificuldades e perigos que ainda esperam a democracia no vosso país, e para defender a revolução portuguesa, a paz, o progresso social e o socialismo.

Partido Comunista da Turquia

O Partido Comunista da Turquia luta pela unidade das mais amplas forças democráticas contra o imperialismo e os monopólios, contra a política pró-imperialista e pró-monopolista da Junta, contra as forças reacçãoárias representadas na Junta e fora dela, e pela paz, a independência nacional, a democracia e a liberdade e pelos direitos económicos e sociais da classe operária.

O Partido Comunista da Turquia e o Partido Comunista Português estão unidos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Estes laços reforçam-se na própria luta contra o inimigo comum, contra o imperialismo e a reacção, contra o anticomunismo e o anti-sovietismo, pela defesa da unidade do movimento comunista internacional e no quadro das nossas actividades pela causa comum da paz e do socialismo. Desejamos que o ano do 60º Aniversário da fundação do Partido Comunista Português seja um ano de novos sucessos nessa direcção.

Mensagens ao PCP

A propósito do 60.º aniversário do PCP, foram recebidas no Comité Central mais as seguintes saudações, para além das de partidos irmãos e outras organizações progressistas que noutra local referimos:

Da Comissão de Freguesia de Ovil (Baião); do Comité Local do Furadouro; dos

militantes do concelho de Ovar; de camaradas de Valado de Frades; dos comunistas portugueses na Bélgica reunidos na I Assembleia de Organizações; da Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião; de emigrantes portugueses em Bordéus; do Comité do distrito de Nogueira do Partido Operário Socialista Húngaro.

Poder local

Vitória da APU em St.^a Marinha do Zêzere

● A APU apela à unidade de todos quantos desejem trabalhar para a resolução dos problemas locais

A APU venceu as eleições que se realizaram no passado domingo na freguesia de Santa Marinha do Zêzere — Balão, reforçando a sua votação em relação a escrutínios anteriores. O PS foi o grande derrotado destas eleições. Em relação às eleições autárquicas de 1979 perdeu 36 % do seu eleitorado. A «AD», beneficiando dos erros cometidos pelos socialistas e da complicitade da Câmara Municipal, manteve o nível da sua votação.

Recorde-se que a direita e os socialistas fizeram cair a Junta quando esta se preparava para concretizar um vasto programa de obras e melhoramentos, utilizando algumas centenas de contos que acabavam de ser entregues à freguesia. As demissões visavam impedir que tais obras de melhoramentos

consolidassem e reforçassem o prestígio e influência da APU e do PCP.

Para a posição dos socialistas terá concorrido a votação largamente maioritária mais uma vez obtida pelo PS na freguesia nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980. De facto, o PS obteve nessas eleições 747

votos, contra 417 da «AD» e 193 da APU. Foi na sequência destes resultados que os socialistas se demitiram, convencidos de que era segura a vitória. Só que nas eleições para o poder local os eleitores conhecem mais de perto os candidatos, sabem qual a sua actividade, os seus processos de trabalho, a sua prática. E por isso, em muitos laços, as surpresas aparecem.

Na sequência das demissões, a Câmara nomeou uma Comissão Administrativa composta por dois elementos da «AD» e um do PS, excluindo, ilegalmente, a APU. O elemento socialista nomeado não chegou nunca a tomar posse, dado que o PS pretendia que

a composição da Comissão Administrativa fosse invertida, passando a dispor da maioria.

A Comissão Administrativa da «AD», dispondo já das verbas que tinham faltado anteriormente, lançou-se freneticamente na realização de algumas obras com objectivos claramente eleitoralistas, na mira de se prestigiar e colher a vitória nas eleições.

Mas o povo não se deixou iludir.

A vitória da lista da APU é, também, a vitória da unidade dos democratas para a resolução dos problemas concretos das populações. Na lista da APU participaram, uma vez mais, não apenas comunistas e filiados do

Evolução dos resultados eleitorais em Sta. Marinha do Zêzere

A. Freguesia	A. República			
	1979	1981	1979	1980
APU	381	402	220	193
PS	333	212	796	747
AD	370	375	366	417

MDP/CDE, mas igualmente democratas independentes e de outros partidos, nomeadamente socialistas.

Isso explica que, até altas horas de domingo, em Santa Marinha, comunistas, socialistas e outros democratas tenham festejado a sua vitória. A vitória da unidade, da democracia e do progresso.

Entretanto, há que deitar mãos à obra. A freguesia já dispõe este ano de cerca de 1400 contos

e estão previstas diversas obras integradas no plano camarário. Há muito a fazer.

Um primeiro problema se coloca desde já: o de unidade dos democratas, independentemente do modo como tenham votado nas eleições de domingo passado. Os elementos da APU acreditam e desejam a unidade de todos quantos, sem excepção, estejam dispostos a trabalhar pelo progresso de Santa Marinha do Zêzere.

Encontro da APU em Famalicão

Realiza-se no próximo domingo, dia 29 de Março, o Encontro de eleitos e activistas da APU no concelho de Vila Nova de Famalicão. O Encontro efectua-se no salão da Junta de Freguesia de Riba de Ave e nele será feito o balanço da actividade desenvolvida, analisadas as perspectivas de trabalho futuro e eleito a nova Comissão da APU local.

Acordo APU/PS leva a eleições na Câmara da Nazaré

O entendimento recentemente conseguido entre a APU e o PS na Nazaré permitiu finalmente ultrapassar a situação de impasse que desde há algum tempo se vivia no município daquela localidade devido à demissão de todos os eleitos socialistas.

A demissão do PS na Câmara da Nazaré, onde detinha a presidência, foi provocada por problemas internos daquele partido. O facto não provou falta de quorum, embora se visse na situação anómala do executivo funcionar sem a força política que havia sido mais votada nas últimas eleições autárquicas.

Recusando-se seguir a reboque do PS, o vereador eleito pela APU não se demitiu — para provocar a queda da Câmara e a realização de novas eleições — sem que os socialistas concordassem em sentar-se à mesa das negociações até se chegar a um acordo. Foi o que agora aconteceu.

Embora recusando a formação de uma lista unitária APU/PS para as eleições suplementares (por alegada falta de autorização da direcção do seu partido), o Secretariado do PS na Nazaré firmou com a APU um acordo escrito em que ambas as partes se comprometem, entre outras coisas, a analisar em conjunto a nomeação de um vereador a tempo inteiro na futura vereação; respeitar as linhas gerais do Plano de Actividades da Câmara já aprovado; lutar pela aplicação integral da Lei de Finanças Locais; colaborar na resolução dos principais problemas do concelho.

A assinatura deste acordo seguiu-se a divulgação de um

comunicado comum em que a APU e o PS dão conta à população do entendimento conseguido para a normalização da vida do município e se salienta que o diálogo entre democratas é o melhor processo para se resolverem as dificuldades.

O comunicado revela também que a APU e o PS concordam que as eleições suplementares se realizem em Junho próximo, devendo no entanto a data ser definitivamente marcada na reunião da Assembleia Municipal da Nazaré que se efectua na próxima quinta-feira, dia 2 de Abril.

No documento distribuído pela APU lamenta-se ainda que o PS tenha recusado a formação de uma lista comum, o que garantia desde já o reforço da maioria das forças democráticas no novo executivo camarário e facilitaria a resolução dos problemas da população da Nazaré.

APU do Porto exige cumprimento da Lei de Finanças Locais

Os eleitos da Aliança Povo Unido nos órgãos autárquicos do distrito do Porto não podem, sob pena de se demitirem das responsabilidades e dos compromissos que assumiram perante as populações que os elegeram, deixar de vivamente denunciarem o autêntico roubo que o Governo se propõe fazer às autarquias do nosso distrito.

As palavras são de representantes da APU na capital norteña e foram proferidas numa conferência de imprensa realizada no passado dia 20, a propósito da apresentação de mais um OGE em que não se prevê a aplicação integral da Lei das Finanças Locais, mas sim um corte ainda maior do que o verificado nos últimos dois anos. Como se salientou, três

milhões e seiscentos e oito mil contos retirados às autarquias do distrito «significam muitas casas por fazer, muitas obras por arranjar, muitas obras por concluir, muitos empreendimentos por lançar».

Para além disto, lembraram, o Governo voltou a instituir «os sacos azuis tão do agrado do fascismo e tendentes a fomentar as clientelas, o arbítrio, o compadrio, a dependência dos órgãos das autarquias do poder central, e a apoiar especialmente as autarquias dirigidas pela AD».

A recente reunião do PSD realizada no Porto com o ministro da Administração Interna — faz notar a APU — é bem significativa de como pretendem, por estes e outros meios, utilizar o aparelho de Estado a seu favor nas

próximas eleições e fazer intervir o Governo em autárquias suas, desprestigiadas perante a população pela sua incompetência e corrupção, procurando dar-lhes uma nova cara antes das eleições autárquicas, como é o caso da Câmara Municipal do Porto.

Exigindo que a Assembleia da República imponha o cumprimento da Lei das Finanças Locais, os eleitos da APU no distrito do Porto lançaram um alerta a todos os órgãos de poder local, às organizações populares, às forças vivas e à generalidade da população para o verdadeiro atentado ao poder local que a «AD» pretende levar a cabo e para as consequências que o mesmo terá no plano da resolução das carências do distrito.

Conferência sobre o Poder Local já "começou"...

Os militantes e organizações do Partido começaram já a preparar em todo o país a Conferência do PCP sobre o Poder Local.

Segundo as recomendações aprovadas na reunião plenária do CC do PCP de 13/14 de Fevereiro último, as Direcções Regionais estão a promover encontros de eleitos nas autarquias em que participam não só os militantes do Partido mas também muitos outros democratas, procedendo a balanços da actividade, analisando erros, procurando soluções para os problemas que mais afectam as populações.

Também a nível central começou a preparação da Conferência. Sábado passado, a Comissão para o trabalho nas autarquias junto do Comité Central dedicou grande parte da sua reunião mensal ao estudo do trabalho já realizado para a Conferência, recomendando a adopção de algumas medidas tendentes a dinamizar e a alargar o debate sobre as questões do Poder Local.

Plenário no Algarve iniciou a preparação da Conferência Nacional

A análise da situação dos órgãos do Poder Local e seus problemas, o balanço da actividade dos eleitos pela APU nas autarquias e as perspectivas para o trabalho futuro foram os objectivos principais do plenário regional de eleitos do PCP no Algarve, promovido pela DORAL do nosso Partido realizado no passado domingo, no salão da Assembleia Distrital de Faro.

O plenário, em que estiveram presentes 90 participantes, incluindo amigos do MDP/CDE eleitos pela APU e de quadros locais, foi presidido por um participante convidado a participar, constituindo o principal arranque para a preparação da Conferência Nacional promovida pelo PCP a realizar em 21 de Junho.

A riqueza das intervenções, produzidas durante os trabalhos, mostrou a evidência o melhor conhecimento dos problemas

locais e permite que o conjunto dos eleitos Povo Unido no Algarve possua já uma rica experiência adquirida pelo trabalho devotado em defesa dos interesses das populações e a resolução dos problemas que as afectam.

Ao plenário assistiu o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do nosso Partido, tendo feito no final uma apreciação aos trabalhos assim como uma análise à situação política actual.

O plenário aprovou ainda duas moções sendo uma sobre o 60.º aniversário do PCP e outra exigindo o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais.

Na próxima semana abordaremos com mais pormenor as conclusões deste importante plenário.

Pinte a sua casa a Câmara dá-lhe a tinta

A Câmara Municipal do Seixal decidiu apoiar os proprietários de fracos recursos na realização de obras de exteriores dos seus imóveis, através da comparticipação municipal que consta da oferta de todas as tintas necessárias às referidas obras. Esta decisão, que consta de um Programa Especial para a Recuperação de Exteriores dos edifícios municipais do Seixal, visa conseguir uma vasta operação de recuperação e protecção do património histórico e cultural que essas zonas também representam.

A Câmara deliberou ainda isentar das taxas habituais os municípios que recorram ao referido Programa. Entretanto, começou já no concelho do Seixal a preparação das comemorações do 25 de Abril. Em plenário realizado no passado dia 19, nas instalações da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, várias dezenas de organizações representativas da população e da vida social do concelho aprovaram por unanimidade a Comissão Concelhia para as Comemorações do 25 de Abril.

Não comunicando divulgado a propósito salienta-se a «firme disposição de continuar a lutar pela defesa intransigente do 25 de Abril, da democracia e da liberdade», apelando-se para que as comemorações no concelho sejam «uma festa», onde devam «estar presentes a participação activa e a criatividade populares, de modo a expressarem a vontade e a força incontornáveis dos trabalhadores».

A última oportunidade para livhao

A Câmara Municipal de Livhao, de maioria «AD» tem funcionado tão mal que o próprio presidente da respectiva Assembleia Municipal (PSD) pediu recentemente naquele órgão a votação da fixação de um vereador a tempo inteiro para «se poder dar uma última oportunidade ao executivo de fazer alguma coisa».

Na mesma reunião daquela Assembleia os eleitos dos partidos que detêm a maioria na Câmara reconheceram a pertinência das críticas feitas pela APU, que salientou o caos orgânico dos serviços e a incapacidade de resposta aos problemas, a ausência total de planos de trabalho. As acusações viriam a ser plenamente provadas no decorrer da própria sessão, quer através da incapacidade do substituto do presidente da Câmara em responder a quaisquer questões, quer pela impossibilidade de se apresentar uma exposição sobre a actividade do executivo, pedida pela APU há mais de três meses, devido à ausência do presidente do Município.

Entretanto, por proposta do Povo Unido, viria a ser aprovada uma moção exigindo do Governo o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais.

Encontro de quadros em Leiria

Eleitos do PCP nas autarquias locais do distrito de Leiria reuniram-se recentemente para balanço da sua actividade e planeamento da sua acção futura.

No decurso da reunião, presidida por Celeste Pereira da DORLEI do PCP e com a participação de Osvaldo Castro, membro da DORLEI e suplente do CC do PCP, foi denunciado a amplo prejuízo que resultará para o distrito o corte que o Governo «AD» se propõe fazer na aplicação da Lei das Finanças Locais, que afecta Leiria em mais de 1,5 milhões de contos.

O impasse em que se encontram os Centros de Saúde de Peniche e Marinha Grande, os problemas suscitados pela demissão do PS no município da Nazaré, situações de corrupção e compadrio em Câmaras «AD» foram, entre outros, alguns dos problemas focados.

Na reunião debateram-se ainda questões relacionadas com a preparação da próxima Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local.

Também na Guarda os eleitos do Partido para os órgãos de Poder Local se vão reunir em Encontro Distrital, no próximo domingo. O Encontro, de balanço da actividade e análise dos problemas autárquicos, integra-se igualmente na preparação da Conferência Nacional sobre o Poder Local.

O Alentejo na Amadora

A «Semana do Alentejo» organizada pelo Centro Cultural Roque Gameiro na Amadora, terminou no passado domingo com um Festival de Música Popular Alentejana, no Pavilhão da Académica.

Os vinte grupos corais, cinco ranchos folclóricos e três bandas de música que participaram no Festival, promoveram também um desfile etnográfico pelas ruas da Amadora.

Vinhais sem postos clínicos

Devido à falta de médicos policlínicos, todos os postos clínicos do concelho de Vinhais, no distrito de Bragança, se encontram actualmente encerrados.

Esta alarmante situação, idêntica à de muitos outros concelhos rurais, verifica-se desde que o Governo «AD» decidiu acabar com o Serviço Médico à Periferia. A não serem tomadas rapidamente medidas que permitam resolver o problema, as populações atingidas estão dispostas a protestar por todos os meios ao seu alcance, talando-se já da possibilidade de se «bloquearem estradas, para que os seus doentes não morram como bichos».

Espaço

Cosmonauta da Mongólia a bordo da "Soyus-39"

«Este ano celebraremos datas memoráveis. Em Abril estarão passados vinte anos desde o primeiro voo de Yuri Gagarin e em Julho a República Popular da Mongólia celebra o seu 60.º aniversário. Sinto-me orgulhoso e feliz de representar o meu país no espaço e de me tornar o 101.º cosmonauta do mundo».

Estas palavras são do cosmonauta mongol Jugdermidyn Gurragcha pronunciadas pouco antes da partida da «Soyus-39», no passado dia 22, levando a bordo mais uma tripulação internacional, que inclui também o soviético Vladimir Djanibekov, que comanda o voo. Tem por missão executar a bordo da estação espacial «Saliut-6»

pesquisas elaboradas conjuntamente por cientistas da União Soviética e da Mongólia no quadro do Programa «Interkosmos».

Referindo-se ao programa que iria executar, Gurragcha afirmaria: «os cientistas soviéticos e mongóis prepararam para nós um interessante programa rico de experiências; tal como nas missões internacionais precedentes estão previstas, nomeadamente, uma série de observações que têm por objectivo o estudo da Terra». Sublinhe-se que essas observações revestem-se de particular importância para a Mongólia, pois permitirão um melhor aproveitamento dos seus recursos naturais. Jugdermidyn Gurragcha

tem 33 anos, é filho de camponeses e, após concluir os estudos secundários, serviu nas FFAA do seu país como operador de rádio, tendo ido em 1971 estudar para a URSS, onde viria a receber o diploma de técnico-especialista de equipamento rádio-electrónico de helicópteros. Entre 1973 e 1978 frequentou a Academia Militar de engenheiros do ar «Joukovski» e um ano depois, já na Mongólia, foi seleccionado para um voo espacial no âmbito do «Interkosmos».

Djanibekov, o comandante de voo da «Soyus-39» e companheiro de missão de Gurragcha, tem 39 anos, é oriundo do Uzbequistão e não é nenhum novato

nestas coisas do Cosmos. Fez parte de numerosas tripulações soviéticas de reserva e participou na direcção de voos de naves espaciais e de estações orbitais. No início de 1978 foi enviado para o espaço com Oleg Makarov, tendo esta sua «estreia» espacial utilizado pela primeira vez o segundo cáis da «Saliut-6» para a acoplagem de uma nave de transporte.

A partir daí o encontro de tripulações a bordo da «Saliut-6» tornou-se uma quase rotina. Tal como aconteceu agora, pois esta tripulação soviético-mongol foi encontrar na estação espacial os soviéticos Vladimir Kovalionok e Victor Savinykh, que lá se encontram há semanas.



Juntamente com V. Djanibekov, experimentado piloto-cosmonauta, Herdi da União Soviética, seguiu a bordo da «Soyus-39» o cosmonauta-investigador mongol Gurragchcha, dando continuidade a um programa de cooperação internacional bem diverso do programa espacial dos EUA. Na foto: os dois cosmonautas na «Cidade das Estrelas», na URSS, junto ao monumento a Gagarin

Música

Bela Bartok nasceu há cem anos

● Pianista, folclorista, compositor, pedagogo, linguista e ensaista

Pianista, folclorista, compositor, pedagogo, linguista e ensaista húngaro, Bela Bartok é sem dúvida uma das personalidades artísticas do mundo da música mais extraordinárias do nosso século, embora a sua grandeza só viesse a ser reconhecida praticamente após a sua morte.

Bela Bartok nasceu a 25 de Março de 1881 em Nagyszentmiklós (hoje território romeno), filho de músicos amadores. Cedo demonstrou excelentes capacidades musicais, tendo recebido as primeiras lições de piano aos cinco anos, dadas por sua mãe, Paula Volt. Aos oito anos more-

1893 mãe e filho estabeleceram-se em Bratislava, importante centro cultural onde o pequeno compositor começa a receber um ensino musical regular trabalhando piano e composição sob a direcção de um professor de mérito, Laszlo Erkel, filho de Ferenc Erkel, um dos percursores oitocentistas do nacionalismo musical húngaro. Aos 18 anos termina os estudos superiores no ginásio local.

Em Janeiro de 1899 Bartok inscreve-se na Academia Húngara de Música de Budapeste para prosseguir os seus estudos musicais, fazendo esta escolha em detrimento do Conservatório de Viena de Austria (para onde se ia normalmente nessa época), decisão de evidente sentido patriótico. Ali, como pianista, frequenta o curso de István Thomán, discípulo de Liszt, e o curso de Composição de János Koessler. Esta data assinala igualmente o fim do período «de infância», caracterizado por peças para piano. Sucessivamente sob a insatisfatória influência de Brahms, Liszt e Wagner, Bartok sofre em 1902 uma influência decisiva: a de Strauss, que passa na época pelo mais revolucionário dos músicos.



Estuda-lhe afinadamente a obra. A assimilação dos seus processos, associada ao intenso movimento nacional húngaro contemporâneo, dá origem à primeira obra de vulto de Bartok, o poema sinfónico «Kossuth» em que celebrava o herói Lajos Kossuth, figura de proa da revolução burguesa e da luta da independência húngara de 1848-49.

O ano de 1903 marca o início da época das primeiras grandes obras de Bartok, nomeadamente a «Rapsódia Op. 1», para piano e orquestra. Passa a Primavera de 1905 em Viena onde compõe a «Suite n.º 1» e começa a n.º 2, mas volta à pátria no Verão, onde se apercebe de que aquilo que até então passava por autêntica música popular húngara não passa de canções urbanas mais ou menos vulgarizadas ou antigas melodias magiares deformadas pelos ciganos. Decide então iniciar o estudo rigoroso da genuína música popular húngara, para o que encontrou um precioso auxiliar em Zoltan Kodaly, músico eminente e como ele fervoso patriota. O primeiro fruto desta

fecunda e longa colaboração é a colecção das «Vinte canções populares húngaras», publicada em 1906, obra que marca o início do trabalho de prospeccção folclórica sistemática na Hungria, de notáveis consequências para as gerações vindouras de compositores nacionais.

Em 1907 Bartok é nomeado professor de piano na Academia de Música de Budapeste, sucedendo a István Thomán; casa com uma das suas discípulas e continua a tarefa de investigação folclórica, enquanto a sua obra de compositor se enriquece com obras tão importantes como as «Catorze Bagatelas», para Piano, Op. 6, o «Primeiro Quarteto», duas «Suites» para orquestra e a ópera em 1 Acto «O Castelo do Duque Barba Azul».

Duvida o público e as organizações musicais húngaras não manifestaram o devido reconhecimento a estas criações. Bartok e Kodaly, com outros jovens compositores, fundam em 1911 a Nova Sociedade Musical Húngara, que em breve suspondria as suas actividades por falta de recursos e apoios oficiais. Assim, em 1912, o compositor retira-se da vida musical pública para se consagrar inteiramente aos seus trabalhos de prospeccção folclórica, que o levam a investigações na Roménia e mesmo em Biskra, no norte de África, para proceder ao estudo da música árabe.

A I Guerra Mundial (1914-18) obriga-o a confinar-se a uma pequena parcela do território húngaro, limitando-lhe as suas buscas folclóricas, mas o ano de 1921 traria a decisiva oportunidade para Bartok se ocupar da música popular, acabando o seu volume científico

sintético intitulado «A Canção Popular Húngara». Segue-se um período de viagens e concertos em diversos locais da Europa; a composição abranda então um pouco o seu ritmo, embora sem estagnar. Em 1926 a sua actividade criativa sulca novos caminhos, iniciados com peças para piano compostas num estilo completamente novo, onde a música popular, com o seu ritmo, sistema musical e efeitos harmónicos, assume definitiva importância.

Em 1931, por ocasião do seu 50.º aniversário, Bartok recebe diversas distinções. Os seus méritos começavam finalmente a ser reconhecidos, embora a dimensão e importância da sua obra apenas viessem a ser devidamente apreciadas após a sua morte.

Na primeira metade dos anos trinta consagra-se a actividades científicas, sendo o período de 1934-39 de intensa criatividade musical. Em 1937, em sinal de protesto contra a expansão do fascismo, proíbe a difusão das suas obras nas rádios da Alemanha nazi e da Itália fascista.

Em 1940, após perder a mãe, embarca para os EUA, com a sua segunda esposa, onde viveu os cinco anos que lhe restavam de vida com dificuldades materiais e o avanço da doença que o vitimaria em 25 de Setembro de 1945 (a leucemia), sem que o seu trabalho de investigador, «virtuoso» e compositor cessasse.

Em 1948 a Hungria democrática concede-lhe, a título póstumo, a mais alta distinção artística, o «Prémio Kossuth», e em 1955 o Conselho Mundial da Paz, também a título póstumo, confere-lhe o Prémio Mundial da Paz.



SEMANA Internacional

18 Quarta-feira

Tropas racistas sul-africanas tentam infiltrar-se em Moçambique ao mesmo tempo que o governo de Pretória anunciava ter lançado um "raid" no interior de Angola; as autoridades moçambicanas informaram que os agressores foram repellidos após algumas horas de combate, durante o qual sofreram dois mortos; entretanto Samora Machel, presidente da RP de Moçambique, acusa a administração Reagan de estar a preparar tempos difíceis para os países africanos

19 Quinta-feira

O primeiro-ministro do Zimbabué, Robert Mugabe, afirma que as relações do seu país com os EUA serão prejudicadas se o presidente Ronald Reagan continuar a apoiar a África do Sul contra os países independentes do continente

20 Sexta-feira

Rutilo Sanchez, dirigente da Frente Democrática e Revolucionária (FDR) de El Salvador e representante oficial daquela ampla organização unitária para a Península Ibérica, afirma em Lisboa que "são os norte-americanos que, no dia-a-dia, criam e idealizam novas formas de repressão, novos modos de espezinhar o povo salvadoreño em luta; são eles e os israelitas que fornecem armas à Junta"

21 Sábado

O presidente da República Centro-Africana, David Dacko, proclama a lei marcial na sequência de uma manifestação de protesto contra as fraudes eleitorais que o reconduziram à presidência

22 Domingo

A imprensa londrina noticia que dezenas de mercenários britânicos e norte-americanos estão a chegar à Islamabad capital do Paquistão para participarem nas agressões armadas contra o Afeganistão

23 Segunda-feira

A França reforça a sua guarnição militar em Bangui, capital da República Centro Africana, na sequência de violentas manifestações contra a vitória eleitoral do presidente David Dacko, acusado pelos manifestantes de fraude no processo eleitoral

24 Terça-feira

Enquanto chegam notícias de uma acção policial no País Basco que levou à detenção de 30 pessoas, o rei de Espanha, Juan Carlos, reúne com os comandantes superiores do Exército, Marinha e Força Aérea

EFEMÉRIDE DA SEMANA
A 20 de Março de 1727 morre o matemático, físico, astrónomo e filósofo inglês Isaac Newton, autor da descoberta das leis da gravitação universal e da decomposição da luz, tendo a sua obra exercido enorme influência nos conhecimentos da época.

Internacional

Terrorismo e golpismo duas faces da mesma moeda

Novos factores preocupantes na situação em Espanha

Os golpistas de 23 de Fevereiro não conseguiram impor o projecto caro à direita de restabelecimento em Espanha de um regime ditatorial, em que o Exército — que se mantém sob o controlo das forças que o controlavam no tempo do franquismo — pudesse pôr e dispor à sua vontade da situação política espanhola, sem o impedimento que as normas democráticas objectivamente constituem para quem joga em interesses alheios aos do povo espanhol. Por circunstâncias diversas — o relatório oficial da «precipitação» — os golpistas falharam.

Poucas semanas depois, a acção terrorista da ala militar da ETA, através do assassinato de mais dois militares — dois tenentes-coronéis, um em Bilbao, outro em Pamplona — conduziu para o País Basco um dos objectivos que os golpistas não conseguiram impor a nível da Espanha: a luta anti-terrorista é a justificação para a intervenção do Exército no País Basco (facto inédito desde os tempos do franquismo). Simultaneamente o governo decide enviar ao Congresso dos Deputados, «com urgência e com carácter prioritário», os projectos de lei sobre a defesa da Constituição e da democracia, bem como textos legislativos

destinados a regulamentarem os estados de sítio e de alerta. Em síntese: a acção terrorista vem facultar, «pacificamente», com o selo de pleneamente justificado, um dos objectivos centrais da direita: a limitação das liberdades. Uma vez mais é notória a coincidência objectiva das consequências da actuação da direita e da ala terrorista da ETA. Um facto que tem sido uma constante na vida política espanhola. Assim, na linha preconizada pela ETA de ataque à «hierarquia das Forças Armadas espanholas», a escalada terrorista tem surgido sistematicamente em momentos de agudização da vida socio-

política nacional. Como uma vez mais se confirma. Em Janeiro de 1979, o assassinato do governador militar de Madrid levou a claras manifestações fascistas, em que foram queimadas bandeiras bascas e gritada a exigência «Exército ao poder». Hoje foram abertas à intervenção do Exército as portas do País Basco.

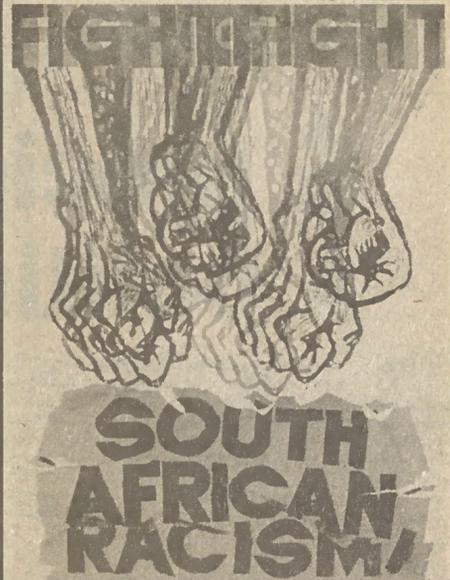
Quem ganha e quem perde

A este factor novo e preocupante na vida política espanhola, outros se somam. Três generais foram presos na sequência do abortado golpe de direita de Fevereiro. O esforço de minimizar os perigos e a envergadura assumida pelo movimento golpista foi constante desde o início. Entretanto o próprio relatório oficial acaba por admitir a gravidade da situação. Por outro lado, segundo o jornal espanhol «Diário 16», em muitas unidades militares circula um panfleto apelando a nova tentativa de

golpe — panfleto assinado por uma «Junta de Coordenação Militar Central».

Nas vésperas da tentativa de golpe de Fevereiro, o actual primeiro-ministro Calvo Sotelo garantiu: «acabou a transição» para a democracia. O que se coaduna perfeitamente — apesar do seu carácter absurdo, bem visível face aos acontecimentos — com as actuais preocupações de minimizar a envergadura do golpe fracassado e muito concretamente da presença viva do fascismo no Exército. O mesmo Exército que se considera inteiramente apto para combater o terrorismo no País Basco...

Quem lucra com tudo isto? Conhecidas teorias, particularmente caras à direita, defendem que o clima de repressão e violência, a limitação das liberdades, é altamente favorável à esquerda, constituindo mesmo o seu caldo de cultura. A Espanha é um bom exemplo de completa falsidade de tal teoria. Com o crescendo de tensão que se vive no país vizinho, é o povo espanhol quem mais perde.



No dia 22 celebrou-se em todo o mundo o «Dia mundial contra a discriminação racial», numa evocação dos dramáticos acontecimentos ocorridos em 1960, na cidade sul-africana de Sharpsville, quando a violenta repressão da polícia racista fez numerosas vítimas entre os que se manifestavam contra as mais humilhantes formas de discriminação racial.

Entre o povo do Afeganistão e a reacção paquistanesa a opção dos EUA é clara

Mais uma vez, mercenários a soldo do imperialismo entram em cena

Mais de 40 pessoas foram presas no domingo, no Paquistão, numa operação repressiva destinada a impedir a concretização de uma manifestação antigovernamental. O Paquistão é um aliado dos Estados Unidos, um dos países a se que dirigem as suas promessas (e não só) de apoio.

Para o Paquistão o governo de Reagan propõe-se fornecer um auxílio militar regular e sistemático. Para o Paquistão, país com fronteiras com o Afeganistão, «culpado» de ter pedido o auxílio soviético contra grupos contra-revolucionários infiltrados do estrangeiro, a política dos Estados Unidos é também particularmente clara.

Tempos houve em que Carter, empenhado em preservar a credibilidade do dúbio slogan político da defesa dos «direitos humanos», afirmava não fornecer qualquer auxílio aos bandos que actuam no Afeganistão, garantindo mesmo que os EUA «não se imiscuiriam nos assuntos internos afegãos». No contexto de uma nova táctica na política externa — que facilita grandemente a ingerência directa do imperialismo por todos os cantos do mundo onde os seus interesses (e só esses) se encontram de facto ameaçados — Reagan está com menos subterfúgios e garante o fornecimento de um auxílio a os contra-revolucionários

afegãos, legalizando assim uma prática a que ainda há pouco a Casa Branca se queria oficialmente eximir. Os factos confirmam tão concludentes promessas. De acordo com os jornais ingleses «Sunday Times» e «Observer», dezenas de mercenários britânicos e norte-americanos preparam-se em Islamabad, capital do Paquistão, para desencadear acções armadas contra o Afeganistão. As propostas de paz avançadas em Cabul, capital do Afeganistão, a 14 de Maio de 1980, que condicionam o fim do auxílio militar soviético ao fim da ingerência armada no país, continuam sem resposta. O imperialismo bem

demonstra não estar minimamente interessado em quaisquer propostas de paz. Hoje defende mesmo publicamente o seu «direito» de ingerência.

A realidade que se vive nestes dois países — o Paquistão e o Afeganistão — é um exemplo do tipo de política que lhe interessa e é defendida pelo imperialismo, de quais são os seus aliados e amigos.

O governo paquistanes é conhecido pelo seu carácter antipopular, ditatorial e repressivo. As prisões de domingo inserem-se num processo repressivo permanente, base da sobrevivência do regime. Paralelamente cresce o protesto popular. Milhares de paquistaneses têm participado em greves convocadas por nove partidos políticos na oposição, que exigem a garantia dos direitos democráticos e das liberdades, a organização de eleições gerais e a libertação dos presos políticos. Verdade que ninguém pode acusar Washington de desinteresse pela sorte do povo

paquistanes. Pelo contrário: como é evidente, as armas e mercenários que servem para armar os grupos terroristas que agem no Afeganistão, têm também a sua aplicação contra o povo paquistanes.

Construindo uma vida melhor

Submetido embora à pressão do permanente combate antiterrorista, que não só provoca delapidação de esforços como constitui um obstáculo ao livre curso das normas democráticas, o povo do Afeganistão dá passos importantes na construção de uma nova vida. Praticamente todas as empresas industriais do país estão a trabalhar a 100% da sua capacidade. No âmbito da Reforma Agrária está a ser elaborada uma lei que fixará juridicamente o direito dos camponeses à terra e à água. Desde a vitória da revolução de Abril foram construídas no país mais 800 novas escolas. Constituiu-se uma ampla Frente Patriótica Nacional, enquanto se amplia o movimento sindical.

Dois exemplos elucidativos mostram bem



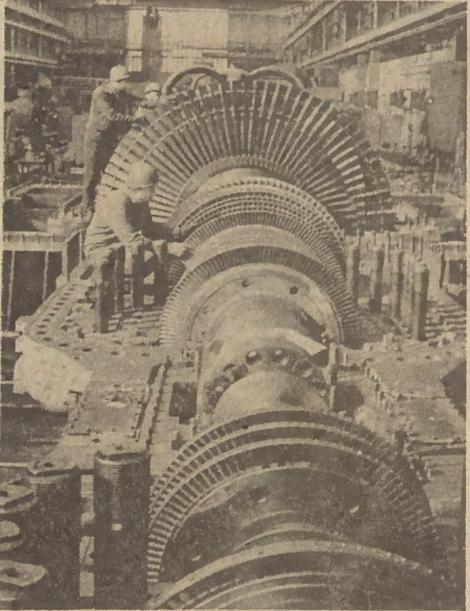
quem trabalha com e para o povo afegão, e quem manobra para fins que lhe são completamente alheios.

A reacção tem tentado utilizar no Afeganistão dois sectores com grande peso nacional. Os sacerdotes — cerca de 320 mil em todo o país, com grande influência entre a população; e os pequenos comerciantes (só em Cabul, cerca de 30 mil).

Nesta reunião ficou expresso o apoio ao governo. A resposta das forças terroristas foi o assassinato de um dos sacerdotes presente na conferência. No que respeita aos pequenos comerciantes não é por acaso que há meses não se concretiza nenhuma greve. O comércio ressentido-se, sim, da actividade dos contra-revolucionários que se dedicam à pilhagem das caravanas e aterrorizam as populações.

Movimento comunista

Checoslováquia: Aumento da produção nas vésperas do XVI Congresso



Os ritmos de aumento de produção reflectem-se particularmente na melhoria das condições de vida do povo. Por exemplo, entre 1968 e 1980 — mantendo-se no fundamental os preços e aumentando simultaneamente as regalias na esfera da assistência social — os salários médios aumentaram de 1750 coroas para 2643 coroas

A estreita ligação entre produção e melhoria das condições de vida, que no socialismo é lei, traduz-se em factos muito concretos: a aprovação do plano económico nos Congressos dos partidos comunistas e operários é um ponto culminante dos trabalhos da mais importante reunião, não só para os militantes comunistas como a nível nacional; os congressos ficam igualmente marcados por um grande movimento dos trabalhadores de aumento do rendimento laboral.

A Checoslováquia é um exemplo actual desta realidade.

Na 18.ª reunião do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, foi decidida a convocação do XVI Congresso do Partido para 6 de Abril. A par do debate nacional sobre o relatório e o plano para os próximos cinco anos, os trabalhadores checos, como é já tradição, desenvolvem um amplo movimento de aumento do rendimento laboral em todos os sectores.

Na mina «Dobruva» de Orlová, na região da Morávia setentrional, a equipa de extracção que é dirigida por Milan Maskovsky, apresentou a sua iniciativa. Durante o quinquénio de 1981-1985 quer ultrapassar o plano diário de extracção de hula em meio por cento, diminuir as avarias nas instalações em 5%, introduzindo novos métodos na manutenção dos maquinismos a fim de prolongar a sua duração em 10%.

Os trabalhadores da empresa de Automatização do Transporte Ferroviário de Ciermáná Tisou, região da Eslováquia Central, produzem tecnologia de comunicações e segurança para

as vias férreas. Para 1981 comprometeram-se a produzir 14 produtos inovadores, a trabalhar 2 000 horas grátis durante o seu tempo livre em trabalhos agrícolas de verão, e, entretanto produzirão peças sobressalentes para as máquinas das cooperativas agrícolas dos arredores.

Os membros do colectivo da empresa «Chirana» de Stará Turá, na Eslováquia ocidental, dirigidos por Helena Molecová, Dusan Sídlo e Anna Cemacková, comprometeram-se a ultrapassar o plano do primeiro trimestre de 1981, produzindo 50 contadores de gás industrial a mais do que o estabelecido. O cumprimento deste compromisso contribuirá com um benefício de 200 000 coroas. Os membros da organização juvenil da empresa «Chirana» comprometeram-se a trabalhar gratuitamente 15 000 horas, durante o seu tempo livre, até Março de 1981, na empresa, e também melhorar o meio ambiente dos locais das suas habitações.

A equipa de jovens, dirigida por Anna Mikulášová, da

empresa «Plastika» de Nitra, na Eslováquia ocidental, anunciou um compromisso socialista em nome do XVI Congresso do PCC, que comporta um benefício de 800 000 coroas. Os jovens prometem trabalhar grátis na empresa, um turno extra e ainda 450 horas, cumprindo diariamente a norma em 105%, diminuindo o consumo de materiais, e reduzindo os desperdícios, obter 1 200 kg de tubos de polietileno.

Na empresa «Mitas» de Praga resolveram transferir para o turno da noite o sector de maior consumo de energia eléctrica, a produção de pneumáticos, com o que será limitado o consumo durante as horas de ponta. Na empresa siderúrgica de Trinec, «Grande Revolução de Outubro», na Morávia do sul, a equipa dirigida por Ferdinand Grgocki, concentrará a sua atenção nos processos tecnológicos aplicando os novos métodos soviéticos. Em três meses economizarão 400 toneladas de metais e 400 MW/hora de energia eléctrica.

Mais de 4 milhões e meio de coroas atinge o valor dos compromissos contraídos em honra do XVI Congresso do PCC, pelos fundidores da empresa «Sverma» de Podbrezová, na Eslováquia central. Os trabalhadores dos trens de laminados decidiram produzir para além do plano, antes do começo do Congresso, mercadorias no valor de 1 920 000 coroas.

Também os agricultores checoslovacos saíram a convocação do XVI Congresso do PCC contraendo valiosos compromissos socialistas.

Os trabalhadores da cooperativa agrícola de Svikov, na região da Boémia ocidental, comprometeram-se a aumentar o rendimento médio por hectare de cereais até cerca de 4 toneladas e meia, com o qual aumentará a sua produção de trigo em 95 toneladas. Os cooperativistas de Svikov entregarão 73 toneladas de beterraba a mais do que está estabelecido no plano estatal. Em 1981 também aumentará a produção de leno em 3 500 toneladas, em comparação com 1980. Os trabalhadores do sector pecuário comprometeram-se a economizar 20 toneladas e meia de rações compostas e criar 300 leitões para além do plano.

A iniciativa laboral estimulada pela convocação do XVI Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, desenrola-se em todos os sectores da economia nacional da República Checoslovaca, nos Institutos de investigação, nas escolas, etc. Acima de tudo, os esforços orientam-se no cumprimento das tarefas que a política económica do PC da Checoslováquia estabelece. Os resultados destas iniciativas contribuirão substancialmente para o cumprimento das tarefas que o plano económico traça para 1981 e os anos seguintes.

A luta pela paz no centro da batalha ideológica

É preciso desmascarar e combater a política belicista do imperialismo

O novo governo norte-americano, como se previa e o vieram a confirmar as primeiras tomadas de posição públicas de Ronald Reagan e seus mais próximos colaboradores, veio agravar sensivelmente a situação internacional e pôr seriamente em risco os esforços dos povos e das forças progressistas de todo o mundo no sentido da paz. Não se trata, propriamente, de uma política nova — a natureza do imperialismo é intrinsecamente belicista — mas foram criados novos focos de tensão

e surgiram novos e perigosos factores de agravamento à escala mundial.

Paralelamente, e para «dar cobertura» à política expansionista e militarista, o imperialismo, através dos poderosos meios à sua disposição, intensifica a sua propaganda e faz recrudescer uma ofensiva ideológica que, como sempre, recorre em primeiro lugar ao anti-sovietismo, e às campanhas e provocações contra os países

socialistas, as forças progressistas e amantes da paz, os povos que lutam pela sua libertação.

O imperialismo, com os EUA à cabeça, pretende encobrir a situação de réu mascarando-se no papel de vítima. Acusa os outros das culpas que lhe cabem. E encontra preciosos aliados em governos — como o da «AD» que agora temos — que se prestam a fazer-lhe o jogo e se solidarizam com a sua estratégia.

Hoje, em Portugal, a batalha ideológica passa necessariamente pelo constante desmascaramento da propaganda imperialista, desפורadamente veiculada pelos porta-vozes oficiais e pelos poderosos meios de comunicação social que ilegítimamente dominam. Para tal, não são precisas grandes teorias. A linguagem da verdade é incontestável — e os factos falam por si. E é precisamente alguns factos que aqui registamos nesta página.

Quem ameaça quem?

«Nunca procurámos nem procuramos a superioridade militar sobre a outra parte. Não é essa a nossa política. Mas também não permitiremos que essa superioridade se crie em relação a nós. Tentativas deste género assim como as de falar connosco a partir de posições de força não têm quaisquer perspectivas!»

«Não procurar romper o equilíbrio existente, não impor uma nova corrida aos armamentos, ainda mais dispendiosa e perigosa, seria uma manifestação de autêntica sabedoria por parte dos homens de Estado. E, para isso, seria já tempo de pôr à margem de toda a política séria o velho espantoso da «ameaça soviética».



Estas palavras proferidas por L. Brejnev na tribuna do XXVI Congresso do PCUS são de uma clareza transparente. A propaganda imperialista procura justificar a corrida aos armamentos pela necessidade de fazer frente a uma pretensa «ameaça soviética», mas o que os factos mostram é que, ao longo dos anos, o equilíbrio militar tem sido constantemente quebrado

pelos Estados Unidos e não pelos soviéticos.

Não é por acaso que, sistematicamente, a propaganda imperialista escamoteia o facto de que a criação do Pacto de Varsóvia é posterior à formação da NATO.

Não é também por acaso que essa mesma propaganda oculta hipocritamente o facto de que, desde 1945, a iniciativa no fabrico e armazenamento de armas, cada vez mais sofisticadas, tem pertencido invariavelmente aos EUA, conforme o quadro junto demonstra.



ARMAS	Ano de entrada em serviço	
	EUA	URSS
Bomba atómica	1945	1950
Bomba de hidrogénio	1953	1954
Bombardeiros de grande raio de acção	1953	1957
Mísseis de média potência	1953	1959
Armas nucleares tácticas	1955	1956
Mísseis intercontinentais (ICBM)	1955	1957
Submarinos atómicos	1956	1962
Mísseis instalados em submarinos (SLBM)	1959	1968
Mísseis antimísseis (ABM)	1960	1961
Mísseis intercontinentais de propérgol	1962	1969
Mísseis de ogiva nuclear múltipla	1964	1972
Vectores de ogiva nuclear múltipla	—	—
guiada independentemente (MIRV)	1970	1975
Mísseis de cruzeiro	1976	—

Os mandatários do Pentágono

Os grandes beneficiários e por isso, os maiores interessados na corrida aos armamentos são, como se sabe, os monopólios ligados ao fabrico de armas e suas componentes — o chamado complexo militar-industrial. São eles que estão por detrás do Pentágono, são eles que determinam a política externa norte-americana. O Estado norte-americano concede-lhes enormes fundos destinados à investigação e ao desenvolvimento da indústria militar, fundos esses que em 1977, ascenderam a mais de 7.000 milhões de dólares (ou seja 77,7 por cento do valor de todos os contratos), e isto no que respecta apenas às cem empresas mais beneficiadas. Eis, relativamente a esse ano, a lista dos vinte principais mandatários do Pentágono e as quantias que receberam (em milhões de dólares):

1. Rockwell International Corporation	513,6
2. General Electric Co.	510,9
3. General Dynamics Corporation	497,5
4. McDonnell Douglas Corporation	492,0
5. Boeing Corporation	490,0
6. Lockheed Missiles & Space Corporation	472,8
7. Hughes Aircraft Corporation	318,1
8. Raytheon Corporation	242,6
9. Martin Marietta Corporation	205,3
10. Trw. Inc.	173,0
11. International Business Machine Corporation	165,3
12. United Technologies Corporation	157,7
13. RCA Corporation	150,0
14. Chrysler Corporation	146,1
15. Westinghouse Electric Corporation	138,1
16. John Hopkins University	117,5
17. Massachusetts Institute of Technology	108,2
18. Lockheed Aircraft Corporation	83,6
19. ARO, Inc.	78,4
20. Texas Instruments, Inc.	76,2

A política da agressão

Entre 1 de Janeiro de 1946 e 31 de Dezembro de 1975, os Estados Unidos utilizaram as suas forças armadas para fins políticos no estrangeiro pelo menos 215 vezes, isto é, uma vez em cada dois meses. Lembremos algumas das mais particularmente graves dessas intervenções. E tiremos as devidas conclusões sobre a «política de paz» imperialista.

China (1945-49)

Um corpo expedicionário de 110.000 homens ocupa os principais pontos estratégicos da China, enquanto a força aérea

norte-americana ajuda as tropas de Chiang Kai-Shek. **Objectivo:** esmagar a luta de libertação do povo chinês.

Grécia (1946-49)

Os EUA intervêm na guerra civil no país, com o pretexto de «evitar a tomada do poder pelos comunistas». A aviação americana assegura o transporte de duas divisões britânicas para a Grécia. **Objectivo:** apoiar as forças reaccionárias pró-monárquicas.

Coreia (1950-53)

Guerra de intervenção em grande escala em apoio do regime fantoche sul-coreano, no decorrer da qual foram mortos mais de 300.000 coreanos. **Objectivo:** esmagar a jovem República Popular Democrática da Coreia.

Guatemala (1954)

Intervenção armada financiada pela CIA, em que participam, nomeadamente, pilotos de guerra americanos. **Objectivo:** derrubar

o governo legalmente eleito do Presidente Arbenz, que seguia uma política independente.

Líbano (1958)

A Segunda Brigada da Marinha dos EUA, escoltada pela 6ª Esquadra, desembarca próximo de Beirute, registando-se também a participação da força aérea e de tropas americanas estacionadas na RFA, com o pretexto de evitar uma pretensa «ameaça» de infiltração militar no Líbano. **Objectivo:** criar Estados-satélites e assegurar o domínio no Próximo Oriente.

Cuba (1961)

Mercenários, aviões e pilotos dos EUA participam no ataque e desembarque na Baía dos Porcos, em pleno território cubano. **Objectivo:** derrubar o governo legítimo chefiado por Fidel Castro e instaurar um regime ao gosto de Washington.

República Dominicana (1965)

Tropas dos EUA entram no país, em completo desrespeito pelos estatutos da Organização dos Estados Americanos (OEA). **Objectivo:** instaurar na

República Dominicana um governo pró-americano.

Vietnam (1965-1973)

Guerra de intervenção prolongada e em grande escala, que chegou a empregar, simultaneamente, mais de meio milhão de soldados norte-americanos. A guerra fez mais de três milhões de vítimas entre a população civil vietnamita. **Objectivo:** reprimir os movimentos de libertação nacional na Indochina e destruir a República Democrática do Vietnam.

Cambodja (1970)

Invasão e permanência no território do país durante dois meses de intensas operações militares, causando a morte de dezenas de milhares de vietnamitas. **Objectivo:** facilitar a instauração no país de um regime pró-americano.

Laos (1971)

Participação da artilharia e da aviação dos EUA ao lado das tropas de Saigão na invasão do sul do Laos. **Objectivo:** combater as

forças patrióticas laocianas e evitar o reforço dos seus laços com o Vietnam democrático.

Angola (1975)

A aviação militar dos EUA estabelece uma ponte aérea para reabastecer os bandos do agente da CIA e laiaio norte-americano Holden Roberto, cujos mercenários são treinados por instrutores americanos, enquanto somas anuais de 14 milhões de dólares são entregues por Washington aos rebeldes. **Objectivo:** derrubar o governo popular de Angola.

Tropas dos EUA colocadas fora do continente americano



Intervenção de Álvaro Cunhal no comício realizado no Palácio de Cristal

(Porto) 21 de Março de 1981

Camaradas:

Insera-se este comício nas comemorações do 60.º aniversário do nosso Partido.

Creio que os trabalhadores, os democratas e todos os homens honrados do nosso país estão de acordo com o lema que o nosso Partido adoptou para o seu 60.º aniversário: **60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria.**

Em numerosas sessões têm sido abordados aspectos da gloriosa História do Partido. Tem sido salientada a sua natureza de classe e a sua política de classe. A sua orientação criativa inspirada no marxismo-leninismo. A dedicação dos seus militantes. A sua unidade, a sua democracia interna, o seu estilo de trabalho colectivo. O seu patriotismo e o seu internacionalismo.

Tem sido abordado o papel do Partido na luta da classe operária e do povo português, na resistência ao fascismo, na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

Tem sido abordado o seu papel na revolução portuguesa, na conquista das liberdades e das outras transformações democráticas, no combate à reacção e na defesa do regime.

O passado do Partido explica o seu presente e o seu presente permite afirmar com confiança o seu futuro.

As experiências de 60 anos de luta são lembradas não com sentimentos saudosistas, mas para com eles reforçar a nossa capacidade de acção e a nossa ligação à classe operária, às massas populares, a todas as forças democráticas.

As comemorações do 60.º aniversário do nosso Partido dão-nos mais força e mais confiança. Mais força e mais confiança na luta em que presentemente estamos empenhados contra a reacção, em defesa das conquistas da revolução e do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Permiti por isso, camaradas, que, neste comício, consagre a minha intervenção à situação política actual e a alguns dos seus mais importantes problemas.

A democracia portuguesa não está ainda definitivamente consolidada. A reacção pretende destruí-la. Mas o nosso Partido, caldeado e experimentado em 60 anos de luta, está confiante em que o povo português fará vitoriosamente frente às forças reaccionárias, ultrapassará as dificuldades actuais e assegurará que Portugal prossiga o caminho da liberdade, progresso social e independência aberto pelo 25 de Abril, — o caminho da democracia rumo ao socialismo.

1

Política reaccionária resistência popular

São três as principais características da situação política no momento presente.

A primeira é a **continuação duma política reaccionária, a partir do governo «AD» e da maioria «AD» na Assembleia da República, e a preparação de uma nova ofensiva global e de um novo plano subversivo contra o regime democrático.**

A segunda é **uma rearmarção das forças políticas, que tem a sua principal expressão nas profundas crises internas que abalam o PS e a AD, e abalam também o conjunto dos grupos esquerdistas politicamente destruídos.**

A terceira é **a resistência crescente à política reaccionária e o rápido desenvolvimento da luta popular de massas, tendo à sua frente a classe operária.**

Todos estes aspectos serão abordados nesta intervenção. Mas, tendo em conta que é a luta do povo

português e à sua frente, a classe operária, que acabará por decidir da situação, permiti que comece por saudar, em nome do Comité Central todos aqueles que, no Porto e no Norte, se levantam corajosamente para a luta em defesa dos seus interesses vitais, certos de que a reacção acabará por ser derrotada e Portugal de Abril vencerá.

Saudamos os trabalhadores pelas manifestações e pelas greves, pelos plenários realizados, pelas moções aprovadas, pelos abaixo-assinados, pelos documentos de informação e esclarecimento que publicam.

Saudamos os trabalhadores da Marconi, dos CTT, do material eléctrico e os rodoviários em luta pelo contrato colectivo.

Saudamos os trabalhadores da Empresa Industrial de Santo Tirso em luta contra os aumentos selectivos.

Saudamos os trabalhadores das STCP, da MDF, William Graham, Soares Costa, Torgás, Santos e Barreto em luta por ACT e pelos cadernos reivindicativos.

Saudamos os trabalhadores da Valfar, da Uniteca, da EFI, da Construção Civil contra os contratos a prazo.

Saudamos os trabalhadores da MIT, da Algor, da Corfams, da Prelmo, da SERL em luta pela garantia dos salários e dos postos de trabalho.

Saudamos os trabalhadores do Pão de Açúcar, da Leonesa, da Molim, da Corte Inglês, da Tentativa, em luta contra a repressão e os despedimentos.

Saudamos os pequenos e médios agricultores e rendeiros, que defendem firmemente os seus interesses vitais, que fazem frente à política «AD» de ruína e destruição da agricultura nacional e que acabam de dar uma grande prova de unidade e de força na concentração promovida pela CNA e realizada em Lisboa no dia 16.

Saudamos os intelectuais e quadros técnicos e o seu papel de relevo no trabalho criativo (técnico e artístico), no esclarecimento e na mobilização.

Saudamos as mulheres pelas grandes iniciativas realizadas no Norte e pela sua intervenção decidida na luta popular.

Saudamos a juventude que ocupa as primeiras linhas de combate em defesa do Portugal de Abril.

A luta das massas desenvolve-se e esse desenvolvimento rápido e seguro, é forte motivo da nossa confiança no futuro.

Entretanto, camaradas, devemos ter uma ideia exacta da situação política nos seus aspectos globais.

São igualmente perigosas para a defesa da

democracia, tanto o pessimismo que leva à perda de perspectivas, como o excesso de optimismo.

Quando, nas eleições legislativas de 5 de Outubro, a «AD», usando e abusando do facto de estar no governo, conseguiu por processos antidemocráticos falsear a opção política do eleitorado e manter e mesmo reforçar a maioria de deputados na Assembleia da República —, é ou não verdade que uma onda de pessimismo invadiu vastos sectores democráticos? e que muitos pensavam já que era impossível derrotar Soares Carneiro e fazer estancar a ofensiva contra-revolucionária?

E depois das eleições presidenciais de 7 de Dezembro, da estrondosa derrota da «AD» e do importante passo alcançado para a consolidação do regime democrático — é ou não verdade que a «sensação de alívio» e um «excessivo optimismo» se manifestaram no dobrar de 1980 para 1981 numa relativa desmobilização e numa excessiva tranquilidade?

É necessário ter confiança na força das massas, na possibilidade real de fazermos frente à reacção, de a contermos e finalmente derrotarmos.

Mas é necessário também ter uma noção exacta da força que a reacção tem, para termos também uma noção exacta da força que temos de ter para a contermos e derrotarmos.

E a verdade é que persistem perigos, e sérios perigos, para a democracia portuguesa e existe a possibilidade do seu agravamento nos tempos próximos.

2

Persistem perigos para a democracia

Os actuais perigos para a democracia decorrem fundamentalmente do facto de que está no poder um governo «AD» e existe na Assembleia da República uma maioria «AD», sendo absolutamente certo que a «AD», os partidos que a compõem e as forças económicas e sociais que a apoiam têm como objectivo a restauração do poder económico dos monopólios e latifundiários e a liquidação do regime democrático português.

É fundamentalmente desta situação que resultam os perigos que temos de defrontar no imediato e nos tempos próximos.

O primeiro perigo é que, prolongando-se o actual governo, se a oposição o não forçar a arrepiar caminho, a reacção irá destruindo as conquistas democráticas do povo português e alterando assim inconstitucionalmente a realidade económica, social e política.

Se o movimento operário e popular e as forças democráticas em geral não forçam o governo «AD» a arrepiar caminho, corre-se o risco de, antes da revisão constitucional, já a reacção ter alcançado pela acção governativa e legislativa alguns dos objectivos contra-revolucionários que procura alcançar com a revisão.

Estareis certamente de acordo, camaradas, em que é necessário opor vigorosamente um não a esta política de destruição da democracia.

O segundo perigo para a democracia é precisamente a revisão da Constituição.

O que as forças reaccionárias têm como objectivo não é uma revisão da Constituição, mas transformar a revisão da Constituição na destruição da Constituição e, com a destruição da Constituição, a destruição do regime democrático.

A revisão que as forças reaccionárias pretendem fazer é uma revisão ilegal e subversiva, violando, como já actualmente o governo viola na sua acção prática, os chamados **limites materiais** da revisão.

Como vezes sem conto temos lembrado, segundo a Constituição (Art. 290.º), lei fundamental do país, não podem ser sujeitos a revisão constitucional alguns princípios e características fundamentais do regime.

As leis da revisão constitucional têm necessariamente de respeitar, entre outros princípios e características, «os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos», «os direitos

dos trabalhadores, das Comissões de Trabalhadores e das associações sindicais», «o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos», a «eliminação dos monopólios e latifúndios», «o sistema de representação proporcional», «a separação e interdependência dos órgãos de soberania», «a autonomia das autarquias locais», etc.

A «AD» tem o plano abertamente declarado de violar esta norma fundamental da revisão e, aproveitando a revisão da Constituição, insistir na acção subversiva e golpista.

Não se pode reconhecer a nenhum governo e a nenhuma maioria o direito de utilizar os poderes que tem no regime democrático para destruir esse mesmo regime democrático.

Estareis, certamente, de acordo, camaradas, em que é necessário opor vigorosamente um não à revisão inconstitucional da Constituição.

O terceiro grande perigo para a democracia é uma ruptura das instituições e a desestabilização militar.

Que ninguém se iluda acerca da relativa mansidão do governo «AD»/Pinto Balsemão em relação ao Presidente da República.

Uma direcção fundamental, central, determinante da política da «AD» é **preparar o choque com o Presidente da República, esvaziar do poder ou desestabilizar o órgão de soberania Presidente da República, desestabilizar as Forças Armadas em proveito da «AD» e criar assim as condições necessárias à conquista total do poder pela reacção e à realização do plano subversivo derrotado em 1980.**

Para que quer a «AD» reduzir drasticamente os poderes do Presidente da República, retirando-lhe a competência de designar os chefes militares, senão para afastar o obstáculo que esse órgão de soberania representa para a realização do seu plano inconstitucional e subversivo?

Para que quer o governo poder nomear o CEMGFA senão para pôr à frente das F. Armadas Soares Carneiro ou outro general fascista?

Para que quer Freitas do Amaral (5.3.81) submeter as Forças Armadas ao governo «AD» senão para criar uma hierarquia reaccionária pronta a apoiar o golpe da liquidação da democracia que a «AD» desenvolveu em 1980 e que só falhou porque a «AD» foi derrotada nas eleições presidenciais?

Deve estar bem claro para todos os portugueses. Com nova tática e nova linguagem (a que a «AD» foi obrigada pela derrota que sofreu em 7 de Dezembro) a reacção mantém intacto o seu plano de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático português.

Estareis, certamente, de acordo, camaradas, em que é necessário opor vigorosamente um não a todas as acções desestabilizadoras das forças reaccionárias

e defender firmemente a estabilidade democrática e o funcionamento democrático das instituições contra as tentativas de ruptura, de impasse e de golpe.

O dragão da contra-revolução recebeu um sério golpe em 7 de Dezembro, mas continua vivo, agressivo e ameaçador. É necessário preparar as condições para lhe darmos um golpe político mortal.

3

Pela demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão

Há ainda quem se deixe iludir com as falas mansas e a fachada dialogante do novo Primeiro-Ministro.

A verdade é que nem falas mansas, nem fachada dialogante alteram o essencial: que o governo «AD»/Pinto Balsemão é o continuador da política do governo «AD»/Sá Carneiro/Freitas do Amaral nas novas condições impostas à «AD» pela derrota

estrandosa que sofreu nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

Nós lutamos pela demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão por algumas razões fundamentais.

Em primeiro lugar, porque ele prossegue nas novas condições, como atrás foi referido, o plano inconstitucional, ilegal e subversivo levado a cabo pela «AD» em 1980 com vistas à liquidação do regime democrático.

4

Política antioperária e antipopular

Lutamos pela demissão do governo «AD»/P. Balsemão, em segundo lugar, porque ele prossegue uma política antioperária e antipopular, com o agravamento constante e progressivo das condições de trabalho e de vida da classe operária e das massas laboriosas do país.

A fixação do tecto salarial e a baixa dos salários reais; a congelação, não cumprimento e violação dos CCT; a generalização do trabalho a prazo, do trabalho à peça, das empreitadas e subempreitadas; as horas extraordinárias contadas na jornada de trabalho; a intensificação dos ritmos de trabalho; o desemprego (particularmente dos jovens); os despedimentos colectivos e selectivos e as ameaças de despedimentos em massa nas multinacionais (Standard, Grundig, Audio Magnética, Agfa); a anulação dos direitos alcançados (subsídios, férias, diuturnidades, horários e outros) – constituem alguns aspectos mais salientes da política de exploração ao serviço do grande capital.

O esvaziamento do «cabaz de compras» (de 14 para 4 produtos), a continuação do aumento dos preços (combustíveis, transportes, correios, telefones, taxas de rádio e televisão, serviços médico-sociais) degradam rapidamente as condições de vida, particularmente das camadas mais desfavorecidas, como reformados e pensionistas.

O governo anunciou para 1981 uma taxa de inflação de 16%. Mas, por este andar, admite-se que possa vir a situar-se entre 25 e 30%.

No programa do governo «AD», os salários mínimos devem aumentar mais lentamente que os preços. É uma

técnica velha e revelha dos capitalistas, que em Portugal foi teorizada por Salazar e com a qual o governo visa atirar para cima dos trabalhadores o peso das dificuldades económicas provocadas pela sua própria política.

Nós não aceitamos nem tais práticas, nem tais teorias e exigimos que além dos aumentos em atraso o aumento dos salários acompanhe pelos menos o aumento dos preços.

No Porto e em todo o Norte, os trabalhadores conhecem na sua própria carne o que significa a política do governo «AD»/Pinto Balsemão.

Queremos aqui expressar o nosso apoio e solidariedade para com os trabalhadores da Jotocar, da Molin, da Coats & Clark, da Sundlete, da Famo, da Facar, da Lionesa, da Têxtil do Mindelo – vítimas de despedimentos e processos disciplinares.

Para com os trabalhadores da Empresa Industrial de St.º Tirso, da Horta, da Facar, da Lionesa, da Soares da Costa, da Litografia União, da Artistas Reunidos, da Cotesi, da Camo, da Tentativa – vítimas de perseguições, medidas repressivas, proibição de actividades sindicais.

Para com os trabalhadores da Fábrica de Tecidos de S. Mamede, das Rendas Primor, da Simão e Cunha, da Nutripol, da Fundição de Caide, da Corfams, da Coelho e Ramos, da Handy, da FIL, da José Maria da Silva de Lousada – pela perda de postos de trabalho e as ameaças de despedimentos.

A todos os trabalhadores do Norte – trabalhadores manuais e intelectuais – assim como aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, o PCP declara o seu apoio e solidariedade.

5

Ofensiva contra as liberdades

Nós lutamos pela demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão, em terceiro lugar, porque ele continua a sua ofensiva contra as liberdades de que são exemplos o escandaloso monopólio governamental e reaccionário instalado nos órgãos de comunicação social estatizados e a instauração de verdadeiros ambientes de terror em numerosas fábricas (com milícias privadas, «gorilas», perseguições, transferências injustas, despedimentos e agressões).

Alertamos uma vez mais o povo português para as ameaças que a «AD» faz pesar sobre as liberdades democráticas. É absolutamente certo que a «AD», o seu governo e a sua maioria na Assembleia da República preparam graves atentados e limitações das liberdades através do que chamam a «regulamentação» das liberdades e direitos. Agora, a CIP, confederação do patronato reaccionário, reclama a revisão da lei da greve.

Pretende o grande capital, entre outras coisas, que as greves não possam ser declaradas enquanto houver negociações em curso. Está a ver-se o que seria. As negociações nunca mais acabariam, as reivindicações dos trabalhadores não seriam atendidas e a greve ficaria proibida e, tal como no tempo do fascismo, considerada um crime.

Porque vem agora de novo e tão apressadamente esta exigência? É porque a luta dos trabalhadores lhes dói. É porque com a luta, com a greve, os trabalhadores estão fazendo frente, muitas vezes com sucesso, ao agravamento das suas condições de trabalho e de vida que o patronato reaccionário e o governo lhes querem impor.

Temos por isso que defender o direito à greve, direito sagrado consagrado na Constituição, e continuar a utilizar essa forma de luta sempre que se revele necessária e adequada às circunstâncias.

6

Destuição das conquistas da revolução

Lutamos pela demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão, em quarto lugar, porque ele **continua destruindo as grandes conquistas democráticas do povo português, consagradas na Constituição da República.**

No que respeita à **reforma agrária** voltam as reservas ilegais e arbitrarias, os roubos de gados apoiados em fortes contingentes de GNR, as violências, as destruições, as medidas de liquidação das UCP's/Cooperativas, a restauração dos latifúndios para que, em vez da obra florescente da reforma agrária, fiquem terras abandonadas, trabalhadores desempregados, searas perdidas, e algumas centenas de famílias de grandes senhores vivendo na opulência à custa da fome e da miséria de dezenas de milhares de trabalhadores e de pequenos agricultores.

No que respeita às **nacionalizações** o que pretende o governo com o novo projecto de lei agora enviado à Assembleia da República com nota de urgência?

O governo pretende abrir aos capitalistas sectores vitais nacionalizados, designadamente a banca, os seguros, os transportes aéreos, os transportes ferroviários, os cimentos, os adubos.

O governo pretende admitir a participação do capital privado, ficando o Estado maioritário, em sectores e empresas nacionalizadas como siderurgia, refinação de petróleo, petroquímica de base, o armamento, de forma a que o OGE aguentaria as empresas e os capitalistas tirariam os lucros.

O governo pretende conceder ao capital privado a gestão, e portanto os lucros, dos transportes colectivos urbanos.

As nacionalizações seriam reduzidas à energia eléctrica, ao gás, às águas, ao saneamento básico, aos CTT, aos transportes regulares aéreos e ferroviários, a parte dos transportes públicos colectivos urbanos, e a infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.

Toda a substância das nacionalizações da revolução portuguesa seriam postas em causa.

A ser aprovada e promulgada esta lei inconstitucional seria um primeiro passo para a liquidação das

nacionalizações e para a restauração dos grupos monopolistas.

Nós saudamos os trabalhadores e todos os democratas que se levantam em defesa das nacionalizações, parte integrante do regime democrático, e garantia da sua defesa e continuidade.

No que respeita às autarquias, o governo «AD» leva a cabo uma verdadeira **ofensiva contra o poder local democrático.** Tira às autarquias 36 milhões de contos que a elas pertencem segundo a Lei das Finanças Locais. Por todo o lado instaura administrações incompetentes e corruptas que, em vez de resolverem os problemas das populações, agravam as taxas da água e da electricidade, deixam deteriorar as situações e se servem das autarquias para fazer negociatas, privilegiar interesses próprios, meter dinheiro ao bolso.

Os portugueses têm um exemplo vivo e desgraçado da gestão «AD» nas autarquias na situação escandalosa e vergonhosa que persiste na Câmara Municipal do Porto.

Todo o Partido apoia a posição do CL do Porto exigindo a demissão imediata da Câmara «AD» e a realização de novas eleições.

Podemos afirmar-se: existe força política bastante e apoio popular bastante para assegurar no Porto uma Câmara Municipal democrática. E que vemos nós em 1980 como produto da política de recuperação capitalista? Um défice da balança comercial de 200 milhões de contos. Um défice da balança de transacções correntes de 50 milhões de contos. Uma dívida pública externa de mais de 350 milhões de contos com encargos anuais de 40 milhões. O agravamento brutal das condições de vida, 320 000 desempregados. A previsão de agravamento ainda maior no ano corrente.

Uma política económica ao serviço do grande capital contra toda a população é bem expressa nas isenções e benefícios fiscais concedidos ao grande capital no OGE para 1981, a par do agravamento dos impostos em mais de 73 milhões de contos, dos quais mais 16 milhões no imposto de transacções e mais 6 milhões no imposto profissional e da retirada aos municípios de 36 milhões de contos (65% do total) que pela Lei de Finanças Locais lhes deviam ser atribuídos.

7

Submissão e enfeudamento ao imperialismo

Finalmente lutamos pela demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão porque a sua política externa **contraria frontalmente os interesses de Portugal como nação soberana e independente.**

A política externa do governo «AD» significa o sacrifício dos interesses portugueses ao enfeudamento servil aos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano.

O governo entrega a economia portuguesa ao imperialismo. Alinha em provocações internacionais. Lança-se na campanha da guerra fria. Deteriora e sabota as relações com países amigos. Ajuda os fantoches antiangolanos e antimoçambicanos. Envolve Portugal em contrabando de armas para os racistas sul-africanos e em empréstimos da Banca Nacionalizada ao regime terrorista de Pinochet.

Muito haveria a dizer acerca da vergonhosa política externa do governo «AD». Mas, pela escassez do tempo, apenas referirei duas questões: o grave incidente com Cuba e a instalação de armas nucleares em Portugal.

No incidente com Cuba, o mais importante não são as questões protocolares (embora seja lícito discuti-las), mas a questão de fundo. Em vez de tomar (como tomou) medidas apressadas de retaliação, para apresentar na folha de serviços a Reagan, melhor seria que o governo, com serenidade, averiguasse o que entendesse dever averiguar e desaprovasse depois o envolvimento directo do encarregado de negócios de Portugal em Havana em acções provocatórias de tipo terrorista.

O que ofende a honra e o bom nome de Portugal não é a revelação pelas autoridades cubanas da actuação do encarregado de negócios. **O que ofende o bom nome de Portugal é a rasteira participação de chefes de missões diplomáticas portuguesas em actuações provocatórias e de carácter terrorista contra os países onde exercem as suas funções.**

No que respeita à segunda questão, o Ministério da Defesa do governo «AD» declarou que «Portugal não poderá prescindir da instalação eventual de armas nucleares no seu território».

Estas e outras declarações causam justa inquietação.

É necessário que o povo português conheça os perigos mortais que faz incorrer ao nosso povo e ao nosso país, a política externa aventureirista do governo «AD».

O povo português tem o direito de exigir do governo explicações cabais acerca de quaisquer projectos de instalação no território nacional de mísseis atómicos norte-americanos, decisão que, em caso de guerra, **faria correr a Portugal o perigo da completa destruição.** Estamos absolutamente certos de que o povo português diz **não à instalação de armas atómicas no nosso território.**

Por todas estas razões, estamos certos de defender os interesses do povo e da pátria **reclamando a demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão o mais rapidamente possível.**



8

Não há legitimidade para governar quatro anos

Se o governo «AD»/Pinto Balsemão não serve o povo nem o país, se a sua política significa o agravamento de todos os problemas nacionais e das condições de vida dos portugueses, se as forças que o compõem têm como objectivo utilizar o poder para liquidar o regime democrático, que posição podemos e devemos nós tomar?

Creio, camaradas, que estais de acordo com a conclusão do nosso Partido: **o governo «AD»/Pinto Balsemão não serve o povo nem o país e por isso deve ser demitido e deve ser demitido o mais rápido que seja possível.**

«A luta continua, Balsemão para a rua!» é uma consigna justa que corresponde às necessidades, às reclamações e às aspirações do nosso povo.

Dizem alguns que o nosso Partido não tem o direito de reclamar a demissão do governo, porque o governo foi formado na base duma maioria parlamentar saída das eleições legislativas de 5 de Outubro e portanto só quando em novas eleições legislativas for formada nova maioria parlamentar, só então poderá ser formado novo governo.

A «AD», naturalmente diz que as eleições legislativas deram à «AD» a legitimidade para governar 4 anos. E Mário Soares expressou a mesma opinião.

Ora estas opiniões não têm qualquer fundamento, nem constitucional, nem legal, nem político, nem moral.

Após as eleições de 5 de Outubro, o nosso Partido não contestou a legitimidade institucional para que se formasse um governo «AD», uma vez que a Constituição é expressa: na escolha do Primeiro-Ministro, o Presidente da República deve ter em conta os resultados eleitorais.

Assim foi feito.

O que nós contestamos é que este governo, como qualquer governo, só pelo facto de se formar com apoio parlamentar maioritário, **tenha qualquer direito a governar durante toda a legislatura, ou seja durante 4 anos.**

Esta posição é a única posição constitucional, juridicamente correcta, politicamente justa.

Juridicamente correcta porque as possibilidades de demissão de um governo constituem parte integrante do funcionamento democrático das instituições.

Politicamente justa porque há sólidos fundamentos políticos que a tomam correcta e oportuna.

O primeiro fundamento político é que a «AD» deixou de ter a base social, política e eleitoral de apoio que

tinha em 5 de Outubro e que lhe deu a possibilidade institucional de constituir governo.

Os propagandistas reaccionários mostraram-se muito indignados com a nossa afirmação de que as eleições presidenciais de 7 de Dezembro de certa forma rectificaram as eleições legislativas de 5 de Outubro.

Mas essa afirmação é a evidência das evidências.

Quem identificou uma eventual vitória de Ramalho Eanes com a derrota da «AD», do seu governo e da sua maioria, não fomos nós, foi a própria «AD», foram os seus chefes mais responsáveis e partidos componentes, foi o seu candidato à Presidência.

Na célebre conferência de imprensa de 2 de Dezembro, a três dias das eleições, os chefes da «AD» inventaram que existia um «acordo secreto» do general Eanes com o PCP e proclamaram que, se Eanes ganhasse, seria a derrota da «AD» a demissão do governo «AD», e «a breve prazo, a dissolução da Assembleia da República».

Esta afirmação foi divulgada por todos os órgãos de comunicação social estatizados sobre os quais a «AD» mantinha (como em larga medida continua a manter) um completo monopólio.

Portanto os eleitores, quando votaram contra Soares Carneiro e em Ramalho Eanes, votaram (segundo os próprios dirigentes da «AD») **contra a «AD», contra o seu governo e contra a sua maioria na Assembleia da República.**

O segundo sólido fundamento político para que o governo «AD» não governe 4 anos e se demita o mais rapidamente possível é que ele continua a política **inconstitucional e ilegal.**

E um governo que não respeita a Constituição e a legalidade democrática, perde, por esse mesmo facto, a legitimidade para governar.

Não somos nós quem desrespeita o regime democrático e a legalidade democrática reclamando a demissão do governo. O governo é que desrespeita o regime democrático e a legalidade democrática e é por isso que deve ser demitido.

Não pode ser reconhecida legitimidade para governar a um governo que, eleito ao abrigo da Constituição, não só viola a Constituição na sua actuação executiva, como se propõe liquidá-la.

Jamais na História um regime reconheceu

legitimidade a um governo que governa para o destruir.

Por tudo isso, o PCP coloca a demissão do governo «AD»/Pinto Balsemão como um dos objectivos políticos centrais na actual situação e não exclui que a Assembleia da República possa vir a ser dissolvida e convocadas novas eleições, embora a realização de novas eleições não seja condição indispensável para a demissão e a substituição do governo «AD»/Pinto Balsemão.

O governo pode ser demitido porque a Assembleia da República lhe rejeite a confiança. Pode ser demitido porque

a Assembleia da República vote moções de censura. Pode ser demitido porque o Presidente da República o demita.

Pode ser demitido porque, na mesma Assembleia da República eleita em 5 de Outubro e com os mesmos deputados, o governo pode eventualmente deixar de ter maioria.

E pode ser demitido, porque o próprio Primeiro-Ministro se demita ante o fracasso da sua própria política.

Em qualquer destas eventuais soluções, a luta popular tem um papel decisivo.

9

Existe uma alternativa: a unidade dos democratas

Quando se fala em demissão do governo, surge logo a pergunta: «Existirá uma alternativa?»

A esta pergunta respondemos: não será fácil, mas alternativas democráticas existem.

E não apenas alternativas para daqui a 4 anos, mas alternativas mais breves, porque assim o exige a situação.

Pretendem alguns que a FRS é a «única alternativa possível».

Trata-se de uma afirmação gratuita sem qualquer base em que apoiar-se.

Em primeiro lugar, quando alguns falam nessa alternativa estão a pensar em eleições daqui a 4 anos, e não se pode considerar como válida uma suposta alternativa que, à partida, adia para daqui a 4 anos a demissão do governo.

Em segundo lugar, quando alguns falam nessa alternativa, estão a pensar numa vitória eleitoral e a FRS, como a experiência mostra, não tem quaisquer hipóteses de sozinha ter a maioria.

Em terceiro lugar, não é certo que a FRS, já hoje roída por contradições e conflitos internos, dure 4 anos.

Pretendem outros que a alternativa é o falado «bloco central», resultante de um acordo entre o PS e o PSD.

Basta uma ligeira reflexão para se concluir tratar-se de uma falsa alternativa.

Em primeiro lugar, um tal «bloco» não seria para uma política democrática, mas para atrelar o PS à política da direita do PSD/PPD. Poderia dele resultar um outro governo, não uma outra política.

Em segundo lugar, o «bloco central» não seria aquilo que alguns democratas seus defensores dizem que seria: uma aliança do PS com o PSD convertido à legalidade democrática e formando um governo com o acordo ou sob a égide do Presidente Eanes.

Não é para aí que as coisas se podem mais provavelmente encaminhar. Tal como as coisas actualmente se apresentam, a concluir-se uma tal aliança, o «bloco central» não seria um «bloco» democrático de iniciativa presidencial mas um «bloco» antieanista desestabilizador da democracia.

As possibilidades duma alternativa há que buscá-las na sólida base de apoio a uma política democrática que as eleições de 7 de Dezembro revelaram.

As eleições de 7 de Dezembro mostraram, com o voto maciço contra o candidato da «AD» e com a eleição de R. Eanes, que a esmagadora maioria do povo português está contra o governo «AD», contra a maioria «AD» na Assembleia da República, contra o programa e o plano «AD» de liquidação da democracia.

Como o nosso Partido proclamou, a votação maciça contra o candidato da «AD» e em Ramalho Eanes mostrou a existência dum vastíssimo e maioritário campo social e político de apoio potencial a uma alternativa democrática.

Quem se insere nesse campo maioritário?

Insere-se o PS, que prosseguiu o apoio ao candidato que havia apresentado, R. Eanes, apesar de que o seu secretário-geral à última hora procurou tirar-lhe o tapete debaixo dos pés.

Insere-se o PCP, que colocou como objectivo central e prioritário a derrota do candidato da «AD» e que para isso apresentou um candidato próprio, conduziu uma intensa

campanha de esclarecimento e mobilização do eleitorado e fez finalmente apelo ao voto em Eanes.

Inserem-se, além do MDP forças democráticas de menor expressão orgânica e eleitoral como a UEDS e a ASDI.

Inserem-se vários sectores católicos com expressões organizadas de carácter progressista.

Inserem-se numerosos independentes que mostram ter uma influência apreciável em vastos sectores do país.

Dirigentes de outros partidos não suportam que nós falemos dos «independentes», não aceitam a existência de «independentes» e não querem reconhecer opiniões políticas nem direito à intervenção política a quem não faça parte de partidos.

Ora a verdade é que a grande maioria dos portugueses não pertence a partidos políticos e muitos não têm ainda fixa uma opção. Os independentes constituem uma enorme força política potencial susceptível de vir a tomar formas orgânicas – partidárias ou não.

Estamos certos de que mesmo neste comício estão presentes numerosos independentes (que daqui saudamos amistosamente) que não pensam como nós, que têm ouvidos para ouvir e cabeça para pensar, e que, tendo as suas próprias opiniões, consideram entretanto serem possíveis e necessários para uma política democrática a aproximação e o entendimento com o PCP.

É a actuação comum de todas estas forças, largamente maioritárias no país, que pode dar a base de apoio para uma alternativa democrática.

O nosso Partido mantém-se fiel à sua tradição de política unitária.

Tal como no passado a unidade dos democratas é hoje essencial para derrotar a reacção.

Não podemos desanimar, nem desistir da unidade só porque dirigentes de outros partidos democráticos recusam a unidade com os comunistas.

A unidade dos democratas é condição essencial para uma alternativa democrática no quadro das instituições democráticas. Por isso insistimos e insistiremos na batalha pela unidade e confiamos em que acabaremos por vencê-la.

Há dirigentes de outros partidos democráticos, que não compreendem ou não querem compreender a impossibilidade de uma alternativa democrática sem o PCP e muito menos contra o PCP. Mas, milhares e milhares de militantes e eleitores desses partidos quebram com os velhos preconceitos anticomunistas instilados por um anticomunismo primário, e, ombro com ombro com os comunistas, resolvem-se à acção comum.

No que respeita aos partidos, nós insistimos na unidade com os nossos companheiros do MDP-CDE, lamentando apenas que alguns dos seus elementos desgarrados (Viana do Castelo), em vez de insistirem na luta frontal e dignificante contra a reacção, se deixem embalar pelas sereias oportunistas e pretendam afastar o MDP do PCP, para entrar em alianças suicidas.

Nós insistimos na busca de entendimento e possibilidades de acção comum com a UEDS apesar de que a UEDS, passou de alianças com a UDP e críticas esquerdistas ao PCP, a alianças com o PS e críticas direitistas ao PCP.

Insistimos na busca de entendimentos com outros grupos e sectores, incluindo a ASDI.

Damos particular importância à aproximação, entendimento e cooperação com os independentes e com vastos sectores católicos progressistas com expressão política autónoma.

E continuamos a considerar, como aspecto de primeiro plano na política de unidade democrática, a unidade de comunistas e socialistas.

A Moção de Mário Soares para o Congresso do PS exclui qualquer unidade com o PCP e anuncia «um polémica sem transigências com os dirigentes comunistas, sem nunca deixar de se dirigir ao eleitorado potencialmente comunista».

10

A situação no PS

Ao problema das perspectivas de unidade dos democratas e de uma alternativa democrática está estreitamente ligada a crise do PS.

A situação interna no PS reveste uma importância política que não devemos menosprezar. Está em causa a orientação futura do PS. E essa orientação futura, embora só por si não seja determinante, pesará sem dúvida na evolução da situação política portuguesa.

Por esta razão — e porque as tendências que se confrontam no PS foram tomadas públicas pelo próprio PS em moções, em entrevistas, em artigos, em declarações à TV e à Rádio — a situação no PS e as tendências e moções que no PS se confrontam deixaram de ser um problema meramente interno, para se tomarem um problema da política nacional, sob o qual é perfeitamente legítimo que as forças políticas se pronunciem.

É isso que inevitavelmente sucedeu e continuará a suceder.

O que é estranho é que, quando o nosso Partido se pronunciou em termos gerais e políticos, logo se ergueram protestos contra uma suposta «ingerência» do PCP nos assuntos internos do PS, mas quando as forças reaccionárias se ingerem de facto e fazem autênticas campanhas de defesa de uns contra os outros, no PS isso parece considerar-se perfeitamente normal.

Não pretendemos imiscuir-nos nas questões do PS, nem tomamos partido por uns contra outros. Mas é estranho que colonistas e jornais fascistas e reaccionários, que nos acusam sem o mínimo fundamento de sermos advogados do Secretariado Nacional, sejam não só advogados mas propagandistas (e em que termos!) do secretário-geral do PS.

Nuno Rocha no «Tempo» (12/3/81), adverte que, no PS, Mário Soares — «um autêntico democrata», «um grande democrata», «um democrata português», um homem «de ímpolita formação democrática» (é o «Tempo que faz o elogio) — «está em perigo» e afirma que «seria uma catástrofe para a democracia portuguesa se o dr. Mário Soares, no próximo congresso do seu partido, deixasse a chefia do PS».

Nas mesmas águas, «O Dia» (9/3/81), diz que sem Mário Soares o PS é «um partido sem perspectivas».

José Miguel Júdice em «O Diabo» (10/3/81) exalta Mário Soares e faz propaganda para a sua vitória como condição para derrotar o «eanismo» e faz apelo aos militantes socialistas «contra a generalidade dos actuais dirigentes».

Sousa Tavares na «Capital» (10 e 11/3/81) apoia abertamente contra o Secretariado do PS a «clara solução de Mário Soares» tomando dependente de proposta do governo a nomeação do CEMGFA.

Torcato da Luz em «A Tarde» (9/3/81) ataca os «interesses obscuros» e «as manobras em curso» contra Mário Soares, dizendo inquieto que «sem Mário Soares na liderança do PS não haverá revisão possível da Constituição».

Marcelo Rebelo de Sousa afirma no «Expresso» (7/2/81): «Mário Soares (...) continua a ser o aliado inevitável e fundamental da AD. Para a AD a sua vitória no próximo Congresso tem uma importância essencial. O melhor aliado da AD dentro do PS é Mário Soares, a sua ambição de curto prazo de ganhar o Congresso e a sua

Se assim o proclama, não deve estranhar que critiquemos a sua orientação e nos dirijamos ao «eleitorado potencialmente socialista».

Não para aconselhar socialistas a rebelar-se contra a direcção do seu partido. Não para apelarmos à divisão. Mas para apelarmos à luta contra as forças reaccionárias, à acção comum com objectivos comuns, de forma a garantirmos, com as forças democráticas conjugadas, com a luta de comunistas, socialistas e outros democratas, a defesa e continuidade do regime democrático consagrado na Constituição.

ambição de médio prazo de ser candidato à Presidência da República (...). E o adversário principal da AD no PS é a aliança tática entre ex-GIS e «tecnocratas».

Se os reaccionários têm o direito de dizer a sua opinião sobre as opiniões dos dirigentes do PS, também nós o temos.

Como podemos calar-nos sobre as opiniões públicas e largamente difundidas de dirigentes do PS, se o que está em jogo é o futuro papel do PS na vida política portuguesa?

Como podemos calar-nos se o que está em jogo é a concretização ou não concretização de uma nova aliança PS-PPD contra a democracia?

Quando Mário Soares (na proposta de moção para o Congresso do PS) chama à UGT «uma grande central sindical democrática» que «representa um passo de alcance verdadeiramente histórico na consolidação da democracia portuguesa», não é evidente que insiste numa linha visando a divisão da classe operária, e a transformação dos sindicatos em sindicatos amarelos ao serviço do grande capital?

E se assim é, temos ou não o dever de mostrar o verdadeiro significado dessa posição e combatê-la firmemente?

E quando Mário Soares considera «nova, interessante e que merece o estudo cuidadoso do partido» a proposta do secretário-geral do PSD/PPD para uma aliança com o PS nas futuras eleições para as autarquias, com o objectivo declarado de desalojar o PCP das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia onde continua a ser maioritário, designadamente em certos concelhos da Cintura Industrial de Lisboa e da margem sul do Tejo, não é evidente que Mário Soares, em vez de desejar e projectar alianças democráticas para correr das autarquias as administrações reaccionárias e corruptas da «AD», deseja e projecta alianças reaccionárias para afastar os comunistas e ceder à reacção o poder local em novas zonas do País?

E quando anteontem o gabinete de apoio a Mário Soares, em polémica com Zenha, põe pela primeira vez preto no branco e defende abertamente a aliança com o PSD como uma «alternativa democrática» (é assim que lhe chama), temos ou não nós o direito e o dever (sem que isso seja qualquer intromissão nas questões internas do PS) de vir alertar os democratas contra o perigo que pode representar uma tal orientação, se transformada em orientação oficial do PS?

Nós perguntamos, não apenas aos nossos camaradas, mas a todos os democratas e em especial aos militantes e simpatizante do PS:

Qual a tarefa dos democratas na actual situação? Será derrotar a reacção ou derrotar os comunistas? Será o entendimento e a acção comum com os partidos reaccionários, para liquidar as conquistas democráticas do nosso povo, para condenar os trabalhadores à exploração desenfreada do capital, para destruir a Constituição e o regime, para entregar Portugal ao imperialismo?

Não. A tarefa dos democratas na actual situação só pode ser o entendimento e a acção comum de todos os democratas (incluindo naturalmente os comunistas) para salvar e continuar as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas de Abril, o regime democrático, a Constituição.

A democracia portuguesa, todos os democratas, incluindo nós, comunistas, estamos interessados em que a crise do PS se não venha a traduzir no seu maior enfraquecimento. **Uma alternativa democrática precisa do PS.**

Mas se dizemos que uma alternativa democrática necessita do PS, isto significa que **necessita de um PS**

11

Com o PCP, a luta — único caminho

Uma viragem democrática na política portuguesa não cairá do céu. Terá de ser conquistada pela luta.

Actuando incansavelmente pela unidade dos trabalhadores e de todos os democratas, o PCP utiliza toda a sua experiência, capacidade e energia, para que este objectivo seja atingido.

Reforçaremos a nossa actuação na Assembleia da República e junto de outros órgãos de soberania. Daremos toda a contribuição possível para a solução directa dos problemas do nosso povo e do nosso país. E desenvolveremos uma acção crescente para o esclarecimento, a organização, a mobilização e a luta das massas portuguesas, absolutamente certos de que **será o nosso povo, serão as massas populares que, com a sua luta, firme, decisiva e confiante, determinarão o futuro democrático de Portugal.**

As lutas da classe operária, que se estão a desenvolver impetuosamente por todo o país com objectivos concretos imediatos, não têm um carácter político aberto. Mas constituem uma decisiva vaga de resistência à política de exploração, de restauração capitalista, de entrega ao imperialismo do governo AD/Pinto Balsemão.

Em Janeiro e Fevereiro, (que seja do nosso conhecimento) tiveram lugar 321 lutas nas empresas, das quais 67 greves, muitas seguidas a 100%. No momento presente acompanhamos simultaneamente importantes lutas pela satisfação de cadernos reivindicativos em mais de 100 empresas.

A contratação colectiva, sobretudo nas empresas públicas (Rodoviária Nacional, EDP, Petroquímica e outras), mobiliza actualmente dezenas de milhares de trabalhadores.

Todas estas lutas da classe operária são um seguro indicativo anunciando novo ascenso geral da luta popular e do movimento democrático.

Nesta situação, adquire uma importância vital a organização, o reforço, o desenvolvimento e a mobilização de massas das organizações unitárias e dos movimentos unitários.

Os trabalhadores portugueses e a democracia portuguesa contam com poderosas organizações e poderosos movimentos, com objectivos claros e justos, com grande experiência de luta, com profunda ligação com as massas: organizações e movimentos de pequenos e médios agricultores e rendeiros, de intelectuais, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes.

O tempo não permite que aqui aborde importantes problemas destas organizações e movimentos.

Mas permite que diga ainda algumas palavras sobre o movimento sindical.

Os trabalhadores portugueses e a democracia portuguesa têm a felicidade de contar com um sólido movimento sindical unitário e democrático, fiel aos interesses dos trabalhadores, fiel às conquistas democráticas do nosso povo, fiel ao regime do Portugal de Abril — a **grande e gloriosa CGTP-Intersindical Nacional.**

Com os meios mais poderosos, com as armas mais vis e desleais, com o ilegal apoio discriminatório governamental, com o apoio aberto e directo dos partidos reaccionários e do PS, as forças reaccionárias e as oportunistas desenvolvem, ano após ano, intensas actividades para dividir os trabalhadores e para criarem uma central sindical ao serviço do patronato e do imperialismo.

Mas que conseguiram até hoje?

orientado não para uma aliança com a «AD» ou com o PSD a fim de reforçar o poder reaccionário, a ofensiva contra-revolucionária e a liquidação do regime democrático, mas um PS orientado para uma alternativa democrática, para uma viragem democrática, para um governo democrático com uma política democrática.

O que é a UGT?

A tal "grande central sindical democrática" de que fala Mário Soares? Não, camaradas. Pela sua actuação, a UGT merece bem o nome que lhe puseram os trabalhadores: a central dos amarelos.

Como considerar senão como lacaios aqueles que, com o título da UGT, actuam em estreita colaboração com o patronato reaccionário contra os trabalhadores, como sucede na Belcar, na Teixeira e Cunha, para citar exemplos concretos bem conhecidos aqui no Porto, entre dezenas e dezenas de outros que poderiam citar-se?

Como se podem classificar senão de banditismo sindical processos de violência e ilegalidade para impedir que tomem posse direcções eleitas nos sindicatos?

Como classificar senão como sindicalismo fascista tudo o que se passa no Sindicato dos Escritórios do Porto e como actuação fascista aquela com que o governador civil do Porto fez rebentar selos das portas do sindicato para aí reinstalar o bando de usurpadores que tinham sido corridos pelos trabalhadores?

Nós aqui reclamamos que seja garantida a legalidade e a ordem democrática e que a **sede do sindicato seja prontamente entregue à direcção eleita.**

As forças reaccionárias e o seu governo procuram atingir, enfraquecer, dividir, separar da sua base social as grandes organizações unitárias de massas. Não o conseguirão. **Contra os esforços dos divisionistas, a unidade operária e popular reforça-se, a luta desenvolve-se, e o povo português dá e dará decidida batalha à reacção, até parar e derrotar definitivamente a sua ofensiva e alcançar uma viragem democrática na política portuguesa.**

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, estará sempre ao lado dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, na defesa dos seus interesses, direitos e aspirações.

O PCP, partido da liberdade e da democracia, temperado em 48 anos de clandestinidade, não poupará esforços, energias e sacrifícios se necessário, para defender e garantir ao povo português as liberdades conquistadas com o 25 de Abril, para defender e garantir o regime democrático, no qual o povo português quer viver e viverá.

No quadro das forças políticas portuguesas, o PCP é o único partido em condições de ser força motora, promotora e determinante da unidade dos trabalhadores e da unidade dos democratas.

Merecedor, pela sua acção, do título de Partido da verdade, da esperança e do futuro, o PCP é, na democracia portuguesa, um partido necessário, indispensável e insubstituível.

Estamos dispostos a unir-nos a todos os democratas. Estamos dispostos a lutar lado a lado. Estamos dispostos a considerar todas as possibilidades de entendimento, acordo e acção comum.

Para fazer frente à política do governo "AD"/Pinto Balsemão e finalmente conduzir à sua demissão e à formação de um governo democrático.

Para defender os interesses do povo.

Para defender o regime democrático.

Para defender os interesses de Portugal como nação livre e independente.

A luta continua! Abril vencerá!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva o 60.º aniversário!

Viva o Partido Comunista Português!